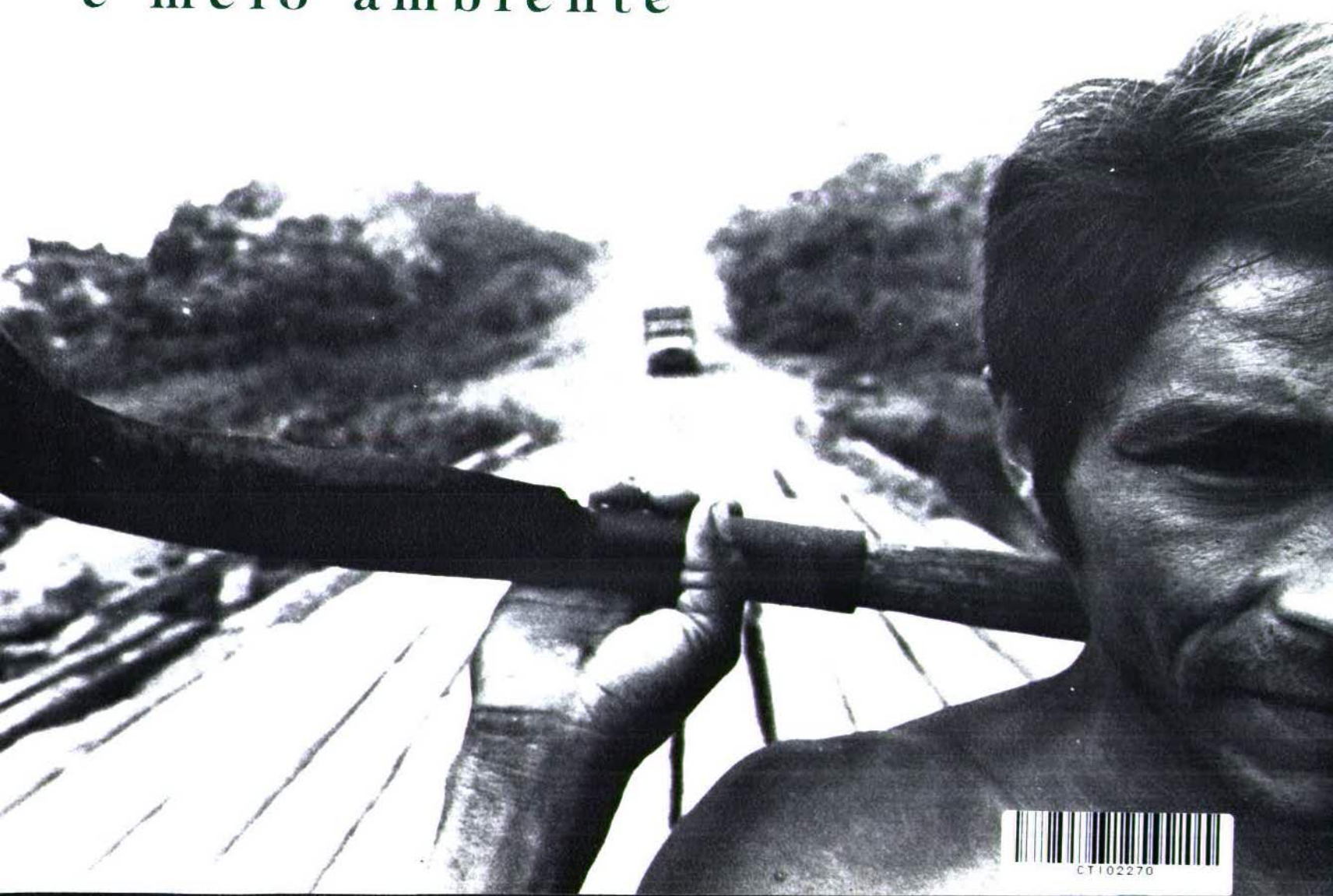
proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

AMAZÔNIA ORIENTAL

Trabalhadores rurais e meio ambiente



CT102270

FASE

Nº48

COMPLETE SUA COLEÇÃO DE

proposta

- **Nº 48** Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente
- **Nº 47** São João de Meriti: projeto habitacional e organização popular
- **Nº 46** Barragens: Movimento Ecológico e Luta pela Terra
- **Nº 45** Administrações Populares
- **Nº 44** Trabalhadores Rurais: Fazer Nossa a Política Agrícola
- **Nº 43** Vídeo Popular – As Outras Cores da Imagem
- **Nº 42** Assalariados Rurais – Para Onde Vai a Organização
- **Nº 41** Mulheres: A Política no Cotidiano
- **Nº 40** Comissões de Fábrica: Uma Década do Novo Sindicalismo
- **Nº 39** Lutas Urbanas: O Desafio da Articulação
- **Nº 38** Pescadores Artesanais: Entre o Passado e o Futuro
- **Nº 37** Constituinte: Participação Popular
- **Nº 36** Agricultura Alternativa: Viabilizando a Pequena Produção
- **Nº 35** Mutirões Habitacionais: Da Casa à Cidadania
- **Nº 34** Luta e Organização Camponesa: Balanço de um Trabalho Alternativo
- **Nº 33** Operário em Construção
- **Nº 32** Norte Sul: A Cooperação Internacional e as Iniciativas Privadas
- **Nº 31** Lavradores em Luta por sua Sobrevivência
- **Nº 29** Associação de Moradores e Participação Popular: A Luta dos Loteamentos Clandestinos
- **Nº 27** Tecnologias Alternativas na Agricultura
- **Nº 25** Escolas Comunitárias: Uma Vivência de 14 Anos

Primeiros números de Proposta disponíveis em estoque: nºs 8, 9, 10, 11, 12 e 13

APROVEITE ESTA PROMOÇÃO

PAGUE 4 • LEVE 5

Número avulso: Cr$ 600,00

Assinatura anual: Cr$ 2.300,00

(4 números)

Formas de pagamento

( ) Cheque nominal à **FASE**
( ) Vale postal
Ag. Largo do Machado

Revista Proposta
Rua Bento Lisboa, 58 – Catete
CEP 22221 – Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (021) 285-2998

proposta nº 48 Ano XV março de 1991

AMAZÔNIA ORIENTAL - TRABALHADORES RURAIS E MEIO AMBIENTE

SUMÁRIO

Cartas 3

Editorial
Educação e desenvolvimento sustentável
(Conselho Editorial) 4

Educação popular
Os camponeses do Norte e o futuro da Amazônia
(Jean-Pierre Leroy) 5

Amazônia: pequenos produtores rurais e a questão ambiental
(Violeta Refkalefsky Loureiro) 11

Indústria e agricultura na floresta: o impasse do modelo guseiro em Carajás
(Fábio Carlos da Silva) 16

Uma política pesqueira para a Amazônia
(Lourdes Gonçalves Furtado) 20

Sindicalistas encaminham ao governo propostas para o sul e sudeste do Pará 26

A conquista da terra, segunda estação: produzir sem devastar
(Gutemberg Armando Diniz Guerra) 29

O Centro Agroambiental do Tocantins: propostas e desafios
(Jean Hébette) 32

Campesinato e alternativas de desenvolvimento: a organização da resistência camponesa em Gurupá (PA)
(Paulo H.B. de Oliveira Jr.) 38

Trabalhadores das ilhas da foz do rio Amazonas: em busca de alternativas de desenvolvimento 42

O Ibama e os pequenos agricultores: contradições da política governamental 47

Próximo número:
Violência e
Diretos Humanos

João R. Ripper/Imagens da Terra

Harmonizar a pequena produção com a preservação ambiental é o novo desafio dos pequenos produtores na Amazônia
(página 5)

João R. Ripper/Imagens da Terra

A destruição da floresta pelos grandes projetos é uma das faces mais perversas do modelo de desenvolvimento predador
(página 16)

João R. Ripper/Imagens da Terra

Milhares de pescadores vivem da pesca artesanal nos rios e na zona costeira do Pará
(página 20)

Serviços ao Assinante

Para renovar sua assinatura ou obter outras informações, escreva ou telefone, para o seguinte endereço:

Revista Proposta
Rua Bento Lisboa, 58 – Catete
CEP 22221 – Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (021) 285-2998 – Ramal 405
Responsável: Adelir Pires Rodrigues

Se mudou de endereço, envie para a revista **Proposta** as informações abaixo:

Nome do assinante: _____

Endereço anterior: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Tel.: ( ) _____

Endereço atual: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Tel.: ( ) _____

A **FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional** – é uma sociedade civil brasileira, de utilidade pública federal, sem fins lucrativos. Seu compromisso fundamental é com o desenvolvimento social e cultural de grupos e setores marginalizados da população, através de um trabalho de educação popular, nas áreas rural e urbana.

Situada no campo das Organizações não-Governamentais, a FASE define-se por um projeto institucional próprio, independente do Estado e dos partidos políticos. As ONGs são organizações vinculadas à sociedade civil, comprometidas com o processo de construção da autonomia de suas entidades representativas, ligadas aos movimentos populares.

Entre os objetivos mais amplos da FASE estão promover a educação e o desenvolvimento, incentivar a participação, solidariedade e a organização de movimentos e associações populares em suas lutas pela conquista da cidadania e democratização da sociedade. Propor, discutir e difundir experiências e programas que contribuam para a conscientização da comunidade e melhoria de suas condições de vida.

Os principais beneficiários deste trabalho são os trabalhadores do campo – pequenos produtores, assalariados, sem terra – operários, moradores da periferia e favelas.

FASE
A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Escritório Nacional
Rua Bento Lisboa, 58
Catete
22221 - **Rio de Janeiro** - RJ
Tel.: (021) 285-2998

Escritórios Regional Norte
Rua Bernal do Couto, 1329
66030 - **Belém** - PA
Tel.: (091) 222-0318

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
68440 - **Abaetetuba** - PA
Tel.: (091) 751-1181

Caixa Postal 73, Folha 27,
Quadra 07 ou Lote 07
68500 - **Marabá** - PA
Tel.: (091) 322-1591

Av. Presidente Médice, 1992
68700 - **Capanema** - PA
Tel.: (091) 821-1716

Rua Major Gabriel, 443
Centro
69013 – **Manaus** – AM
Tel.: (092) 234-6761

Rua Leôncio Pires Dourado, 880
Caixa Postal 375
65900 - **Imperatriz** - MA
Tel.: (098) 721-4474

Rua do Pespontão, 256
Centro
65010 – **São Luís** – MA
Tel.: (098) 221-1175

Rua Darci de Freitas Queiroz, 1160
78250 - **Pontes e Lacerda** - MT
Tel.: (065) 266-1146

Governo paralelo

Estamos lhes enviando cópia da Proposta Nacional de Educação do Governo Paralelo - **educação urgente**, que esperamos seja discutida e analisada.

Diante da gravidade do quadro da educação em nosso país e da urgência no encaminhamento de sua solução, estamos nos empenhando na constituição de uma **frente nacional em defesa da educação**, que deve ser integrada por todas as forças sociais e segmentos organizados de nossa sociedade, incluindo sindicatos, associações, entidades e os partidos políticos. Esta frente terá o objetivo de provocar intensa mobilização e debate sobre a questão educacional para que, no início dos trabalhos da próxima Sessão Legislativa do Congresso Nacional, posssamos apresentar uma proposta final para o enfrentamento do problema.

Assim, solicitamos que esta entidade, consciente da seriedade de nossos propósitos e da urgência no encaminhamento de solução para o problema educacional brasileiro, se empenhe na divulgação do documento, utilizando-se de todos os meios que dispuser (boletins, jornais, programas radiofônicos, assembléias etc.).

Solicitamos também que se constituam comissões e/ou grupos de trabalho com o objetivo de propor emendas, alterações e adendos à nossa proposta inicial.

Certos da acolhida desta iniciativa e contando com seu engajamento na **frente nacional em defesa da educação**, que confiamos se constituirá em uma grande campanha cívica, colocamo-nos, desde já, à disposição desta entidade para qualquer esclarecimento.

Cordialmente,

Cristovan Buarque
Coordenador da Área de
Educação do Governo
Paralelo
São Paulo, SP

Nota da redação:
Agradecemos o envio da proposta educacional do Governo Paralelo. Informamos aos nossos leitores - que também desejem uma cópia - que o endereço do Governo Paralelo é:
Rua 1º de Janeiro, 286,
São Paulo, SP, 04044,
telefone 581-5251.

Escola sindical

Relendo a revista *proposta* número 42 ("Assalariados rurais - para onde vai a organização?"), notei que o último artigo ("Assalariados rurais: experiências de formação sindical", de Alex Sgreccia) trata basicamente da formação sindical e cita a contribuição da Escola Sindical 7 de Outubro.

Gostaria de saber se esta escola não dispõe de cartilhas, documentos ou mesmo folhetos que falem sobre a matemática básica (a qual a revista descreve) no que toca à negociação coletiva.

Agradeço
antecipadamente,

Lucia de Fátima
Recife, PE

Nota da redação
A Escola Sindical 7 de Outubro dispõe do material mencionado. No final do ano passado, a escola retomou seu ciclo de Cursos sobre Negociações Coletivas, um dos quais o Curso de Matemática Sindical. Maiores informações podem ser obtidas no Programa de Negociações Coletivas, Escola Sindical 7 de Outubro, rua Nascimento, 10, Belo Horizonte MG, CEP 30620.

Escritórios Regional Nordeste
Rua Professor João Bosco, 73
Parque Araxá
60430 - **Fortaleza** - CE
Tel.: (085) 223-4056

Rua Dr. Inácio Dias, 2148
63430 - **Icó** - CE
Tel.: (085) 731-1064

Rua Barão de São Borja, 495
Boa Vista
50070 - **Recife** - PE
Tel.: (081) 221-5478

Rua Gonçalves Dias, 62
Farol
57055 - **Maceió** - AL
Tel.: (082) 221-0667

Rua Barão do Rio Branco, 93
Califórnia
45600 - **Itabuna** - BA
Tel.: (073) 211-4498

Escritórios Regional Sul-Sudeste
Rua Antonio Aguirre, 117
Centro
29015 - **Vitória** - ES
Tel.: (027) 223-7436

Av. Pres. Wilson, 113 - Conj. 1302
20030 - **Rio de Janeiro** - RJ
Tels.: (021) 220-7198 262-2565

Rua Loefgren, 1651 - Casa 06
Vila Clementino
04040 - **São Paulo** - SP
Tel.: (011) 549-3888

Rua Mimi Alemagna, 37
Centro
14870 - **Jaboticabal** - SP
Tel.: (0163) 22-5219

Rua Gaspar Martins, 470
90220 - **Porto Alegre** - RS
Tel.: (0512) 25-0787

Educação e desenvolvimento sustentável

Amazônia oriental... Amazônia do lado do nascer do sol, do Atlântico. A primeira porta aberta à colonização, ao saque, ao genocídio dos povos indígenas. Hoje, porta de entrada pelas águas, pelos trilhos, pelas estradas e pelas telecomunicações para o capital e para as angústias, os ideais ou os oportunismos dos que vêem e dos que dizem que vêem na Amazônia uma parte substancial do patrimônio da humanidade.

Para a FASE, que trabalha há mais de 20 anos com pequenos produtores nesta região, ajudando-os na sua luta pela sobrevivência individual e coletiva, espanta-nos que o governo possa se colocar na vanguarda da preservação quando os ignora. Preocupa-nos que muitas entidades ambientalistas e pesquisadores ainda não tenham percebido a sua existência. E anima-nos - e a todos que contribuíram para esta revista - a convicção que eles nos transmitem de que a Amazônia tem futuro com eles.

Há muitos ausentes nestas páginas, como por exemplo o Conselho Nacional dos Seringueiros, que trabalha a proposta de reservas extrativistas no Pará, os trabalhadores rurais do Amapá, os do Baixo-Amazonas, os da região Bragantina e do Salgado, todas áreas de ocupação antiga, com poucos meios para projetar suas lutas e firmar seus projetos, os da Transamazônica/transamarguras, que não querem desaparecer, posseiros do extremo sul do Pará submetidos à violência bruta, os maranhenses sobre os quais o Projeto Grande Carajás passa como um rolo compressor, os atingidos por barragens de Tucuruí, de Cachoeira Portela, do Xingu.

Esta grande diversidade convida a não pensar a Amazônia e seus habitantes na sua grande diversidade. O desafio é de adequar propostas educativas e de desenvolvimento sustentável a cada grupo social sem perder de vista a visão totalizante que requer a Amazônia.

Conselho Editorial

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS P/ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
Rio de Janeiro, RJ, 22221

Diretoria Executiva da Fase
Jorge E. Saavedra Durão (Coordenador Nacional) • Maria Emília L. Pacheco (Coordenadora Nacional Adjunta) • Virgílio Rosa Neto (Diretor Administrativo e Financeiro) • Mateus Enricus Oterloo (Coordenador Regional Norte) • Lorenzo Zanetti (Coordenador Regional Sudeste - Sul) José Orlando Falcão (Coordenador Regional Nordeste) •

proposta

Experiências em Educação Popular
Uma publicação trimestral da Fase

Conselho Editorial
Alberto Lopez Mejia • Alfons Klausmeyer • Haroldo Baptista de Abreu • Jean-Pierre Leroy • João Ricardo Dornelles • Jorge E. Saavedra Durão • Leandro Lamas Valarelli • Lourdes M. Gryzbowski • Maria Emília L. Pacheco • Pedro Claudio Cunca Bocayuva • Ricardo Tavares

Coordenação Geral
Maria Emília L. Pacheco

Coordenação de Publicações
Alfons Klausmeyer

Editor Responsável
Ricardo Tavares
(Mtb 18135)

Edição de Arte e Capa
Marcelo Riani

Organização
Jean-Pierre Leroy
Fabiana Éboli Corrêa dos Santos

Foto da Capa
João R. Ripper/Imagens da Terra

Editoração Eletrônica
Interface 2000 Ltda

Ilustração
Zé Roberto

Promoção e Divulgação
Felícia A. de Moraes

Revisão
João Luiz Pacheco
Inácio Dorado

Redação
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
Rio de Janeiro - RJ - 22221
Tel.: (021) 285-2998

Os camponeses do Norte e o futuro da Amazônia

Jean-Pierre Leroy*

No imaginário de uma humanidade citadina ameaçada de asfixia, a Amazônia aparece como um dos últimos espaços do planeta paradoxalmente humano. Governos, multinacionais, agências internacionais e classes dominantes dos países ocidentais industrializados, tão inteiramente devotados, sob o manto do liberalismo, ao enriquecimento imediato e a qualquer preço, são repentinamente curados de sua miopia e, com grande visão estratégica, pensam o nosso futuro coletivo, clamando pela preservação da Amazônia.

Cedem de fato à pressão das opiniões públicas dos seus países, preocupadas com a sua própria sobrevivência, com a degradação do seu meio ambiente e/ou a situação da Amazônia e dos seus habitantes. Apontar para a Amazônia, porém, pode ser uma manobra diversionista. Para cientistas e uma franja pequena de empresas de tecnologia de ponta a Amazônia representa a maior e última reserva de germoplasma, enorme potencial, graças notadamente ao desenvolvimento das biotecnologias, para a agroindústria, a química, etc. do futuro.

Mas está se realizando aqui no Brasil outra grande manobra de diversão. Ao repudiar e gritar contra a cobiça internacional, se silencia sobre o assalto à floresta praticado por força econômica e vontade política das classes sociais e dos seus burocratas que nesses 20 anos - ou desde o Brasil Colônia - dominaram o país. Quem quer ouvir escuta não as "patas suaves de gato" - na imagem usada por um ex-ministro militar para falar das ameaças estrangeiras à integridade da Amazônia (é preciso ir bem dentro da mata pra encontrar o maracajá!) -, mas a revoada dos teco-tecos, o roncar da motosserra e da bomba de sucção, a crepitação do fogo, a troada das minas, o disparo das armas.

E há aqueles a quem não se escuta, porque o seu desespero é silencioso, os citadinos o ignoram, a imprensa o boicota e as classes dominantes o desprezam: é o campesinato do Norte afundando-se na miséria ou deixando aceleradamente sua roça, sua várzea ou seu rio. Só os seringueiros do Acre furam em parte a cortina de silêncio pela audiência internacional que adquiriram. Senão já teriam sido condenados à morte econômica e social como seus companheiros do Pará e de outras regiões pelas classes dominantes brasileiras e seus cúmplices. A sentença está em via de execução. Ainda é possível anulá-la.

"Modelo" predador

A região amazônica ficou até os anos cinqüenta deste século, fora o tempo de exploração da borracha, relativamente protegida pela existência de outras fronteiras agrícolas mais próximas dos centros populacionais ainda por ocupar e pela necessidade que tinha o capital de se consolidar no Sudeste do país. Mas desde os anos 60 o tempo se acelerou, o espaço nacional se estreitou e a Amazônia começou a ser incorporada ao processo de desenvolvimento promovido

* Educador, coordenador do Setor de Pesquisas e Debates (Sepede) da FASE.

Aos americanos, europeus e japoneses as asas dos boeings e os aços especiais... à população amazônica destruição e pobreza

pelo Estado associado ao capitalismo monopolista internacional.

O professor Jean Hébette (*Cadernos do NAEA*, Belém, 1990, nº 10, p. 11) distingue três momentos nesse processo: o da "ocupação horizontal" quando se abriu com as estradas a "fronteira agrícola amazônica", o da mineração e o da "metalurgia", atualmente em fase de implantação. Haveria um "modelo" e um projeto presentes neste processo? O que se percebe é que a Amazônia oriental é vista e está sendo usada nos três momentos como fonte de matérias-primas: madeira, minerais, energia elétrica, inclusive neste terceiro momento, pois é basicamente a energia próxima e barata que explica tanto as usinas de alumínio quanto as fábricas de ferro gusa.

Essa integração da Amazônia ao capitalismo moderno não significa que acede ela mesma à modernidade agrícola e industrial mas que se encarrega de tarefas de extração e transformação primárias que liberam a indústria moderna para tarefas mais nobres, que proporcionam um enorme valor acrescido aos produtos brutos. Aos americanos, as asas de boeing, aos japoneses e europeus, os aços especiais... À Amazônia, a sua participação no pagamento da dívida externa, a destruição sem recomposição do seu meio ambiente e o empobrecimento da sua população.

No que diz respeito ao campo, a ocupação da Amazônia oriental pela pata do boi não pode ser considerada como modelo de desenvolvimento nem pela ótica técnica, já que é baseada na agropecuária extensiva, nem aparentemente do ponto de vista econômico, considerando a baixa produtividade. Digo aparentemente, porque seria impensável que grandes empresas e bancos investissem a fundo perdido.

Uma extensa e predatória ocupação da Amazônia foi facilitada pelo custo de implantação zero ou próximo de zero das fazendas, pela perspectiva de valorização da terra e pela rentabilidade imediata dos empreendimentos. Os créditos e incentivos captados, recebidos não como meios para investimentos mas como fins e lucro bruto, tornavam-se o primeiro produto. O gado e a madeira apareciam então como "subprodutos". Diminuíram os incentivos fiscais mas não se pode descartar esse tipo de agropecuária tradicional na ocupação presente e futura da região. Pois subsistem, se não se acentuam, os fatores responsáveis por isso: a baixa cíclica do preço da terra, a grilagem, a sonegação fiscal, a possibilidade de exploração violenta dos peões, a inoperância senão a cumplicidade do Estado, a procura do ganho a qualquer custo por fazendeiros inescrupulosos e incultos.

Mais próximas do modelo de desenvolvimento do campo pós-64 dentro da estratégia de modernização conservadora e se demarcando da agropecuária tadicional, no que tange à especulação e à produtividade, são as grandes empresas rurais que começam a se instalar nos anos 80 na Amazônia oriental, produtoras de óleo de dendê, de borracha e de frutas. Baseadas também na concentração da terra, no uso do pequeno produtor expulso como mão-de-obra e no suporte do Estado, inovam no Norte ao se apoiar sobre um modelo tecnológico caracterizado pela mecanização e a quimificação.

O pretenso modelo de desenvolvimento poderia ter seu marco conceitual e orientador localizado no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975), pois, como indicava o plano, continua até hoje a "vocação" da região que ele aponta: fornecer matérias-primas e insumos para as indústrias do Sul e dos países industrializados.

Os setores dominantes no Norte de fato são coerentes, pois se deixam levar por seus impulsos e todos encontram proveito nisso: "O lucro para o capital, o poder para o Estado, o enriquecimento pessoal para os marajás das burocracias" (Jean Hébette, *op. cit.*, p. 38). O tempo capitalista se acelera. O lucro exige uma realização sempre mais rápida. O espaço amazônico para ele é um espaço vazio, a exaurir e retalhar.

Frutos do modelo dominante, cabe mencionar aqui os posseiros e colonos trazidos ou pela política do regime militar de colonização ou pela concentração fundiária e ausência de política agrícola voltada para o pequeno produtor. Possivelmente, essas modalidades de colonização estejam crescendo menos por vários motivos. Não têm mais apelo e apoio oficial. A frente pioneira maranhense ou áreas produtoras de outras regiões já expulsaram em boa parte os que não tinham lugar no seu esquema. Os garimpos e, em algumas áreas, as empresas rurais modernizadas absorvem

Roland Michon

João R. Ripper/Imagens da Terra

Trabalhadores rurais de
Conceição do Araguaia(PA)

uma enorme quantidade de homens do campo. Ou a lassidão da miséria os levou a preferir a condição de biscateiros urbanos. Os que vêm se somar às populações mais antigas e ficam na terra, de qualquer modo contribuem ao desmatamento com todas as suas conseqüências trágicas para a Amazônia, para o Brasil e para o mundo.

Falei da morte econômica e social dos camponeses do Norte como atores, sujeitos próprios. Isso não quer dizer que o capitalismo dominante não deixa parte deles sobreviver totalmente subordinados a ele.

Se a Amazônia precisa ser defendida e preservada pelos brasileiros e se compete primeiro a eles repensar o desenvolvimento da Amazônia, seria interessante ver que setores da sociedade estariam credenciados para essa missão. Os militares? A sua participação na ocupação mais recente da região demonstra um apego conservador e míope ao binômio segurança e desenvolvimento. No fundo, os militares são reflexos da sociedade, o que os impede de se libertar das amarras ideológicas com as quais as classes dominantes evitaram que se consagrassem ao que seria realmente estratégico: a sobrevivência do país como povo, como sociedade, dentro de um meio ambiente que não hipoteca o futuro.

O Estado e seus aparelhos? O exemplo da Sudam é suficiente. Os anos passaram mas não o ceticismo. Contento-me em reproduzir essa apreciação de Lúcio Flávio Pinto: "Restringiu-se a examinar os projetos do setor privado, aprová-los e drenar-lhes os incentivos fiscais, negligenciando no acompanhamento e fiscalização" (Lúcio Flávio Pinto, *Jornal Pessoal*, Belém, Ano III, nº 49, outubro de 1989).

Estado e questão democrática

Este desvirtuamento do Estado coloca um grande desafio, pois a mudança de projeto de desenvolvimento que vários sujeitos sociais da região exigem não pode ser feita sem a presença forte e preeminente do Estado, pois vai enfrentar interesses econômicos muito fortes. Dois problemas se colocam: a orientação neoliberal do Estado, novo "parceiro" da economia liberal do Primeiro Mundo, que o faz submeter o desenvolvimento do país às leis do mercado, o que quer dizer para o Brasil o recrudescimento do capitalismo selvagem, predador e excludente, e a visão de curto prazo em detrimento de um projeto de sociedade.

Em segundo lugar, como afirma Elmar Altvater ("Conseqüências regionais da crise do endividamento global no exemplo do Pará", *Cadernos do NAEA*, nº 10, p. 111) falta hegemonia às classes dominantes da região, que não conseguem dominar senão pela força ou pela manutenção da população no isolamento e na ignorância (outra forma de violência). Tampouco o capitalismo selvagem consegue se disciplinar e se racionalizar. Faltam instituições públicas que regulem os conflitos, moderem o apetite empresarial e façam com que a sociedade seja persuadida e convencida a se mobilizar por um projeto.

Assiste-se no Norte a dois movimentos contraditórios: de um lado, o reforço à tradição fisiológica das classes dominantes num contexto em que a sociedade civil ainda é pouco organizada e, do outro, a possibilidade aberta pela fraca hegemonia dessas classes para que outras forças se imponham. Neste quadro, o Estado teria um papel importante como regulador de uma sociedade democrática. A sua ausência ou a sua captura por interesses particulares no Norte colocam em xeque a possibilidade de democratização da sociedade e cria um vazio na hora em que o Estado deveria enfrentar o grande desafio do meio ambiente.

Esse vazio político tradicionalmente foi suprido pela tecnocracia. E vale notar que para os técnicos, com freqüência, o leigo - quer dizer, a população em geral - não existe como interlocutor.

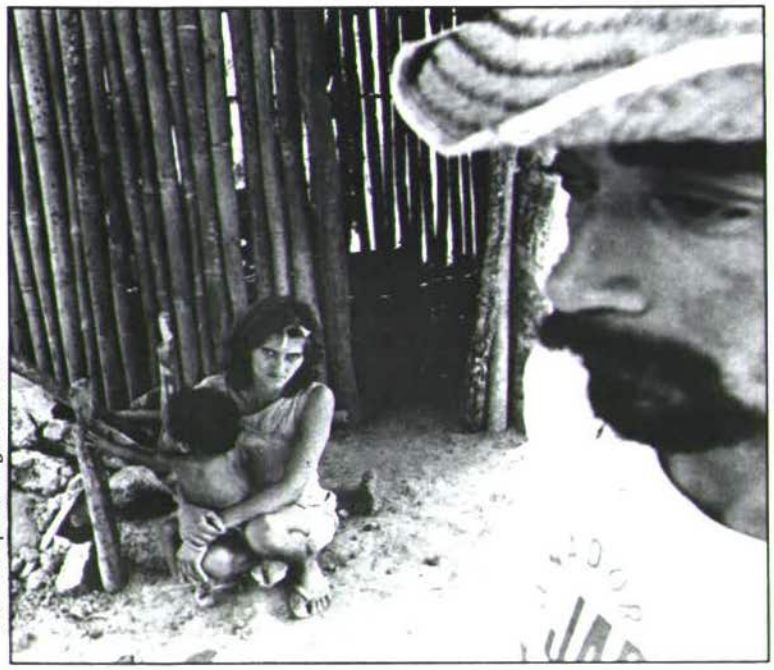
Limitando o meu propósito à questão do desenvolvimento rural, deixando de lado setores sociais mais vinculados à Amazônia urbana e industrial, menciono o papel de destaque que poderia caber na defesa, na elaboração e na viabilização de um novo projeto para

A política amazônica não pode ser traçada sem os trabalhadores rurais

a região aos lavradores e pescadores que, depois dos indígenas, ocuparam a floresta e os rios e conquistaram o direito histórico de participar na feição da Amazônia.

O campesinato de muitos municípios do Norte está apto para assumir a responsabilidade dessa frente de luta, ainda mais porque a sua reprodução está em jogo. Lavradores e pescadores são "fiscais" do meio ambiente amazônico.

Vem dos indígenas o manejo de roças, praticado pelos lavradores, caboclos de várzea e de beira-rio e repassado aos colonos do planalto, que, até poucas décadas, assegurava a sua subsistência, o abastecimento local e a reprodução da



Paula Sampaio/Imagens da Terra

floresta. A persistência desta agrossilvicultura, mesmo tecnicamente falha e empobrecida com o tempo (não é mais adaptada à densidade habitacional atual), mostra a capacidade de adaptação do homem do interior ao ambiente em que vive, pelo encontro natural de soluções que hoje são pesquisadas e recuperadas como extremamente inovadoras.

Em compensação os colonos das estradas, que chegaram nos anos 70, se de um lado deram sua contribuição ao lutar contra e evitar a implantação de fazendas no modelo Sudam, do outro estavam evidentemente despreparados para a Amazônia, ainda mais porque a assistência técnica com que podiam contar estava muito mais despreparada do que eles. Pois eles, confrontados no dia-a-dia com a terra, quase sem recursos, precisavam encontrar soluções adaptadas que os manuais e as cabeças dos técnicos não previam, o que os prepara à inovação, ainda mais porque tinham rompido drasticamente com o passado, no caso dos colonos oriundos do Sul.

Enfim, vale salientar como em conflitos de terra os grupos envolvidos dão um tratamento à posse da terra que não combina com a propriedade individual: demarcação coletiva de picos delimitando a posse coletiva, sendo só considerada "propriedade" o roçado e a capoeira que resultam de roçados passados, normas de uso e de venda, distinção na várzea entre a frente (individual) e os fundos (coletivos). Constituem o direito costumeiro, embrião de uma necessária legislação de terra adaptada à Amazônia, preservadora não só da cultura local mas da natureza e das condições possíveis de produção.

Mesmo com essas credenciais, é difícil ao campesinato e às suas organizações desenvolver por si mesmo um projeto para a região. A sua base de alianças é estreita demais. O Estado manteve os camponeses afastados da escola e não lhes permitiu desenvolver suas pontencialidades nem na educação básica nem na profissional. Manteve-os fisicamente, sem estradas nem condição de comunicação, e economicamente, sem políticas fundiária e agrícola, isolados. Por isso estão afogados na luta pela sobrevivência imediata ou compelidos a uma luta ideológica dissociada de um projeto possível para a sua classe.

Na elaboração de um projeto para a região, a questão democrática é central. Os diferentes atores sociais implicados isoladamente são limitados e precisamos conjugar os seus esforços tal o tamanho do desafio. Também é preciso não esquecer que os estragos causados à região - à natureza e seus habitantes - foram produzidos num contexto autoritário e se perpetuam num ambiente de baixa densidade democrática. Uma democracia sempre tem um projeto unificador, mas que é, antes de pensar um território que se desenvolve, pensar um povo, uma sociedade onde todos tenham seu lugar. Esse projeto não é imposto, mas está sempre em construção, pois é baseado na pluralidade e no conflito. A Amazônia precisa hoje da expressão e da participação ampla de todos os setores democráticos, pois não se tem solução pronta. Isso supõe, num clima de liberdade, que todos tenham a possibilidade de se expressar e sobretudo de serem ouvidos. Em outros termos, supõe a construção de uma sociedade civil organizada, forte e participante.

Educação popular: visão de mudança

Lavradores, varzeiros, colonos, pescadores, deixados a sós com as suas tradições e a sua experiência, não têm futuro. Culturalmente se sentem como ultrapassados; economicamente asseguram cada vez menos a sua reprodução. Por sua vez, o modelo técnico-econômico de modernização e mecanização vigente, ao mesmo tempo que os exclui reforça sobre eles a sua dominação econômica e ideológica. Frente a isso, só os trabalhadores rurais organizados nas suas comunidades, associações, feiras do pequeno produtor, sindicatos, partidos, têm condições de travar a batalha cultural, econômica e política que se impõe. Pois as suas organizações são - ou poderiam ser - os lugares privilegiados - muitas vezes os únicos para eles - de formação cultural e de educação. Vale ressaltar que o processo de formação e de participação sindical revela lideranças e militantes que se caracterizam pela capacidade de sair da rotina, de inovar, pois o novo, o "moderno", em oposição às regras sociais tradicionais, é o sindicato.

É verdade que as suas organizações são pouco voltadas para a questão econômica - senão pequenas associações sem força nem poder - mas no plano organizativo mostraram a sua capacidade.

Sob o ângulo que é meu, de crítica ao modelo de desenvolvimento dominante, de afirmação ecológica como problema estratégico e das populações amazônicas como atores na construção do futuro amazônico, que política poderia ser traçada para a Amazônia rural e florestal?

O desafio aqui lançado nos coloca frente a um grande dilema, a uma escolha do tipo de sociedade que queremos. Dilema que propõe um deslocamento do "econômico" como "valor" e referência centrais para o homem: que passe a ser entendido não como valor abstrato mas como rede, feixe de solidariedades construídas na história e na geografia; propõe também o deslocamento do consumismo - com a sua vertente de miséria - para uma cultura em que os homens extraem os seus prazeres e alegrias das suas riquezas interiores, da qualidade das suas relações, da sua inserção harmoniosa no mundo; e ainda o deslocamento da falsa moral individual para a ética de solidariedade e co-responsabilidade frente aos outros e ao mundo.

A política amazônica não pode ser traçada sem os trabalhadores rurais. Haveria alternativas possíveis de agricultura e agrossilvicultura respeitadoras do meio ambiente que poderiam ser conduzidas por empresários rurais. Desde já, há fazendas praticando agrossilvicultura, combinando criação com replantio florestal. As possibilidades abertas pelas biotecnologias para uma agricultura menos dependente de insumos químicos é promissora. Porém, essa ecologia do capital continuaria a explorar e marginalizar a população rural que se veria compelida a sobreviver numa "zona franca" amazônica da miséria e da devastação. Pensa-se no Programa Grande Carajás em que a Vale do Rio Doce mantém um programa "exemplar" de preservação ambiental nos seus domínios, mas é agente da devastação ao logo da ferrovia Carajás - São Luís.

Esta "zona franca" de suburbanização cresce assustadoramente. A grande Belém, Santarém, Marabá e outras aglomerações nascidas da expulsão da terra e da atração do Programa Grande Carajás colocam desde já questões sociais e ambientais que não é meu propósito discutir aqui. Vale só lembrar que a problemática urbano/industrial da Amazônia requer um tratamento tão urgente quanto o seu espaço florestal-rural.

Em lugar de considerar as populações locais mais como empecilhos ao progresso ou destruidoras, por que não pensá-las como as guardiães do patrimônio nacional e mundial, podendo evitar, com sua presença e suas atividades, o avanço da destruição, ao mesmo tempo humanizando o espaço amazônico. Os investimentos em política agrícola a serem feitos junto a elas não podem ser avaliados sem levar em conta esse papel. Cada sub-região e cada forma de inserção (produtor na agricultura, na agrossilvicultura, na pesca, no extrativismo, trabalhador a serviço da conservação) coloca isso de modo diferente.

É indispensável que se proceda a um zoneamento bastante detalhado para fazer as propostas adequadas, que levam em conta os fatores geográficos, históricos, culturais, etc. Por exemplo, a proposta de reserva extrativista, um projeto de reforma agrária adaptado às condições específicas dos seringais, que só pode ser viável lá onde existem populações tradicionalmente voltadas para o extrativismo, vale para o Acre mas não para os castanhais de Marabá, em franca degradação e ocupados por posseiros nordestinos. Uma proposta de agrossilvicultura será diferente conforme feita para colonos da Transamazônica ou caboclos de beira-rio. Se focalizar o extrativismo ainda faz sentido para as populações mais antigas, pouca coisa significa para quem chegou nesses últimos 15 anos do Sul e do Nordeste disposto a derrubar tudo na ânsia de produzir. Portanto, se a perspectiva da sustentabilidade está no horizonte comum, os caminhos para chegar lá devem ser bastante diversos, incluindo certos elementos da agricultura tecnificada (fertilizantes, agrotóxicos, variedades de sementes), pois não se pode condenar posseiros e colonos à miséria em nome do seu futuro.

Num interessante artigo sobre as tendências da agricultura na Amazônia, Philip Fearnside chama atenção para os limites da agricultura na região, definidos por sua "capacidade de suporte humano". Esta capacidade "refere-se à densidade de pessoas que podem ser suportadas indefinidamente em uma área, com um padrão de vida adequado, sem degradação ambiental" ("Agricultura na Amazônia - tipos de agricultura, padrões e tendências", *Cadernos do NAEA*, nº 10, p. 233). E denuncia: "A Amazônia é uma terra de muitas ilusões, tanto da área infinita como de infinito 'potencial' agrícola" (idem).

Arquivo STR de Santarém (PA)

O retorno à sua região de colonos mal-sucedidos no Norte e decididos a exigir uma política agrícola para resistir na terra foi determinante no nascimento do Movimento dos Sem Terra, no Rio Grande do Sul. Hoje, os colonos da Transamazônica, que sentem "na pele", além do abandono dos poderes públicos,

essa finitude, incentivam os seus companheiros sem terra de outras regiões a não aceitar projeto de colonização para o Norte. De fato, lutar pela Amazônia é combater, em outras frentes, pela reforma agrária e por política agrária voltada para os trabalhadores rurais lá onde estiverem.

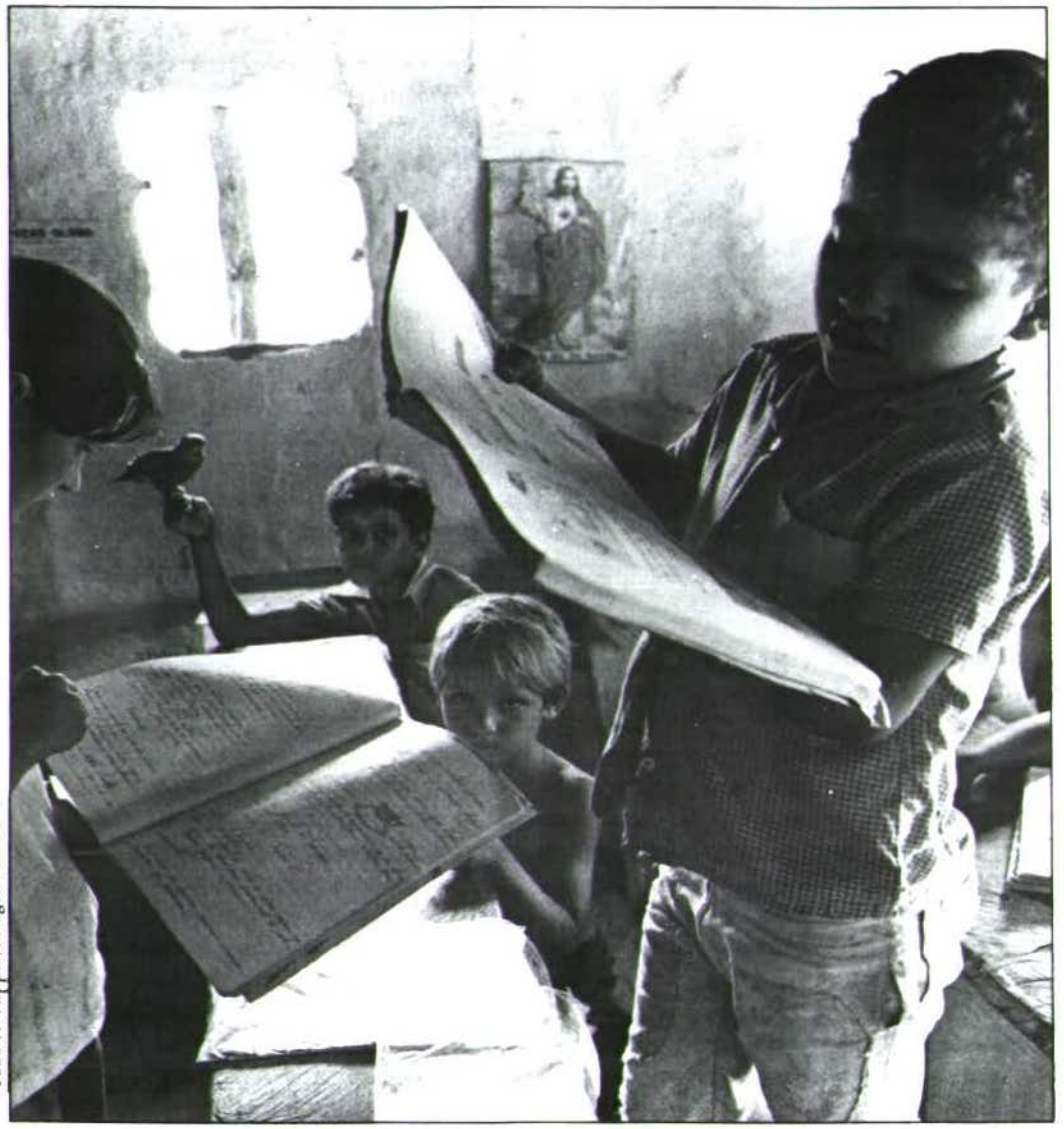
Sem perder de vista o conjunto, é preciso abrir ou fortalecer muitas frentes de luta econômico-políticas. Isso supõe a interação de muitos atores: Estado, técnicos, cientistas, educadores, empresários pequenos e médios, organizações da sociedade civil e uma ação em várias frentes: educação básica e profissional, pesquisa e assistência técnica, política agrícola, cooperação internacional.

Um enorme esforço de educação deve ser feito. Não há vontade da parte dos setores dominantes de implementar a educação. Por isso qualquer projeto tem que incorporar uma dimensão educativa - educação básica e profissional - sem a qual não irá para frente, pois os seus participantes não terão as condições elementares para enfrentar ativamente a novidade. Isso supõe uma revisão da "educação popular", pois a cidadania não se constrói só em cima da clareza da injustiça de uma sociedade de classe e da organização político-social com a perspectiva de mudar essa sociedade. A educação popular deve contribuir também para que os trabalhadores rurais adquiram as ferramentas indispensáveis para se tornar atores econômicos e políticos sob pena de amanhã não significarem nada.

Neste sentido, cabe salientar a importância do laço a solidificar, senão a estabelecer, após anos de incompreensão ou de oposição, entre pesquisa e tecnologia (nas áreas de ciências humanas e exatas) e os trabalhadores rurais. Os lavradores e pescadores, extrativistas em geral podem apontar problemas que ajudem os pesquisadores a formularem perguntas instigantes. Os pesquisadores, por sua vez, ao realizarem as suas pesquisas em contato - e nas terras - com os lavradores aguçam o interesse e a curiosidade destes e criam um clima de co-responsabilidade na busca de soluções. O mesmo vale para os técnicos. Pode-se falar de transdisciplinaridade: a interpenetração dos saberes.

No seminário de trabalhadores rurais promovido em Gurupá (PA), na região das ilhas da foz do rio Amazonas (veja artigo nesta edição), um pescador/lavrador dizia: "A consciência da terra é como nossa vida. A terra é como a vida da gente". Em nome dessa vida, lutavam contra a destruição dos açaizais e a pesca predatória. Visão passadista? Não, pois o presidente de um sindicato de trabalhadores rurais presente afirmava: "A gente tem uma visão de mudança. Nem olhar para trás, nem se assujeitar."

Os homens livres da Amazônia recusam a exclusão e a morte. ■



João R. Ripper/Imagens da Terra

O Estado manteve os camponeses afastados tanto da educação básica quanto profissional

Amazônia: pequenos produtores rurais e a questão ambiental

Violeta Refkalefsky Loureiro*

A condição da Amazônia enquanto frente de expansão para o desenvolvimento do capital e como *locus* de reprodução de trabalhadores e da pequena produção agrícola, assumida mais expressivamente pelo Estado brasileiro nas três últimas décadas, vem apresentando algumas alterações fundamentais.

O primeiro ponto para o qual se quer chamar a atenção é para a crise do modelo, ou do recurso, utilizado seguidamente pelo Estado brasileiro, de recorrer à Amazônia como *locus* de transferência e reprodução da pequena produção e do grande capital, através da exploração excessiva e subumana do trabalho. Desde o período da borracha, no início do século, passando pela "Batalha da Borracha", na II Guerra Mundial, aos projetos de colonização dirigida, às frentes de trabalho para abertura de estradas nacionais e para a construção de hidrelétricas, ou para integrar as frentes de trabalho nos grandes projetos, o Estado brasileiro tem se servido da Amazônia com o objetivo de diluir tensões noutras áreas do território nacional. Hoje, o esgotamento desse modelo (ou recurso)autoritário, como solução, se tornou evidente.

Quando se fala em esgotamento, não se defende aqui a idéia de que a Amazônia, como fronteira econômica, esteja se fechando para os novos migrantes e mesmo para o novo capital, mas sim que, ainda que permanecendo fronteira aberta à expansão do capital e à penetração de novas frentes de trabalho, as condições subumanas em que se desenvolve o trabalho nessas situações, a violência que o acompanha, a desproteção do cidadão pobre, embrenhado nas matas, sem o abrigo da lei e da justiça e a rápida predação da natureza, têm demonstrado a inviabilidade do Estado continuar recorrendo à Amazônia como solução para problemas não resolvidos noutros pontos do território e da vida nacional. Ilustremos, então, esse esgotamento, com algumas situações exemplares e recentes.

Fracasso da colonização e devastação dos castanhais

A expulsão de populações rurais do Centro-Sul do Brasil, face à expansão da agroindústria da soja, da laranja, da cana-de-açúcar e outras, subsidiada pelo Estado brasileiro - numa

João R. Ripper/Imagens da Terra

* Socióloga e pesquisadora. Professora da Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e pesquisadora do Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp).

demonstração clara de preferência do Estado pela rápida acumulação do capital - tem provocado, desde os anos 70, um acelerado movimento em direção às cidades e a determinadas áreas da Amazônia, das quais Rondônia, já nos anos 80, foi o exemplo do triste e já "clássico" fracasso da curta história da colonização dirigida na Amazônia. Em pouco mais de três anos (1985/88), conforme dados de imagens de satélite do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), aproximadamente 12% (CPI da Amazônia) do território de Rondônia foi reduzido a área devastada, sujeita à erosão, empobrecimento e lixiviação dos solos. Isto, em conseqüência, vem inviabilizando a permanência na terra de pequenos produtores desprovidos quase sempre de capitais - que haviam procurado essas terras como lugar de destino. Agora, são necessários volumes significativos de recursos para corrigir os danos causados à terra e à mata, e para manter uma agricultura dita " moderna", pelos planejadores e estimuladores dessas frentes migratórias.

O desconhecimento da natureza amazônica pelos migrantes de outras áreas e a dificuldade de adaptação, ou mesmo a completa inadaptação do homem de fora aos ecossistemas amazônicos e a tentativa de implantar culturas "modernas" e "produtivas", têm penalizado homem e natureza.

Haviam falhado já os projetos ao longo da Transamazônica. A experiência dos anos 80 completa e parece encerrar o ciclo das grandes marchas populacionais para a Amazônia através dos projetos de colonização dirigida.

A segunda experiência frustrada de que queremos tratar diz respeito ao extrativismo vegetal - a questão da castanha nativa do Pará. Não se trata de questionar o extrativismo como sendo ou não uma forma válida para a sobrevivência de pequenos produtores e da floresta, e sim a forma autoritária através da qual o Estado brasileiro, por vezes seguidas, transferiu riquezas - neste caso, quase dois milhões de hectares de castanhais nativos do sul do Pará - para grupos oligárquicos, em detrimento dos trabalhadores sem terra, naturais ou migrantes.

Após explorar as castanheiras por quase quatro décadas, e após descumprirem as cláusulas contratuais que

O fracasso dos anos 80 parece encerrar o ciclo dos projetos de colonização dirigida

estabeleciam as obrigações desses grupos a quem os castanhais haviam sido cedidos através de títulos de aforamento - obrigações essas de demarcarem as terras recebidas, abrirem caminhos, replantarem castanheiras e manterem a integridade dos castanhais -, boa parte dos foreiros beneficiados desinteressou-se dos castanhais e procurou captar incentivos fiscais e financeiros (do Proterra) para implantar pastos na, talvez, mais rica área da floresta amazônica. As castanheiras cederam lugar aos pastos. Os foreiros antes beneficiados - grupos e pessoas de grande prestígio político e social no Pará e de fora, como a Jari Florestal - queimaram árvores, derrubaram ou permitiram a derrubada de árvores e, por fim, as áreas foram sendo gradativamente ocupadas por trabalhadores sem terra (migrados e também nativos, mas em especial os primeiros).

É preciso considerar que as castanheiras constituem-se, como as seringueiras, nas únicas espécies vegetais citadas especificamente como protegidas pelo Código Florestal Brasileiro; e as próprias áreas onde existem castanheiras estão amparadas por portaria do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) além de já o serem pelos contratos de aforamento de castanhais (concedidos entre meados da década de 50 e início dos anos 60 e válidos até os dias atuais) que cobrem os quase dois milhões de hectares de castanhais nativos do Pará.

Em 1988, após uma dolorosa seqüência de conflitos de terras nas áreas dos castanhais, o Mirad adquiriu 61 dessas áreas (num total de 230.000ha), para assentamento extrativista. Recomprou aquilo que já era público, com a finalidade de acomodar tensões e interesses da classe dominante - já que o título de aforamento não transferia o domínio pleno aos foreiros, mas apenas fazia uma concessão de uso, enquanto o Estado permanecia como o proprietário pleno. O Mirad foi extinto pouco tempo depois. O governo federal abandonou o processo, não retomando a questão através de outro ministério ou mesmo do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

A indefinição institucional a que ficou relegada a área e a omissão do Estado brasileiro em relação a esta questão vêm provocando, desde então, na área do Polígono dos Castanhais, a maior e mais rápida devastação de que se tem notícia na recente história da Amazônia (apesar dos diplomas legais que resguardam o Polígono e as castanheiras, ou ainda, apesar do fato concreto destas áreas terem sido adquiridas para o assentamento de trabalhadores sem terra).

Na verdade, o Estado passa a se omitir após atender o desejo dos foreiros de desfazerem-se vantajosamente de áreas que passaram a ser "inconvenientes" porque começaram a ser ocupadas por trabalhadores sem terra. Estes se sentiram no direito de aí entrar e instalar suas posses, a partir do momento em que os próprios foreiros descumpriram as cláusulas contratuais do aforamento, implantando pastos e desmatando.

Ao lado dos posseiros que lá se instalaram, provenientes da desativação das obras civis dos grandes projetos, sem qualquer vínculo jurídico com a terra, porque esta não lhes foi repassada, há o caso especial das novas levas de migrantes na relação com as castanheiras que ainda recobrem parte da área. Procedentes de outras regiões do Brasil, com ecossistemas muito distintos daquele para o qual se dirigiram, os posseiros queimam a mata para fazer roças, afastando, com isso, o inseto polinizador das castanheiras. Assim, mesmo as castanheiras que permanecem vivas, se recusam a dar frutos. Madeireiros abrem estradas nos lotes dos pequenos produtores, em troca da mata que constitui a reserva de floresta (e de capital) disponível nos fundos de seus pequenos lotes. A precária estrada aberta pelos madeireiros para arrastar as toras (e mais tarde transportar a produção do posseiro) torna-se intransitável no inverno seguinte, deixando o morador desprovido da reserva florestal e tão isolado como antes. Além disso, ele vende também a madeira para obter dinheiro imediato,

face a adversidades de várias naturezas: doenças na família, necessidade de pagar frete pelo transporte de produtos e outras.

É assim que, através de levantamentos com imagens de satélite (INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Sudam - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, 1987), se constatou num recente estudo cartográfico realizado pela Sudam e o Idesp (Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará), que 44,56% dos castanhais nativos do Pará já se encontram hoje devastados. E neles habitam, esquecidos pelos planos, programas e projetos de todos os ministérios, milhares de migrantes e naturais, abandonados à própria sorte e à violência social.

Problemas de sobrevivência e cultivo

A possibilidade do homem da Amazônia sobreviver através de culturas perenes e típicas da região - sejam elas plantas da floresta nativa, como a castanha, o cupuaçu, pupunha, cacau, os cipós diversos que servem para a fabricação de móveis, plantadas em áreas já debastadas, ou ainda plantadas em florestas abertas, com vistas a enriquecer a floresta empobrecida - é algo desejável, possível mas que, paradoxalmente, constitui-se num objetivo distante, pois depende de muitos fatores, independentes do trabalhador rural.

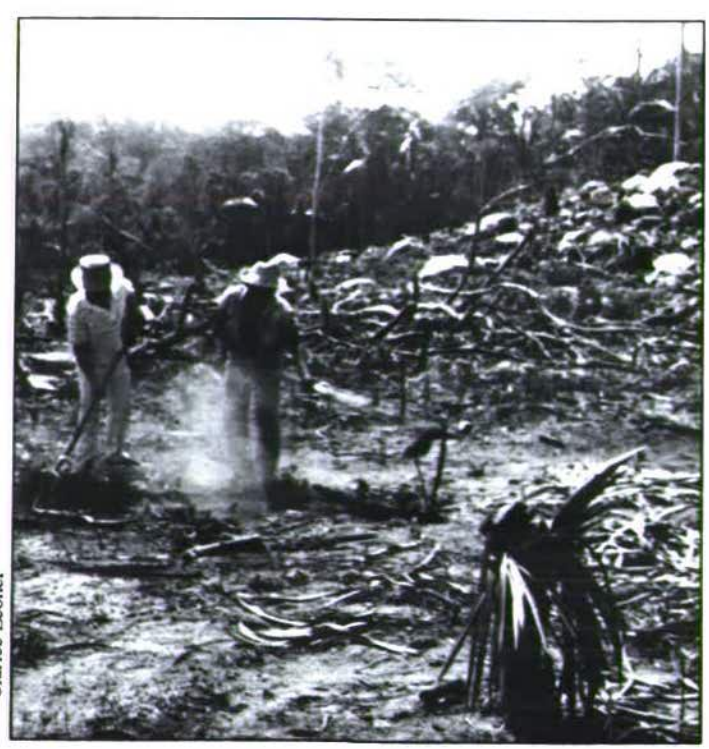
Em primeiro lugar, a não existência de uma reforma agrária democrática noutros pontos do país provocou um intenso e rápido crescimento populacional para as áreas da Amazônia, em especial certas regiões do Acre, Rondônia, Roraima e Pará. São migrantes que procedem de regiões com ecossistemas muito diferentes daqueles que, na Amazônia, encontram pela primeira vez. Desconhecem os nomes dos peixes, a medicina derivada dos produtos da floresta, os frutos de que a mata é riquíssima, as práticas da pesca, que o caboclo da região aprendeu, desde séculos atrás, com seus irmãos índios. E assim, desconhecendo a região, desprovidos de capital, ignorados pelos programas públicos de apoio financeiro, técnico e ambiental, põem fogo na mata para colocar roças que empobrecem mais ainda os já pobres solos amazônicos, obrigando-os a uma nova queima, numa outra parcela do lote, onde, freqüentemente, vive sob a insegura condição de posseiro.

Os naturais da região procuram defender a permanência da floresta, mas sabem que a extração da castanha, do cupuaçu e de outras espécies vegetais não é suficiente para sua sobrevivência. Seria necessário inventariar os recursos florestais dos lotes, plantar espécies que permitissem uma renda mais permanente, implantar uma infra-estrutura mínima de beneficiamento da produção na própria área e sob controle de sindicatos e cooperativas - sem o que, o possível lucro da atividade continuaria a ser transferida para os intermediários.

Enfim, possibilidades existem mas é preciso que, de um lado, o Estado brasileiro abdique de sua permanente aliança e esforço em propiciar a acumulação das classes dominantes, como fez durante séculos (e nas últimas décadas, em especial através dos incentivos fiscais, do Proterra e de outros programas), e passe agora a apoiar os pequenos produtores agrícolas, os extrativistas, os índios da Amazônia, isto é, comece a enxergar os povos da floresta.

Ao lado disso, a estrutura de apoio à atividade garimpeira requer, hoje, a abertura de pistas de pouso e estradas, transporte de dragas e outros equipamentos pesados, gêneros alimentícios, armas e munições, o que implica na existência de um maior volume de capital por unidade de produção. Disso resulta uma nova forma de organização do trabalho, que apresenta maior hierarquização de funções e onde se constata a precária apropriação de renda pelos segmentos mais baixos dessa hierarquia. O rápido desaparecimento da figura do garimpeiro isolado, independente e solitário das décadas passadas, espreitado pela sorte e o azar nas curvas dos rios e em beiras de barrancos, cede lugar a uma intrincada rede de relações com graus de hierarquia e poder antes desconhecidos, que passa ao largo da antiga forma de repartição da renda do garimpo, à semelhança do sistema de parceria rural que vigia nos garimpos da época. Ao lado disso, desenvolve-se na sociedade exterior, a concepção do garimpeiro como um ser violento, rebelde, sujo e predador da natureza e, por isso, discriminado. Passa a compor, junto com os peões, posseiros, extratores de produtos vegetais, índios e outros, a vasta camada dos proscritos da sociedade brasileira - aquele aos quais o Estado brasileiro deserdou e a sociedade estigmatizou.

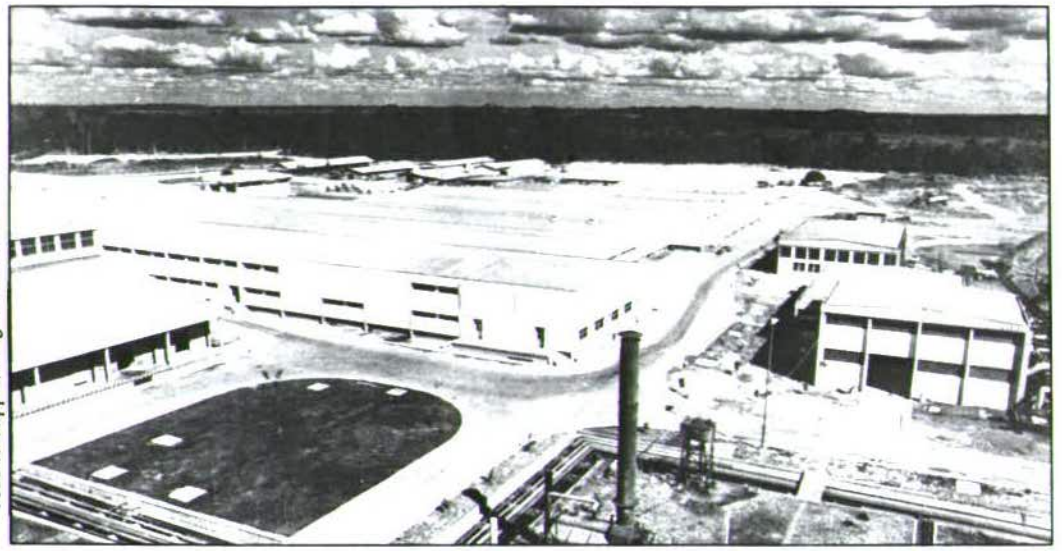
Com ele enreda-se o índio, atingido pelas frentes de expansão, em suas terras e cultura. Muitos hoje convertidos em carregadores, guias, mateiros, ajudantes em serviços variados. Ou como seres que, para sobreviverem, vendem parte da madeira ou da castanha, ou cobram participação na produção do ouro. Atacados pela malária, em virtude das águas empoçadas nas áreas degradadas dos garimpos, cegos pela oncocercose ou mesmo bem nutridos e enfeitados com brincos e cordões de ouro com



Clarice Leonel

Xinguara, sul do Pará, trabalhadores plantam em área desapropriada

Grandes projetos são enclaves que jamais se integraram às economias locais



João R. Ripper/Imagens da Terra

Frigorífico Atlas, Santana do Araguaia(PA)

pepitas penduradas, shorts e tênis, os índios vão gradativamente desaparecendo e perdendo sua condição original. Assumem o estereótipo discriminativo de "Índios espertos", ou de "não-mais-índios" E junto com os garimpeiros, somam-se àqueles que se situam fora das ações e preocupações do Estado brasileiro. Esgota-se a utopia do índio forte e livre. Índio e garimpeiro passam a constituir, junto com os assalariados, peões, posseiros, extratores e outros, membros das classes subordinadas e marginalizadas. Fracassou o Estado brasileiro no trato com os índios, sua cultura e seu espaço.

O Estado favorece o grande capital

No que concerne ao grande capital, o Estado brasileiro tem destinado não apenas grandes vantagens de instalação, como subsídios muito vantajosos.

O Programa Grande Carajás (abrangendo quase um milhão de km², e 216 municípios em três estados), a Albrás-Alunorte e outros são suficientemente ilustrativos dessa situação. E embora a sociedade pague pelos inúmeros subsídios oferecidos aos capitais desses projetos, o modelo não vingou. Recentes estudos do Idesp vêm mostrando que tais projetos não têm aumentado o nível de emprego e renda ou elevado o padrão de vida das populações que habitam sob suas áreas de influência.

Ao contrário, a desestruturação da base produtiva em que se assentava a economia anterior (pesca artesanal, extrativismo vegetal, pequena agricultura etc.) à instalação desses projetos, causa mais desemprego do que os empregos proporcionados pelos projetos, depois de implantados. Além do que esses projetos jamais conseguiram se integrar à economia local, permanecendo sob a forma de enclaves. De outro lado, não se verticalizaram, no sentido de gerar produtos mais elaborados e capazes de gerar uma renda maior, que possa ser agregada à economia regional. Ao contrário, continuam produzindo e exportando sob a forma de semi-elaborados ou quase brutos. A tecnologia empregada em quase todos eles é obsoleta em relação àquela hoje disponível nos grandes centros do mundo, em especial no que concerne à proteção ambiental.

O tratamento dispensado às populações que são deslocadas por ocasião da implantação desses projetos é violento e discriminatório, com indenizações irrisórias e parceladas, transferências à força, assentamentos em pontos os mais diversos. Desintegram assim a comunidade original, separando o homem do rio, dos lagos e da mata de onde extraíam seu sustento individual e familiar, rompendo o elo entre natureza e homem, e jogando-o na cidade na condição de subempregado.

Importa considerar ainda, no velho modelo de exportação de semi-elaborados, o fato de que o mais importante nessa forma de produção e exportação é que o produto, hoje, traz embutida em si a energia que os países desenvolvidos não são mais capazes de produzir. Trata-se de exportação não apenas do produto, mas de milhões de quilowatts de energia "dura" dentro dele. Energia essa subsidiada pelo governo, cujo preço é 46% mais baixo do que o pago pelos demais consumidores industriais nacionais. O maior valor agregado vem justamente da elaboração secundária e aperfeiçoada na produção de produtos acabados (e não de insumos), que é feita nos países desenvolvidos.

De outro lado, esses projetos se constituem como unidades de produção que, pelo seu caráter poluidor, não são mais tolerados nos países desenvolvidos. Por exemplo, todo pólo siderúrgico de produção de ferro gusa no Pará está sustentado pelo carvão vegetal (como energético e redutor do processo siderúrgico), que se consistiu no insumo básico do produto (ferro gusa). Face ao abandono em que se encontram os pequenos produtores rurais de todo Brasil, são justamente aqueles que se situam sob a área de influência dos grandes projetos os que se vêem mais afetados. Para obter algum dinheiro para enfrentar necessidades imediatas, vendem parte da mata do lote para madeireiras ou para a produção de

carvão vegetal. Muitos resistem, mas outros tantos se juntam aos que migram de Minas Gerais para o Pará e o Maranhão, com a expectativa de encontrarem emprego na condição subumana de carvoejadores, na qual a saúde é precária e a vida é curta.

Outros afastaram-se de seus lotes de terra (após o arrefecimento da reforma agrária) em busca de melhor sorte num garimpo de ouro, onde a contaminação por mercúrio, a malária, a disenteria e outros males, como a superexploração do trabalho e a possibilidade de acidentes, converteram-se em companheiros do cotidiano de cada um deles.

Excetuando o controle do governo militar havido em Serra Pelada, no Pará, nos anos 80, com a intenção clara de, através da produção de ouro saldar dívidas públicas pelo controle do trabalho e da produção dos garimpeiros, a atividade garimpeira se articula precária e apenas ciclicamente com a estrutura institucional do Estado brasileiro. Afora o caráter das campanhas ambientais e de saúde (combate à malária), as frentes garimpeiras permanecem fora dos quadros de ação governamental. Não há programas específicos visando à proteção do trabalho, ou à saúde, tomada em seu aspecto mais amplo e como ação sistemática.

Poderiam esses projetos ser realizados de forma menos danosa ao meio ambiente? Sim, mas os custos de implantação de plantas industriais mais cuidadosas do ponto de vista tecnológico e ambiental não garantiriam as largas margens de lucro que hoje esses projetos proporcionam aos países a que se destinam!

Mudanças no enfoque e nas políticas

De todo esse quadro, algumas inferências fundamentais podem ser extraídas. A primeira delas é o histórico e o sucessivo fracasso do Estado brasileiro em relação à Amazônia. Outra constatação é a de que, hoje, estamos vivendo um raro momento histórico de ausência completa de modelos acreditáveis como portadores de equilíbrio e desenvolvimento para a região, já que os grandes projetos resultaram em grandes desastres. Nesse hiato em que nos encontramos, acontece a rápida desintegração dos grupos sociais, originais e da natureza amazônica. A meu ver, é justamente a abundância da natureza amazônica e a condição de ser ela um enorme banco de espécies vegetais, que poderiam servir, no terceiro milênio, como elemento capaz de colocar o Brasil num patamar mais vantajoso no contexto das demais sociedades. Portanto, é importante e urgente testar formas de equilíbrio entre homem e natureza, capazes de serem implantadas em substituição às formas perversas, historicamente engendradas pelo Estado brasileiro para a região. E que, agora pelo menos, essas novas formas venham a beneficiar os pequenos produtores, os trabalhadores sem terra - os excluídos do Estado brasileiro.

Em toda essa situação problemática, vislumbra-se alguma reação por parte da sociedade? Reações têm vindo de grupos isolados em todas as partes do território amazônico: seringueiros fazem "empate" nos seringais do Acre, resistindo, mesmo à custa da vida de alguns, como Chico Mendes, à derrubada dos seringais para dar lugar aos pastos; populações rurais de Paraupebas, por exemplo, têm manifestado irritação e descontentamento por não poderem utilizar-se das infra-estruturas feitas para uso exclusivo dos grandes projetos, como uma rodovia privativa da Companhia Vale do Rio Doce, construída com recursos públicos, enquanto suas produções agrícolas se perdem nos lotes, sem possibilidade de deslocamento; índios se reúnem, em 1989, em Altamira, no maior congresso indígena de que se tem notícia, no qual a índia Tuíra, simbolicamente, passa a faca no pescoço de uma alta autoridade da Eletronorte, em protesto pelos transtornos causados pelas hidrelétricas na Amazônia; pescadores do Lago Grande, no Baixo Amazonas, reúnem-se e debatem seus problemas de destruição da natureza. As manifestações são inúmeras, mas de grupos isolados, sem que a sociedade amazônica esteja, de forma coesa, empenhada e consciente da necessidade de mudança.

O que se constata é que a reflexão crítica sobre a questão regional amazônica pouco amadureceu nas duas últimas décadas e ficou muito aquém do que se poderia esperar de uma sociedade que vem sofrendo seguidamente tantas agressões.

Roland Michon

Os países desenvolvidos se beneficiam da destruição da floresta: somos exportadores de "energia dura" nos produtos semi-elaborados

É preciso, em primeiro lugar, ter consciência de que, na Amazônia, se pouco se avançou coletivamente, alguns avanços, de alguma forma, foram feitos: hoje, o Estado brasileiro não pode mais recorrer à noção de "vazio demográfico", conceito de que se valia para ocupar os espaços "despovoados" da região. Tem que engolir, goela abaixo, a constatação da existência dos povos da floresta e, às vezes, movimentos isolados e fortes como o movimento popular de Defesa da Vida, por ocasião do fechamento da barragem de Tucuruí. Hoje, parece ser mais difícil para o governo central adotar medidas autoritárias para a Amazônia, como o fez até o passado recente.

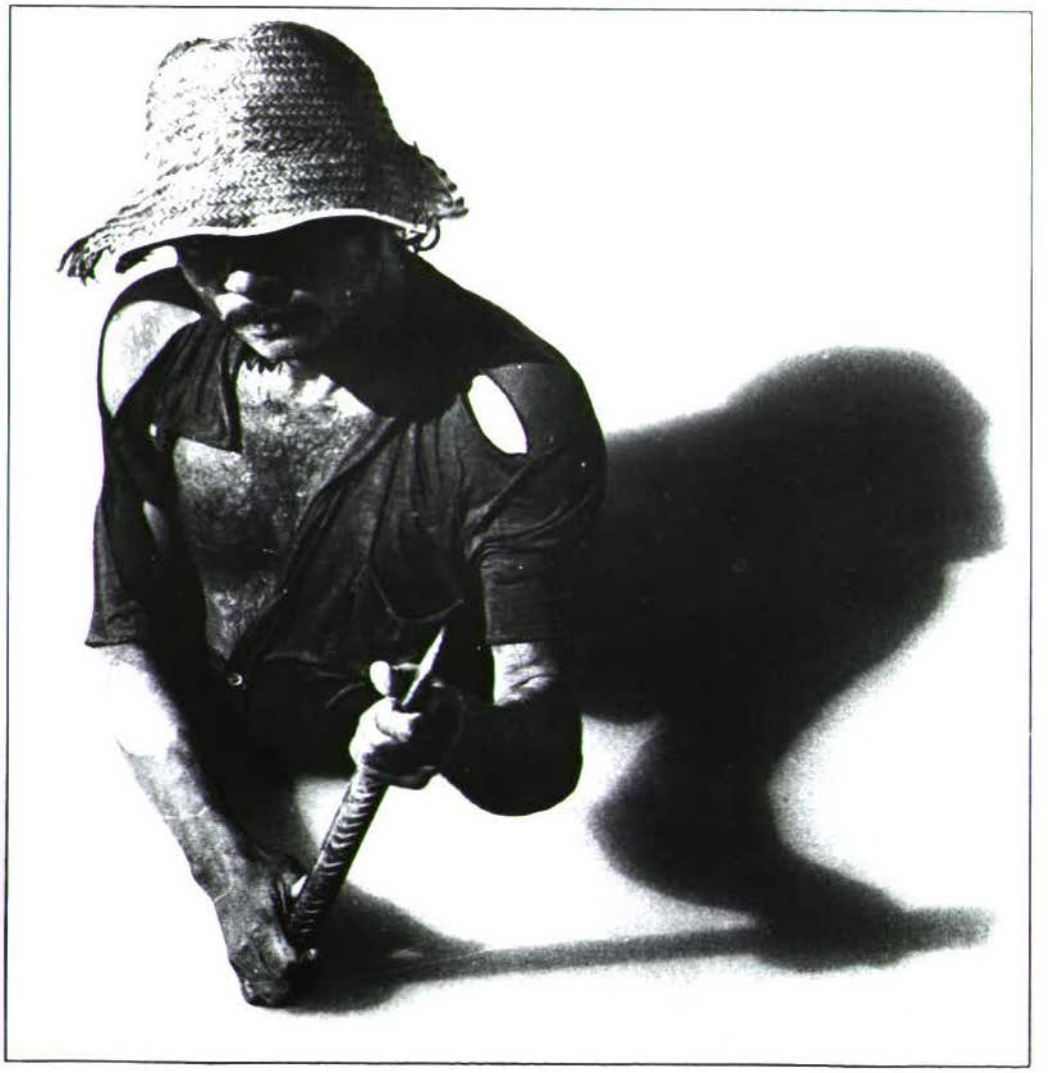
Portanto, creio que devemos aproveitar este momento de observação e perplexidade nacional e internacional sobre a Amazônia, em especial por sua questão ambiental, para todos nós, juntos, tentarmos dar um basta às intervenções e experiências do Estado brasileiro na Amazônia. Creio que devemos nos juntar, todos, na tentativa de discutir a questão regional amazônica em todos os espaços políticos disponíveis: nas salas de aula, nos jornais, na televisão, nas pesquisas e, principalmente, nos movimentos em prol da defesa e da consciência amazônica. Vamos nos juntar aos movimentos sociais, debater, amadurecer a questão regional amazônica e fazer propostas buscando uma nova harmonia entre os homens e a natureza e que contemplem as classes pobres. Mas, sobretudo, vamos dizer um basta ao Estado brasileiro e sua ação perversa na Amazônia! ■

Indústria e agricultura na floresta: o impasse do modelo guseiro em Carajás

●

Fábio Carlos da Silva*

Esse artigo é resultante de atualizações e reformulações procedidas no texto originalmente apresentado no "Workshop on the U.S. Tropical Timber Trade: conservation options and impacts", promovido pela Rainforest Alliance, na cidade de Nova Iorque, nos dias 14 e 15 de abril de 1989.



João R. Ripper/Imagens da Terra

A intensidade com que se vem dando a ocupação de áreas de floresta na Amazônia brasileira, resultante da implantação de grandes projetos agropecuários e de colonização, da exploração madeireira e mineral e da abertura de rodovias e construção de hidrelétricas, tem ocasionado transformação acelerada de extensas áreas há alguns anos recobertas pela magnífica floresta primitiva, em tipos degradados de vegetação de difícil aproveitamento econômico.

Para se ter uma idéia do problema, somente no ano de 1987, as queimadas realizadas na região amazônica resultaram na destruição de 200 mil km² de mata, área superior à extensão territorial do Estado do Acre. (Albert Setzer, "A Amazônia perdeu 200 mil km² de floresta nas queimadas", *O Liberal*, Belém, 26 de março de 1988, p. 23). Ademais, a partir de análises de fotos do Satélite Noaa constatou-se que naquele ano cerca de oito mil pontos de queimadas ocorreram simultaneamente, sendo que no período das queimadas (oitenta dias aproximadamente) cerca de cinco milhões de toneladas de monóxido de carbono foram jogados na atmosfera.

Essa devastação sistemática das florestas amazônicas, última área contínua recoberta por matas tropicais, que afeta a vida animal e vegetal, tem preocupado não só a comunidade técnico-científica nacional e internacional, como também outros segmentos da sociedade civil do Brasil e de outros países, no que se refere às prováveis conseqüências que poderão pôr em risco grande parte da população mundial.

Ação do Estado e desmatamento

O governo federal do Brasil através das diversas políticas adotadas para promover a ocupação da Amazônia é o grande responsável pelo processo desordenado com que vem se dando a ocupação do solo e subsolo amazônicos nos últimos 30 anos.

O marco das transformações ocorridas na região foi a construção da rodovia Belém/Brasília, em 1960, que representou o início do processo de concentração das terras e formação de grandes fazendas de gado, principalmente no Mato Grosso e no sul do Pará. Em 1966, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a instituição dos incentivos fiscais do Imposto de Renda, multiplicaram-se os empreendimentos agropecuários na região, intensificando-se a derrubada da floresta nativa para plantação de capim.

Na década de 1970 criou-se o Programa de Integração Nacional (PIN) e várias rodovias federais foram construídas na Amazônia: Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho, Cuiabá-Santarém, e Porto Velho-Manaus, entre outras. Na Transamazônica e na Cuiabá-Porto Velho, o governo da União, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), implantou projetos de colonização visando amenizar tensões fundiárias nos estados do Nordeste e ainda Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul.

Centenas de famílias de pequenos agricultores migraram então para o Pará e Rondônia, principalmente, na busca de terras e esperança de melhores condições de vida e trabalho. Entretanto, a ausência de crédito, assistência técnica, condições favoráveis de escoamento da produção, serviços de saúde e escola para as crianças, aliada às condições inóspitas da região fizeram com que a grande maioria retornasse para seus lugares de origem.

No ano de 1980 o governo instituiu o Programa Grande Carajás, visando incentivar com crédito e isenções de impostos a exploração dos recursos minerais da Amazônia oriental. Construiu-se a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, para fornecer energia elétrica para a produção de alumínio pela Albrás em Barcarena.

Para exploração do ferro da Serra dos Carajás a Companhia Vale do Rio Doce construiu o complexo mina-porto-ferrovia, sendo que a estrada de ferro Carajás, que liga a mina de Carajás, em Paraupebas, Pará, ao Porto de Itaqui, no Maranhão, possui uma extensão de 860km.

A partir de 1985, o Programa Grande Carajás concebeu um plano de desenvolvimento industrial para a região da estrada de ferro baseado na siderurgia de carvão vegetal.

Estavam criadas as condições de infra-estrutura econômica e institucional para que o desmatamento incentivado e o desequilíbrio ecológico se intensificassem de forma assustadora na Amazônia brasileira, em geral, mas, principalmente, nos Estados do Pará e Rondônia.

Para se ter uma idéia do ritmo geométrico da alteração da cobertura florestal, até o ano de 1975, dos 4,9 milhões de km² da Amazônia legal, haviam sido desmatados cerca de 28 mil km². Três anos após (1978) o desmatamento já era da ordem de 75 mil km². Em 1980 a área desmatada na Amazônia subiu para 120 mil km² e em 1988 ultrapassou os 251 mil km². (Instituto de Pesquisas Espaciais, *Avaliação da Floresta Amazônica* - São José dos Campos, 1989)

Os locais mais devastados foram: Rondônia, que até 1988 já tinha 12,6% de área de seu território desmatada (30.046 km² para uma área total de 238.378 km²); Pará, com cerca de 7,1% de alteração; Maranhão e Mato Grosso, com 9,1% e 8,3% de área alterada, respectivamente.

Entretanto, frise-se que essa destruição da floresta vem se dando de forma concentrada em algumas regiões desses estados, fato que torna esses números assustadores.

Agropecuária e extrativismo

Com a abertura das estradas rodoviárias, a partir de 1960, empresários e fazendeiros do Centro-Sul do país, principalmente de São Paulo, adquiriram imensas áreas da Amazônia e deram início à expropriação da população camponesa que habitava a região, ao extermínio dos povos indígenas e à derrubada da mata nativa da floresta de terra firme para plantar capim. Incentivadas pela Sudam, as fazendas pecuárias da Amzônia são as grandes responsáveis pela maior parte da área florestal devastada.

*Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA. Pesquisador do Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp).

TABELA 1
Alteração da cobertura vegetal até o ano de 1988

Estados	Área km²	Ateração até 1988 km²	% Estado
Acre	153.697,5	5.509,64	3,585
Amapá	142.358,5	842,25	0,592
Amazonas	1.567.953,7	12.836,58	0,819
Pará	1.246.833,1	88.741,45	7,117
Rondônia	238.378,7	30.046,40	12,604
Roraima	225.017,0	2.187,40	0,972
Tocantins-Goiás	269.910,5	20.279,12	7,513
Maranhão(*)	260.232,7	23.771,07	9,135
Mato Grosso(*)	808.402,7	67.215,64	8,377
Total	4.906.784,4	251.429,55	5,124

Fonte: INPE, 1989
(*) Parte territorial inserida na Amazônia legal

Estudos solicitados pelo próprio presidente da República, através de decreto executivo, concluíram que o sistema de incentivos fiscais do Imposto de Renda na Amazônia deve ser extinto, pois os projetos agropecuários não são economicamente eficientes, não trouxeram desenvolvimento regional e provocaram a devastação acelerada da mata nativa (*Relatório de Avaliação dos Incentivos Fiscais*, Brasília, Comif/Ipea, 1988).

A abertura das estradas e a formação de fazendas de gado, no Mato Grosso, Pará e Rondônia, com a conseqüente derrubada das árvores, inclusive as de maior valor comercial como o mogno e a virola, atraíram inúmeras serrarias para a região, principalmente para o sul do Pará.

Essas serrarias vieram de outros estados do país onde mais recentemente ocorreu o esgotamento de suas florestas nativas, principalmente Espírito Santo e Paraná.

Apesar do rápido crescimento do número de serrarias na Amazônia brasileira, que aumentaram de 84 em 1952 para 793 em 1978, e para 2.231 unidades em 1986, somente cerca de 10% da biomassa florestal na Amazônia é destinada à atividade madeireira .(Roberto Samanez Mercado & Sabina Campagni, "Exportações da Floresta Amazônica", s/d, p. 6). O volume de toras removido na região amazônica pela atividade madeireira representa, provavelmente, 11m³/ha de área florestal inventariada, sendo que as florestas amazônicas mais ricas apresentam uma biomassa florestal de 230 a 280m³/ha.

Esses parâmetros, entretanto, devem ser atualmente relativizados, uma vez que pesquisas do Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará têm revelado que há uma tendência da atividade madeireira aumentar a demanda por árvores da região, dependendo principalmente da conjuntura econômica nacional e internacional, que faz variar a demanda por produtos florestais.

As atividades extrativistas minerais têm causado sérios problemas de poluição no meio ambiente amazônico. O garimpo do ouro, além de degradar a qualidade ambiental do meio biológico, também tem atingido diretamente o meio físico, através do desmatamento, erosão e conseqüentemente o assoreamento da drenagem e o aumento da turbidez das águas dos rios.

A intensidade dos efeitos negativos ao homem e ao meio ambiente, decorrente da atividade de garimpagem de ouro, pelo lançamento de mercúrio e pela enorme degradação ambiental, pode ser constatada, no caso da região garimpeira do Tapajós, no Estado do Pará, pelas elevadas taxas registradas de concentração de mercúrio na população local, através de inalação, absorção cutânea e ingestão de alimentos contaminados. Em janeiro de 1988 a análise de urina e sangue de 35 indivíduos residentes no município de Itaituba (PA), revelou que 40% apresentaram níveis acima do tolerável, que é de 0,02ppm em relação à urina, e 74% apresentaram níveis acima de 0,2ppm, que é o máximo tolerável para amostras de sangue (*Programa de controle ambiental da garimpagem no rio Tapajós*, Belém, Governo do Estado do Pará, Seicom, 1988).

Indústrias siderúrgicas e agricultura camponesa

Atualmente o meio rural da Amazônia oriental brasileira, em geral, e a região paraense do corredor da Estrada de Ferro Carajás, em particular, vivem um grande impasse. O governo federal, através do Programa Grande Carajás e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), aprovou e tenta implementar uma série de projetos que prevêem o estabelecimento de pólos siderúrgicos à base de carvão vegetal ao longo da estrada. Aliás, no âmbito da CVRD, não há unanimidade de opiniões quanto ao modelo guseiro, ressaltando-se duas posições antagônicas. A primeira, que defende o modelo, é representada, principalmente, pela Superintendência de Estudos e Projetos (Supes), e a outra, contrária, é representada pela Superintendência de Meio Ambiente (Sumei). No presente, a correlação de forças tem tendido, no que se refere às decisões da cúpula da companhia, mais para a Supes, embora esteja cada vez mais difícil sustentar, com argumentos concretos e fun-

damentados, a pertinência do modelo para promover o desenvolvimento regional do país.

Os pólos siderúrgicos se apoiariam sobre empresas que produzirão ferro gusa na região, utilizando o ferro da Serra dos Carajás, no Pará, e o carvão vegetal a partir da lenha oriunda da floresta. Apesar de recentes dispositivos legais exigirem que as guseiras a carvão vegetal se abasteçam de lenha originária de florestas próprias, instituindo a obrigatoriedade do manejo sustentado e do reflorestamento, esses são economicamente inviáveis e ecologicamente utópicos, pois somente no pólo siderúrgico de Marabá, no Pará, apenas três empresas, Simara, Prometal e Cosipar, para viabilizarem a produção de aproximadamente 650 mil toneladas de ferro gusa e ferro liga, demandarão uma área para ser reflorestada com eucalipto - cuja plantação não é viável na região - de 800 mil hectares (Idesp, *Estudo do emprego e da renda na área paraense do corredor da Estrada de Ferro Carajás*, Relatório de Pesquisa 15, Belém, 1990). Ademais, o custo para se produzir uma tonelada de ferro gusa utilizado-se carvão vegetal de lenha oriunda de floresta nativa é de cerca de 27 dólares enquanto que o mesmo sobe para 90 dólares se for com carvão de reflorestamento, que é, aproximadamente, o preço do gusa no mercado internacional, o que torna o reflorestamento economicamente inviável. (Idesp, *Impacto da implantação do pólo siderúgico na estrutura produtiva e no movimento migratório em Marabá*, Relatório de Pesquisa 12, Belém, 1988).

Além do problema social decorrente da transformação do minério de ferro em ferro gusa, segundo o modelo tecnológico vigente, os problemas ambientais também são bastante relevantes. A siderurgia à carvão vegetal na Amazônia não contempla, pelo menos no Estado do Pará, atividades posteriores à fabricação do gusa, não se prevê estabelecimento de aciarias e laminados. Os efeitos anteriores estão restritos à produção de carvão vegetal, que não traz benefícios econômicos para a população, ao contrário destrói a saúde do homem e elimina a floresta.

Caso não se reverta o modelo guseiro em Carajás, de forma a manter harmônica a convivência da indústria com a pequena agricultura, pelo menos 1/3 dos ocupantes ou posseiros de todo país, cerca de 300 mil trabalhadores, estarão com suas condições de sobrevivência seriamente ameaçadas. Em Minas Gerais, local de origem dos investimentos atuais da siderurgia em Carajás, os empresários do gusa não conseguem mais dispor de floresta nativa para fazer carvão. Espera-se que a Amazônia não reproduza os desastres ecológicos e sociais daquele estado. ■

Roland Michon

O ferro gusa é produzido com o ferro de Carajás e o carvão vegetal tirado da lenha da floresta

Uma política pesqueira para a Amazônia

Lourdes Gonçalves Furtado*

Hábitos alimentares e práticas de coleta de moluscos pelas populações costeiras atuais são, certamente, resíduos culturais legados pelo homem primevo que habitou o litoral da Amazônia. Provas dessa existência foram reveladas por arqueólogos que estudaram e vêm estudando os sambaquis amazônicos nessa região (C.G. Corrêa & M.F. Simões, "Pesquisa arqueológica na região do Salgado-Pará: a fase areão do litoral de Marapanim", *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nova Série/Antropologia, Belém, 1971).

Essas atividades coletoras aparecem hoje mescladas com a pesca praticada em dois grandes ambientes aquáticos: mar e águas interiores - estas constituídas de rios, lagos, igarapés, paranás, furos e outros cursos d'água amazônicos.

Janduari Simões

Nesses diversos ambientes ecológicos a atividade pesqueira é praticada secularmente por pequenos produtores artesanais que, há duas décadas, vêm tendo a concorrência de pescadores do setor industrial, a qual foi originada com a instalação do parque industrial pesqueiro, sob a égide da política de incentivos fiscais para a Amazônia.

Esses pequenos produtores, genericamente conhecidos como pescadores, são segmentos da sociedade cabocla amazônica, cujas origens remontam ao processo de dominação – colonização portuguesa na Amazônia, nos meados do século XVII (1616), que motivou, por sua vez, a miscigenacão entre índios nativos e colonos, nucleados à sombra das fortificações militares e aldeamentos indígenas missionados por religiosos de ordens monásticas a serviço da Coroa portuguesa.

Nesse processo de aldeamento étnico e cultural entre índios e brancos, fundiram-se hábitos, valores culturais, métodos e técnicas de manejo do meio ambiente (de águas e de florestas), transmitidos de geração a geração até os dias atuais.

A cada ambiente os representantes dessa sociedade, com sua capacidade adaptativa, com sua *caboclitude*, isto é, sua maneira de ser, pensar e agir, sua cultura enfim, ao longo do tempo iam criando e recriando sabiamente formas de adaptação de vida material e social sustentáveis à sua reprodução social. Daí hoje detectarmos na Amazônia uma diversidade de "gêneros de vida" associados intimamente com a diversidade ambiental amazônica. Particularmente no campo da pesca, essa diversidade é também observada (Arthur Cézar Ferreira Reis, *A Amazônia e o mundo atual*, Rio de Janeiro, Di Georgio, 1967).

A pesca nos rios e na zona costeira

O Estado do Pará possui cerca de 34,5% dos 3.581.180km² da bacia amazônica. Desse total, 20.512km² constituem as águas interiores; além disso dispõe de 512km de costa atlântica entre o Cabo Norte e a foz do rio Gurupi.

*Antropóloga, pesquisadora associada do CNPq no Museu Paraense Emílio Goeldi, chefe do Departamento de Ciências Humanas.

Ora, com esse espaço aquático a população de pescadores regionais encontra campo propício para dois tipos de pesca, que definimos como flúvio-lacustre e costeira. No primeiro caso, corresponde às modalidades de pescaria feitas no rio Amazonas e seus tributários, nos rios menores, igarapés, paranás, furos e lagos. No segundo, às praticadas na orla marítima ou costeira entre o Cabo Norte e a foz do rio Gurupi. Neste limite, são os pescadores residentes nas sedes de municípios e nas vilazinhas pesqueiras da oria marítima das zonas do Salgado e Bragantina que praticam efetivamente a pesca, cujo produto entra no fluxo comercial em direção ao mercado urbano da capital.

A tecnologia de pesca empregada nesses dois domínios, embora resguardando-se suas peculiaridades marcadas pela influência ambiental, é simples, quase naturalística e evocativa daquela utilizada pelos grupos indígenas tanto do passado quanto do presente. Em vários aspectos apresenta também traços da influência do colonizador português. Caracteriza-se basicamente pela artesania elaborada pelos próprios pescadores com recursos do meio ambiente, embora revele traços de modernidade impostos pela expansão do processo de modernização no meio rural, há quase três décadas. Esses traços são o motor, as redes malhadeiras, bóias de plástico, tintas, vernizes e material de vedação produzidos industrialmente. É dessa simplicidade tecnológica que advém o termo artesanal para a atividade do pescador.

O produto da fauna pesqueira desses pescadores é comercializado nos pequenos, médios e grandes centros da região através de uma extensa e diversificada rede de intermediação que utiliza variados meios de transporte (caminhão, ônibus, motocicleta, barco, carros frigoríficos). Essa comercialização se caracteriza pelo crescente aumento de preço do pescado, desde a sua origem ao consumidor final. Entretanto, dizem os pescadores: "É um mal necessário", pois não têm alternativas para escoar o produto diretamente à praça de mercado.

Estes pescadores, ribeirinhos, lacustres e costeiros, queixam-se constantemente e padecem de dificuldades que lhes afetam a qualidade de vida material e social, tais como: a) carência de equipamentos para o acesso objetivo aos mananciais pesqueiros; b) ausência de infra-estrutura para o acondicionamento, conservação e transporte de seus produtos, para garantir preços justos e acompanhar as demandas do mercado, já que, em diferentes graus, sua economia é parte integrante do sistema econômico abrangente; c) carência crônica, diríamos assim, de apoio creditício institucional realmente adequado às suas condições sócio-culturais; d) falta de organização política necessária à defesa de seus direitos de cidadania e à reivindicação e consecução de seus pleitos mais elementares (saúde, educação, manutenção da propriedade e dos mínimos vitais e sociais) para uma vida digna; e) falta de recursos para manutenção e reposição de seus instrumentos de trabalho; f) e o que é pior: deparam-se com a indiferença com que suas questões têm sido tratadas.

Esse quadro parece gerar na população pesqueira um estado psicológico de desesperança no que tange à solução ou equacionamento dos problemas que permeiam sua vida nas áreas onde habitam. Manifesta-se inicialmente pelo que Antonio Cândido (*Os parceiros do Rio Bonito*. 2ª ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1971) chama de "saudosismo transfigurador", isto é, imagens retrospectivas de situações vividas em tempos em que o acesso aos bens materiais lhes assegurava um mínimo vital e social bem melhor do que nos dias atuais. Este saudosismo permeia o discurso dos pescadores mais idosos, no qual surgem expressões reveladoras da atual defasagem dos níveis de produtividade e qualidade de vida.

Por exemplo: "Nos tempos passados tinha muito peixe quando não existia esse *puderar* de barcos de *marreteiro*"; "era bem melhor no tempo das *geleiras* de vela, elas só vinham de 15 em 15 dias *pegá* o peixe dos currais e das nossas redes"; "hoje em dia as águas estão envenenadas mas não é com timbó não, é com mercúrio dessas *garimpage* que fazem aí pra cima"; "hoje a gente padece com esses barcos grandes de pesca que *estragô* nossas *malhadeira*,

quebrô nossas canoas e ninguém dá cobro nisso, diz que tem lei mas eles invade a nossa parte da pesca"; "antigamente qualquer pescador conseguia tirar pau no mato pra fazer curral e canoa, agora *vigie* hoje pra *vê* se encontra, a gente se quiser tem que ir *vê* se encontra longe"; "antigamente todo mundo se ajudava por amizade e todo mundo tinha o que *comê*, hoje se a gente não *pagá*, vai *trabalhá* só".

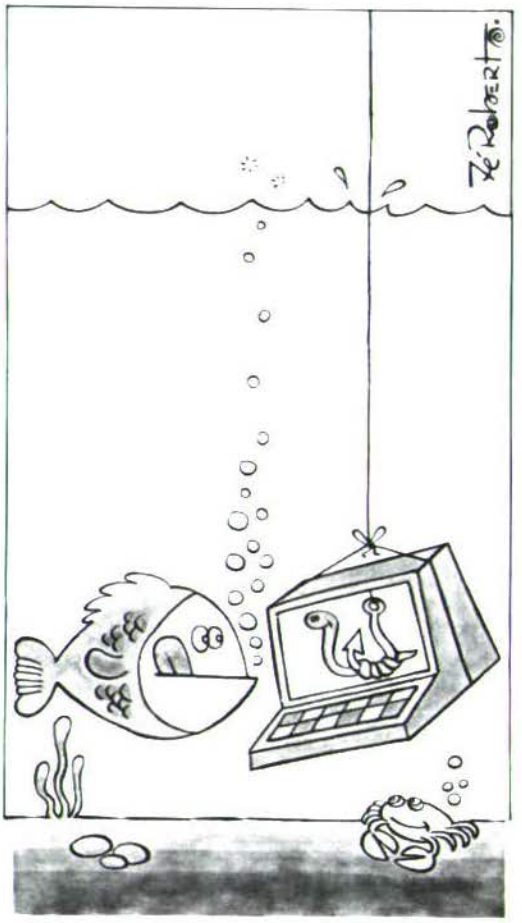
Esse estado de espírito forjado na observação do pescador provoca, por outro lado, a formação de miragens sociais e econômicas que lhes impulsionam a recuperar perdas sociais e econômicas sofridas ao longo de sua trajetória. E nessa busca de utópica ascensão social empreendem a marcha migratória no sentido tradicional campo-cidade e, recentemente, nas direções campo-pólos minerometalúrgicos, hidrelétricos, industriais, agropecuários.

O que fazer, pois, para corrigir, senão pelo menos atenuar, problemas crônicos e/ou recentes, sobretudo os decorrentes dos impactos do modelo desenvolvimentista vigente na Amazônia, acelerados há duas décadas? Refletir sobre uma política pesqueira justa parece ser o ponto de partida para o alcance dessa meta. Uma política pesqueira específica ao ecossistema, e ao mesmo tempo abrangente, que não perca de vista a interação das comunidades pesqueiras com o sistema sócio-econômico e político envolvente; política racional, efetivamente despida de interesses unilaterais, e/ou oligárquicos exógenos mas revestida de um caráter antropocêntrico e harmônico com a realidade mesma do homem amazônico e seu ambiente; que realisticamente considere pontos relevantes e prioritários a fim de que haja equilíbrio entre as expectativas da população, a conservação/renovação do ambiente e o desenvolvimento regional. Entre os pontos a serem considerados, destacamos alguns a seguir.

A diversidade de gêneros de vida

Originada nas influências sócio-culturais e ambientais, é extremamente relevante pois cada gênero de vida

A pesca artesanal combina os saberes indígena e do colonizador português com traços de modernidade, num modelo sustentável



na região, como em outra qualquer, implica peculiaridades, problemas e estratégias de equacionamento respectivamente adequados. Nem sempre o que se pensa genericamente para toda a Amazônia é aplicável às suas realidades particulares. Atentar para esse ponto é crucial para a compreensão da região e a busca de minimizar seus problemas sociais.

À diversificação ecológica da Amazônia correspondem gêneros de vida da população igualmente diversificados. Ainda que haja uma unidade cultural, permeando os grupos de pequenos produtores, há que se considerar particularidades que os diferenciam segundo a variável ambiental. Isso significa dizer que nessa região não se pode pensar numa univocidade de *modus vivendi*, pois em cada ambiente contingentes humanos criaram um sistema adaptativo sustentável e coerente com seu arcabouço cultural, que carece de cuidados constantes e, conseqüentemente, precisa ser preservado para a continuidade da vida.

Se considerarmos a Amazônia como uma vasta região heterogênea em termos de sua condição hidrográfica, orográfica, botânica e de sua distribuição de recursos naturais, e a influência que esses ambientes exercem sobre os grupos sociais, percebemos que o modo de vida desses grupos é resultante de adaptações aos seus respectivos ambientes. O revestimento vegetal, os solos de várzea e terra firme, os rios, os lagos, paranás e igarapés, as áreas costeiras onde afluem praias arenosas, o clima enfim, têm demonstrado forte influência no ritmo de vida e na natureza da atividade humana.

Esse conjunto de fatores proporcionou ao habitante da Amazônia, aqui e ali, atividades diversas que caracterizam grupos sociais ou "comunidades" rotulando-os de modo pertinente. Assim, temos nessa região, comunidades de seringueiros, extratores, coletores de caranguejo, pescadores, garimpeiros, vaqueiros, artesãos, etc.

Entre os pescadores, segundo a influência do meio ambiente, destacam-se os pescadores ribeirinhos ou flúvio-lacustres e os marítimos. Organização do trabalho de captura do pescado, composição das tripulações, uso do tempo, equipamentos, apresentam-se relativamente diferenciados entre si. Conseqüentemente exigem compreensão e trato próprios em suas questões.

O saber do pescador

É preciso considerar o saber do pescador quanto às sutilezas de seu ecossistema e ao seu processo de intervenção no meio ambiente, fruto de sua experiên-

cia íntima diária a qual lhe dá possibilidade de informar, com segurança, sobre uma alternativa de manejo adequado dos recursos naturais. Ser pescador não é apenas saber lidar com os recursos aquáticos (dos rios, igarapés, furos, lagos e/ou mar); é saber lidar com o ecossistema do qual ele faz parte.

Daí afirmarmos que seu sistema econômico é integrado, porque seja com maior ou menor intensidade suas atividades recolhem, também de maneira sazonal durante o ciclo anual, recursos da floresta ou das matas de capoeira, dos campos, dos bosques de vegetação costeira, etc., integrando-os ao seu esquema de vida material. A conservação, portanto, desse ecossistema é crucial para a renovação constante das condições de sustentabilidade e qualidade de vida e de reprodução social dos grupos de pescadores que dele partilham.

Esse saber ou esse conhecimento coloca-nos diante de uma realidade em que esquemas mentais mantêm nexo com o mundo físico gerando continuidade das fontes de vida. Em outras palavras, as crenças que povoam a mente do pescador devem ser encaradas não como um plano de concepções inócuas ou como um epifenômeno mas como algo que tem relevância inequívoca na concretude que envolve seu habitat.

Sabe-se que o pescador, como todo caboclo amazônico, tem suas crenças relacionadas à natureza. A floresta, os rios, igarapés, lagos, praias, bosques de manguezais, etc., têm suas entidades míticas protetoras que "metem medo no homem ou que malinam com ele"; entre elas citam-se *curupiras*, *mães-do-mato*, *mães-de-bicho*, *mães-de-rio*, *bicho-de-fundo*, *caruanas*, *cobras-grandes*, que, dizem os ribeirinhos, "devem ser respeitados quando se vai caçar, ou tirar qualquer recurso da mata ou dos rios, para que elas não malinem com a gente".

Os pescadores da costa do Pará dizem: "Certas noites não é bom pescar porque o fogo santerno aperreia muito, mete medo, se a gente bate nele ele malina com a gente fazendo-se perder ou ficar leso"; os coletores de caranguejo dizem que "quando o Ataíde está no mangal não se pode chegar perto porque o fedor daquele monstro estonteia".

Estes três simples exemplos ilustram traços do universo de crenças existente nas comunidades de pescadores e coletores, respectivamente das águas interiores e da zona costeira ou marítima do Pará, cujos nexos com o meio ambiente são inequívocos.

Nem sempre o que se pensa para toda a Amazônia é aplicável às suas realidades particulares

A presença das entidades se manifesta de forma variada conforme seus traços característicos, os quais são classificados segundo representações do próprio pescador: canto, pio ou grito próprios, barulho de folhas, batuque em tronco de árvore, cujos reflexos se manifestam diretamente no indivíduo, através de tonturas, calafrios ou remorsos, suores, tremores, *leseira*, medo, acabando por ficar *assombrado*. Esse estado mórbido constitui a *malineza* da entidade. Ou se manifestam nos animais, que ficam assustados com sinais da presença da entidade.

A crença nessas entidades espirituais, que povoam a religiosidade do caboclo, supõe um papel importante na relação homem/meio ambiente, na medida em que se revela um instrumento de defesa dos recursos naturais sobre os quais elas se associam. Essa associação é mediatizada pelo pensamento do homem amazônico, do pescador regional cujo aprendizado se deu e se dá de maneira empírica: ouvindo, observando, vivenciando e registrando fatos através da tradição oral.

Embora essa associação não esteja conscientemente elaborada na mente do pescador ele sabe que suas atividades podem sofrer interferências pela presença da entidade. E se indagado sobre o papel desse "medo" que sente ao se defrontar com representantes de seu universo de crenças, ele imediatamente responde que pensa estar diante de espíritos "que não deixam maltratar as coisas que Deus deixou no mundo". É possível, então, refletir que podemos estar diante de mecanismos que possibilitam a conservação das espécies mobilizadas pelo homem como recurso à sua subsistência. Esse tema, pertinente à cultura do homem amazônico, é útil para ser tomado como ponto de reflexão para futuras intervenções oficiais sobre o homem e seu meio ambiente.

Códigos costumeiros

Outro ponto básico para a formulação de políticas para o âmbito das populações que têm sua vida assentada na exploração dos recursos aquáticos é o que diz respeito aos *códigos costumeiros* vigentes nas comunidades humanas, códigos esses construídos com base no saber, nas concepções tradicionais, na experiência cotidiana e nas necessidades institucionalmente elaboradas pelos membros da comunidade, que dão sustentação ao seu sistema adaptativo.

Normas, posturas legislativas, códigos que venham de fora para as comunidades amazônicas à guisa de socialização do processo de ocupação humana em seus territórios, de apropriação dos recursos naturais, de modernização de tecnologias, antes de serem implantados, precisam de conhecimento científico prévio das normas costumeiras que constituem no todo o código da população nativa nesses campos. Essa metodologia certamente evitará choques e antagonismos velados e/ou traumáticos entre grupos sociais em contato com grupos de pescadores. Refletir sobre isso é fundamental se quisermos, de fato, o bem-estar das populações pesqueiras regionais.

A eficácia das tecnologias locais

A tecnologia utilizada secularmente pelos pescadores, adaptada aos diferentes ambientes (flúvio-lacustres e costeiros), é caracterizada pela simplicidade herdada do índio, mesclada pela influência lusitana nos primórdios da colonização da Amazônia, e tem se revelado eficaz no abastecimento das comunidades pesqueiras e de centros externos.

Não obstante sua eficácia, a pesca, desde as campanhas nos pesqueiros reais até hoje, tem sido rotulada de antieconômica, predatória e rústica. Parecem-nos atributos injustificados se considerarmos a sua frágil intervenção na natureza e a relevância dos resultados de captura no abastecimento das populações amazônicas. Tem-se ouvido no discurso de gestões passadas que "é preciso modernizar o equipamento do pescador, para extinguir a sua rusticidade e predatoriedade". Mas onde está essa predatoriedade se ecólogos como Michel Goulding nos têm mostrado que o grau de intervenção na natureza é mínimo se comparado com os pesados e predadores arrastões de parelha, em ação nas águas estuarinas do rio Amazonas, no Pará? Onde está a rusticidade e ineficácia se os equipamentos do pescador artesanal são os responsáveis pelo abastecimento do mercado consumidor municipal, regional e estadual? Não é a pesca industrial que o abastece, pois neste caso seu produto visa o mercado exterior cuja demanda incide em determinadas espécies privilegiadas como piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), principalmente a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), para falar de apenas duas espécies ictiológicas altamente cotadas pelas indústrias de beneficiamento de pescado na Amazônia, hoje.

Não questionamos o interesse nessa modernização. Entretanto, o que é preciso notar é que ao se propor modernização dos equipamentos do pescador artesanal, devem ser levadas em conta, concomitantemente, proposições quanto às condições de infra-estrutura de manutenção, conservação e reposição de peças, quando necessário. Do contrário, outros problemas, até então desconhecidos, poderão aparecer.

Lembro o caso de alguns pescadores do litoral do Pará que compraram motores a óleo diesel para seus barcos. A falta de conhecimento para manutenção do novo equipamento, a ausência de mecânicas na área de moradia e a falta de recursos necessários para levar o motor a Belém para tratos mecânicos levaram esses pescadores a reimplantarem o sistema de vela em suas embarcações. Ora, isso prova a eficácia desse instrumento de propulsão à base eólica, secularmente empregado e que, ao mesmo tempo, passou a ser utilizado, porque se o "prego" no motor acontece "lá fora, no mar alto", eles sabem como reconduzir a embarcação até a praia novamente. Além disso, ajuda a economizar combustível.

O crédito ao pescador

Até hoje há uma insatisfação geral entre os pescadores por questões de crédito financeiro para compra e manutenção de equipamentos. Um primeiro ponto é a inadequação das linhas de crédito e modalidades de ressarcimento. Estas, estabelecidas fora do contexto social dos pescadores, não chegaram ainda a atender à demanda desses pequenos produtores, por inadequarem-se às condições econômico-culturais, demonstrando, inequivocamente, ignorância em relação aos valores sociais e éticos do homem amazônico em suas várias situações sociais, por parte das instituições financeiras.

Um outro ponto nevrálgico que compromete a liberação de crédito ao pescador, tanto pelas instituições financeiras quanto por credores particulares

Onde adquirir:

NAEA — Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Campus Universitário do Guamá
Setor Profissional

(091) 229-9754

Preço: Cr$ 1.200,

(comerciantes e/ou pessoas físicas), é a ausência de garantia fiduciária por parte do pescador. Em geral eles só apresentam como tal sua embarcação ou algumas redes. Entretanto estas peças não constituem, do ponto de vista do credor, patrimônio para garantia de pagamento caso o devedor caia em inadimplência. Alegam que esses equipamentos são extremamente perecíveis, facilmente destroçáveis para serem arrolados como garantia fiduciária. Essa ideologia respalda a segurança do sistema de crédito oficial mas, por outro lado, limita ou até mesmo impede a iniciativa do pescador no acesso aos recursos para se equipar e/ou se modernizar para o processo produtivo. Isto, por sua vez, contribui para manter os mecanismos limitadores do volume de produção do pescador. Há, portanto, a necessidade de uma revisão das bases estruturais do sistema de crédito, de modo a vir beneficiar esse segmento da sociedade amazônica a fim de proporcionar-lhe condições sustentáveis de vida material e social, assim como a todos os outros que dele dependem para seu abastecimento alimentar.

L. Furtado

Pescadores do litoral do Pará saindo para pescar com tarrafa

Comunidade, ciência e tecnologia e governo

De tudo o que foi dito resta-nos uma palavra. A nosso ver, o equacionamento dos problemas que hoje afligem as populações pesqueiras amazônicas depende de ações em duas dimensões: de um lado, reflexões para correções do percurso do modelo desenvolvimentista implantado na Amazônia há duas décadas, atacando suas drásticas e perversas conseqüências sobre o homem e seu ecossistema; de outro lado, de vontade política para criação de uma política básica, realmente adequada ao desenvolvimento mesmo, e não apenas aparente, do setor pesqueiro artesanal da região. Política que inclua uma ação tripartite entre comunidade, ciência e tecnologia e governo em suas várias instâncias.

Comunidade, para resgatar e avaliar as estratégias e modelos de gerenciamento nativo dos recursos aquáticos mobilizados e mobilizáveis pelos membros que a integram; para incorporar o saber regional no trato do processo produtivo (a nível do consumo, repartição dos bens e comercialização do produto resultante do trabalho) de modo a evitar o aviltamento e a marginalização do produtor no sistema econômico abrangente; e valorizá-lo socialmente.

Ciência e tecnologia, para absorver os conhecimentos científicos produzidos, como estratégia de melhorar as condições de vida dos segmentos sociais pesqueiros em sua diversidade adaptativa.

Governo, para estimular, apoiar e implantar sistemas e ações compatíveis com as expectativas da população em seu próprio benefício; para apoiar e fomentar pesquisas de natureza básica e aplicada, tendo em vista o acúmulo de conhecimento sobre a realidade pesqueira em suas variadas dimensões; para acompanhar e corrigir falhas nos percursos dinâmicos das políticas e programas que forem estabelecidos nesse sentido.

Dessa forma estaremos acenando para a real administração do desenvolvimento e não para a administração de problemas que corroem a vida de inúmeras comunidades humanas que se distribuem ao longo dos rios e praias, as quais têm sua base de sustentação nos recursos que fluem das águas amazônicas. ■

Sindicalistas encaminham ao governo propostas para o sul e sudeste do Pará

O seminário "Em busca de alternativas à exploração agrícola", realizado dias 7 e 8 de abril de 1990 no município de Paraupebas, no Pará, reunindo sindicalistas representantes de trabalhadores rurais e técnicos, resultou em um documento encaminhado em maio do ano passado ao secretário de Meio Ambiente da Presidência da República.

Assinado por dez sindicatos de trabalhadores rurais do sul e sudeste do Pará (Paraupebas, Marabá, Curionópolis, Itupiranga, Rio Maria, São João do Araguaia, Jacundá, Ourilândia do Norte, Tucumá e Brejo Grande do Araguaia), o documento teve ainda como signatários a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) do Pará, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Conselho Nacional de Seringueiros.

O documento apresentou ao governo as considerações dos trabalhadores rurais sindicalizados do sul e sudeste do Pará sobre a espoliação de que a Amzônia e sua população têm sido vítimas ao longo da história - e principalmente nas últimas décadas - destacando o aniquilamento físico e cultural dos índios, a marginalização dos trabalhadores extrativistas e ribeirinhos, a extinção de espécies animais e vegetais e outras graves agressões ao meio ambiente.

Os sindicalistas ressaltam a responsabilidade do governo, que, através de seus planos de desenvolvimento para a região, na verdade, tem atendido os interesses do grande capital nacional e internacional, se omitindo sobre as carências da população regional ou implementando políticas contrárias à própria vocação sócio-ambiental da região.

Reivindicam que a sociedade civil amazônica, sua comunidade científica e entidades sindicais sejam chamadas a participar da elaboração dos projetos oficiais para a região, e apresentam propostas de como lidar com as áreas a serem derrubadas e queimadas pelos pequenos agricultores, de modelos de assentamento e exploração extrativista, de ocupação racional das ilhas do lago de Tucuruí, sobre as reservas na região de Carajás, legislação ambiental, etc.

Como se trata do primeiro documento abrangente, assinado por vários sindicatos, tratando da relação dos trabalhadores rurais com a questão ambiental na Amazônia oriental, e que expressa, além do mais, o grau de consciência e elaboração do saber local sobre os problemas e possíveis soluções para a região, decidimos transcrever na íntegra suas reivindicações:

1. QUANTO À DERRUBADA E QUEIMADA DE ROÇAS

(tomando-se por base áreas de 50ha)

1.1. Permissão para que o pequeno agricultor possa derrubar e queimar, anualmente, até 5ha, conforme a sua necessidade para implantar as roças; os sindicatos se dispõem a acompanhar e denunicar toda e qualquer derrubada fora dos limites preestabelecidos;

1.2. liberação e isenção, fixada para áreas de até 5ha, sem a necessidade de apresentar qualquer documentação ou taxa e que conste na legislação ambiental para a região;

1.3. fica deliberado que derrubadas acima de 5ha só poderão ser liberadas mediante a apresentação de um projeto que defina e comprove a exploração racional da área, da parte do interessado, e depois de julgado e aprovado pelo órgão competente;

1.4. que a área destinada à reserva de mata virgem de cada lote fique estabelecida em 25% da área total;

1.5. que os órgãos competentes fiscalizem, denunciem, julguem e punam os crimes cometidos contra o meio ambiente, para evitar a exploração ilícita das riquezas naturais.

João R. Ripper/Imagens da Terra

2. QUANTO AO TRATAMENTO DISPENSADO ÀS ÁREAS JÁ DEVASTADAS

2.1. Que, através de estudos e pesquisas, seja estabelecido um sistema de agricultura, com aplicação e gerenciamento que permitam a recuperação de

áreas já degradadas e com baixo rendimento econômico;

2.2. que seja estabelecido um sistema que regularize o uso da terra e aplique penalidades às atividades improdutivas ou prejudiciais aos ecossistemas, tomando-se como exemplo as áreas já devastadas;

2.3. implantação de culturas permanentes ulitizando adubação orgânica, com o objetivo de recuperar o solo já degrado.

3.2. promover o consórcio de culturas temporárias e permanentes, juntamente com a coleta de castanhas;

3.3. incentivar, estimular e apoiar a criação de viveiros comunitários para produção de mudas de castanheiras no sentido de reflorestar as áreas já desmatadas para a agricultura de subsistência;

3.4. criar condições propícias para a permanência dos trabalhadores nas áreas evitando a necessidade de agredir o meio ambiente, ou seja, que seja criada toda uma estrutura que viabilize a

Raiz de castanheira no Castanhal Ubá, São José do Araguaia(PA)

3. QUANTO À EXPLORAÇÃO EXTRATIVISTA DAS ÁREAS DOS CASTANHAIS

3.1. Que essa exploração seja pautada em cima de um Plano Racional de Exploração Extrativista, para preservação das florestas castanheiras;

exploração racional e favoreça a permanência dos agricultores;

3.5. que os catanhais existentes na região e que ainda estão sob o domínio dos foreiros (fazendeiros) sejam passados para o uso e domínio das famílias de trabalhadores rurais que vivem da exploração da castanha;

3.6. que os referidos castanhais sejam submetidos a estudos agronômicos (incluindo as condições do solo) e de viabilidade econômicas;

3.7. que os STRs participem dos estudos técnicos citados, bem como da elaboração dos projetos;

3.8. que a regularização fundiária seja feita em forma de reserva extrativista e não nas formas tradicionais e usuais do Incra na região.

4. QUANTO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

4.1. Que sejam criados mecanismos com o objetivo de informar aos trabalhadores rurais a legislação ambiental vigente e para que as diversas áreas de exploração agrícola possam ser implementadas sem ferir a legislação: (ex.: palestras, seminários, distribuição e discussão de cartilha escrita em linguagem popular, etc.);

4.2. uso de mecanismos que proíbam a produção de carvão a partir da derrubada da mata nativa;

4.3. Efetivação imediata do zoneamento ecológico, já garantido pela Constituição Estadual.

5. LAGO DA BARRAGEM DE TUCURUÍ

5.1. Que sejam regularizadas as posses dos trabalhadores rurais posseiros ocupantes das ilhas do lago de Tucuruí, exclusivamente para exploração extrativista, evitando assim o desmatamento das ilhas;

5.2. tendo em vista a grande proliferação de mosquitos às margens do lago, o que vem provocando enormes prejuízos à população trabalhadora rural como sejam, danos físicos, perda de lavoura, inviabilizando, inclusive, a vida das famílias, reivindicamos:

5.2.1. que seja viabilizado um programa de combate aos mosquitos que proliferam às margens do lago;

5.2.2. que as áreas localizadas às margens do lago sejam transformadas em áreas de proteção ambiental;

5.2.3. que seja criado e implantado, com a máxima urgência, um projeto de assentamento das famílias de posseiros residentes às margens do lago, em áreas a serem indicadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios de Jacundá, Tucuruí e Itupiranga. Rei-

vindicamos, ainda, a participação dos STRs na elaboração do referido projeto.

6. ÁREAS DE RESERVA BIOLÓGICA, FLORESTA NACIONAL E PROTEÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO DE CARAJÁS

Proteção ambiental:

6.1. Que seja regularizada a situação fundiária de 196 posseiros ocupantes da Área de Proteção Ambiental há mais de cinco anos;

6.2. que seja definido, com urgência, e juntamente com os posseiros, o limite da abertura anual de roça para cada trabalhador;

6.3. que a Secretaria de Meio Ambiente promova estudos na área de proteção ambiental, com a participação prioritária dos sindicatos de trabalhadores rurais, para que sejam elaborados planos de exploração racional, respeitando os critérios de preservação e evitando que os ocupantes dessas áreas continuem sujeitos aos atos arbitrários praticados pelos chamados "guardas" da Companhia Vale do Rio Doce;

6.4. que sejam dadas as condições de infra-estrutura no tocante aos aspectos de saúde, educação, transporte, estradas, assistência técnica e creditícia para que as famílias possam produzir sem causar danos ao meio ambiente e ecológico;

6.5. que seja desenvolvido um programa de formação e educação ambiental para os ocupantes da área;

6.5.1. que a estruturação do programa seja de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente do Governo Federal, sob a fiscalização do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Paraupebas, bem como dos ocupantes da área;

6.6. que sejam desenvolvidos esforços para a definição da área denominada "Cinturão Verde", a fim de que seja solucionado o problema dos pequenos produtores que têm interesse nesta área, para evitar futuros conflitos;

6.7. que a Companhia Vale do Rio Doce seja excluída da gerência de fiscalização da área, tendo em vista que a referida empresa não representa os interesses dos trabalhadores rurais e por ser uma mineradora e não uma empresa ambientalista.

7. ÁREA BIOLÓGICA E FLORESTA NACIONAL DE ITAPIRAPÉ-AQUIRI

7.1. Que seja feito um levantamento, pela Secretaria do Meio Ambiente e pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Paraupebas e Marabá, de todos os posseiros existentes nas áreas dos dois projetos;

7.2. que parte da área seja destinada para garantia do reassentamento dos posseiros ocupantes da referida área, sendo assegurado, portanto, a sua posse, uso e domínio;

7.3. a área a ser destinada ao reassentamento dos agricultores deve apresentar condições ideais para o desenvolvimento da prática agrícola, e garantindo-se assim a não agressão ao meio ambiente;

7.4. que a partir da regularização fundiária da área destinada aos ocupantes, as restantes fiquem destinadas à reserva biológica e floresta nacional, devendo seus limites serem respeitados, permanecendo intocadas;

7.5. sejam garantidos os limites da reserva sob a fiscalização rigorosa do Ibama com a participação dos STRs no sentido de denunciar os infratores para que sejam coibidos de quaisquer atos de violação aos limites da reserva;

7.6. que sejam criados escritórios do Ibama, garantindo-se infra-estrutura para seu funcionamento e permanência dos funcionários, nos municípios de São João do Araguaia, Paraupebas, Curionópolis, Itupiranga, Tucuruí, Jacundá, Ourilândia do Norte, Tucumã, Xinguara, Rio Maria, São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguia e São Félix do Xingu;

7.7. que a partir de agora, todo e qualquer projeto a ser implantado na região, respeite o critério de utilização do Rima (Relatório de Impacto Ambiental), com poder de veto ou aprovação, garantindo-se, também, a participação das entidades de classe e a sociedade civil no processo de discussão do projeto.

Uma das reivindicações dos trabalhadores rurais é a garantia de sua formação sobre legislação e educação ambiental

8. QUANTO À DERRUBADA DE MATA PARA FORMAÇÃO DE PASTO

8.1. Que seja expressamente proibido qualquer tipo de derrubada sem que seja apresentado um projeto de desenvolvimento;

8.2. que o Ibama fiscalize efetivamente essas ações de derrubadas, punindo, severamente, os infratores e cassando, inclusive, o registro da firma;

8.3. que seja proibida a retirada e venda indiscriminadas de madeira, atentando, inclusive, para os casos de falsos reflorestamentos;

8.4. que as serrarias que derrubam e comercializam as castanheiras tenham seus registros cassados definitivamente e sejam multadas com valores correspondentes aos prejuízos causados e não apenas com valores simbólicos;

8.5. que seja adotada uma política de controle, fiscalização e delimitação de áreas de garimpagem, com adoção de medidas de controle ambiental que evitem os danos provocados pelo exercício indiscriminado da atividade, como sejam: degradação dos rios, igarapés e córregos - prejuízos à fauna e flora com conseqüências desastrosas para a população que deles dependem para sobreviver. ■

A conquista da terra, segunda estação: produzir sem devastar

Gutemberg Armando Diniz Guerra*

O documento encaminhado por sindicalistas do sul e sudeste do Pará à Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República (ver artigo anterior) é não apenas uma demonstração de organização do movimento sindical do sul do Pará, mas sugere medidas concretas de melhor utilização da terra, reivindica a maior presença do Estado e questiona a sua ausência neste momento fundamental da questão agrária. Pode-se, neste documento, ver claramente a falta de alternativas à queima. É notório, entretanto, o limite de 5 hectares como um determinante para um tipo de manejo que, embora não impeça, freia a devastação extensiva.

Temos visto que, entre agricultores que pretendem permanecer na área, o cultivo de fruteiras na capoeira que se forma após a colheita da roça vem se intensificando. Ter uma cultura permanente deixa de ser apenas uma idéia. Há esforços, ainda que dispersos, para se materializar. E são esforços apenas dos trabalhadores rurais. Os órgãos públicos enlaçam-se na falta de recursos (monetários, humanos, didáticos...), na falta de capacitação técnica para atender à pequena produção, na falta de instrumental teórico e prático que balize as orientações, que são reflexos da concepção do que devem ser as instituições do país. O apelo dos agricultores, através do movimento sindical, vai desde a denúncia até a ida de quarenta pessoas, em comissão, a Brasília. Os ouvidos moucos do Estado, entretanto, parecem exigir uma forma mais expressiva do que as usadas até agora para esta questão.

A conquista da terra pelos agricultores do sul do Pará tem se dado, num primeiro momento, pela capacidade de enfrentarem a burocracia e a violência dos grileiros. Permanecer nela exige um outro nível de organização capaz de transformar a remuneração do seu trabalho em algo digno, de incorporar ao campo conquistas sociais as mais elementares como educação, saúde e transporte; de promover a absorção de tecnologia adequada às condições ecológicas da região e à disponibilidade de recursos da pequena produção; de viabilizar crédito compatível com a atividade deste segmento. Para isto pressionam o poder público, ao mesmo tempo em que desenvolvem com as próprias forças alternativas de enfrentamento imediato destes problemas.

Tentativas de manejo alternativo

Manejar os recursos naturais adequadamente exige uma capacidade que não se estabelece com facilidade. A inadequação e a degradação do meio ambiente são a evidência mais cruel disto. Mas o homem é capaz de fazer curvas mais acentuadas do que se possa imaginar. A capacidade de reorientação da utilização dos recursos da natureza e a relação mais ajustada à sua preservação são possíveis e vêm sendo gestadas por aqueles que mais diretamente com ela se relacionam.

Os trabalhadores rurais do sul do Pará, mistos de castanheiros, caçadores, "juquireiros" (aqueles que trabalham na roçagem de vegetação secundária, denominada de "juquira", na região), peões, garimpeiros, ao buscar os lotes para agricultura, começam a ter preocupações e práticas de uso da terra que lhes rendam um maior tempo de vida útil.

A primeira etapa consistiu na luta para ficar na terra, o que implicava fazer roça, construir uma moradia, estar presente no lote, garanti-lo por um certo grau de reconhecimento social. Agora se faz necessário produzir de uma forma em que a terra não se desgaste, não se esgote e permita ao agricultor longevidade na sua permanência. Por isto começam a fazer conta do valor da produção de uma castanheira em pé e compará-la com o

Rosana Costa

Construção de casa com palha de babaçu e ubim

* Engenheiro agrônomo da Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia (Fata)

Ainda há uma distância entre o discurso ecológico das lideranças e as práticas agrícolas das bases

Clarice Leonel

valor da árvore abatida e vendida aos madeireiros. Procuram salvá-la das queimadas. Produzem mudas, ocupam-se em fazer viveiros comunitários ou particulares. Vislumbram a implantação de culturas permanentes, em plantar população de espécies que lhes permitam melhor rentabilidade e proteção do solo. Receiam a devastação, a desertificação, "que isto aqui vire um Nordeste!". Posicionam-se, vigorosamente, através do movimento sindical e popular, contra a depredação ambiental. Contradizem-se, movimento sindical e seus representados, quando queimadas são realizadas após as derrubadas, e quando vendem madeira proibida.

Há uma "distância entre a palavra e o gesto", entre o discurso e a prática, entre as entidades e seus representados, principalmente. Há um abismo entre o querer e o poder. Há, mesmo, uma distância entre o querer fazer de uma determinada forma e o saber fazê-lo. "Até hoje não aprendemos a replantar porque os órgãos de incentivo ao reflorestamento ainda não atuaram junto aos trabalhadores rurais para que eles não façam a desbravação das florestas sem o reflorestamento"... "Por que eu não reflorestei? Por que os órgãos que poderiam contribuir não apareceram neste momento? Por que existem os órgãos e eles não dão assistência?" (Almir Ferreira Barros, "Excluídos dos círculos decisórios, pequenos agricultores questionam os projetos destinados à região". *Pará Desenvolvimento*. Belém, IDESP, 1987, p. 26-27).

Originários de outras regiões do país, muitos deles deslocados há bastante tempo, trouxeram conhecimentos e costumes de seus lugares de origem. Obrigados a um ambiente novo, pouco a pouco começam a ajustar as suas práticas a partir da observação direta, do bom-senso. Começam a tratar com mais intimidade os recursos que nesta região proliferam.

Sem apoio oficial, sujeitos a doenças e à fome, as alternativas dos trabalhadores rurais são limitadas. A venda do lote, de madeira e a não-obediência aos reclames do movimento sindical são, muitas vezes, inevitáveis. Há, porém, um limite até o qual resistem e obtêm sucessos.

A implantação da Transamazônica, na década de 70, e a instalação da siderurgia, na década seguinte, foram ingredientes de um caldo efervescente que exigiu dos trabalhadores níveis de organização elevados para o que costuma ter o movimento sindical. A Transamazônica trouxe, no seu rastro de grande réptil, as colonizações dirigidas e a ocupação espontânea, com todas as conseqüências deste processo. Os camponeses souberam resistir, souberam fazer alianças, reorientar o aparelho sindical e alcançaram algumas conquistas. Resgatou-se a palavra de ordem da reforma agrária, que viveu momentos de júbilo entre 85 e 88 e, por fim, murchou. Foi uma década, ou década e meia de mudanças geradas pela força e vigor interno do movimento sindical e popular. No sul do Pará os sindicatos existentes foram tomados por militantes combativos e onde não havia organização ela foi assumida e foram criados sindicatos com a perspectiva do novo sindicalismo.

A siderurgia trouxe um novo embate. Jean Hébette, "O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia Paraense", *Cadernos NAEA*. Belém, nº 10, 1989. Previa-se que a necessidade de carvão vegetal provocaria um desmatamento e absorveria de tal forma a pequena produção que a tranformaria em um setor muito mais frágil. Ocorreram vários seminários em Marabá, e a preocupação em permanecerem agricultores levou-os a expressarem vigorosamente esta aspiração. Não queriam ser carvoeiros porque identificaram conseqüências negativas na saúde, no meio ambiente e na vida que teriam que levar, amarrados aos pés dos fornos. Não aprovaram o desmatamento avassalador que adviria destas indústrias e chegaram a impedir a fabricação do carvão em áreas de matas nativas. Queriam, sim, que o Programa Grande Carajás tivesse contemplado em seu escopo uma maior atenção aos agricultores que vivem na região. Pesquisa,

assistência técnica, extensão rural, estradas, recursos contemporâneos a uma agricultura possível de ser praticada na região.

Inicialmente, um discurso reivindicatório que com o passar do tempo vem se consolidando numa prática, ainda que incipiente em termos numéricos, porque sustentada no único e exclusivo esforço dos agricultores. Consistente, portanto, pelo fato de ser gestado, experimentado e apropriado por eles mesmos. Documentos como atas de reuniões de sindicalistas com a colaboração de técnicos começam a apresentar formulações cada vez mais claras do que pretendem.

O Estado, por sua vez, é cada vez mais distante, surdo e mudo a estas manifestações. Desenvolve-se, fundada no bom-senso dos agricultores e do esforço de alguns técnicos, uma agricultura que se pretende ajustada às condições da região, utilizando essências e fruteiras regionais, dentro de parâmetros intuitivos, baseados na observação direta, mas cujo produto poderá servir de indicador de como manejar (se ainda existirem!) áreas de mata tropical.

Entidades de assessoria e apoio aos pequenos produtores têm estimulado o plantio de castanha, cupuaçu, açaí, mogno e outros vegetais nativos, assim como têm procurado estudar e reunir conhecimentos para o cultivo de plantas exóticas aclimatáveis à região (Raimundo Gomes da Cruz Neto, "Agricultura e Ecologia", *Cuíra*, nº 3, Belém, 1990). O que tem sido feito para promover uma agricultura ajustada às condições amazônicas é este "fazer" dos agricultores, associados a poucos técnicos.

Em algumas áreas de ocupação mais recente, a coleta pura e simples de frutos da mata é tão intensa que, por falta de transporte e comercialização razoáveis, se perde por apodrecimento e falta de utilização. Isto tem levado o movimento sindical a estimular formas de organização que atendam a esta demanda, ou levado os próprios sindicatos a assumirem a mobilização, o debate e as formulações sobre esta questão.

O permanecer na terra tem, agora, que enfrentar outro nível de encaminhamento. Não é só o grileiro o inimigo dos agricultores. É também uma política agrícola silenciosa, e por que não dizer omissa, que, ao não contemplar aspectos ligados à pequena produção, lhes avilta os preços dos produtos e favorece a sua instabilidade.

Neste sentido, têm aumentado as propostas dos agricultores em torno de formas organizativas que dêem tratamento a estes aspectos. São Caixas Agrícolas que se propõem a um misto de cooperação na comercialização de produtos agrícolas dos camponeses e no fornecimento de produtos industrializados. São tentativas de organização de grupos para pagar um único frete até o mercado mais próximo. É o adiantamento do valor dos produtos na época da safra e o seu armazenamento e venda na época de melhores preços, com o retorno da diferença aos agricultores. É a tentativa de que as associações não sejam paralelas ao movimento sindical, mas um elemento de sua consolidação. São cantinas para fornecimento de produtos da cesta básica.

Para isto, muita água tem passado sob as pontes, muita reflexão tem sido exercida e todo um esforço feito para sistematizar, transformar idéias em projetos, captar recursos e realizar. Há uma necessidade de testar novas formas que permitam avanços, e são os agricultores e suas organizações que as vêm experimentando. ■

João R. Ripper/Imagens da Terra

São os agricultores e suas organizações que vêm experimentando novas formas de agricultura. O governo é totalmente omisso

O Centro Agroambiental do Tocantins: propostas e desafios

Jean Hébette*

A França resolveu inaugurar em 1990, após dois séculos de revolução burguesa, uma nova política camponesa: tornar o camponês protetor do ambiente e produtor de bem-estar; decidiu distribuir subsídios aos agricultores que preservem a paisagem, pratiquem a pecuária semi-extensiva em bosques, evitem a poluição dos cursos d'água por insumos químicos (*Le Monde*, Sélection hebdomadaire. Edition internationale, nº 2168, 04 a 09/05/1990 p. 10).

A Comunidade Econômica Européia (CEE) prevê regras que limitem práticas qualificadas de nocivas (tais como "pecuária intensiva" e "utilização abusiva de adubos e de pesticidas") e se dispõe a oferecer ajuda de caráter permanente à agricultura e silvicultura "fornecedoras de um bem público necessário e apreciado", isto é, a proteção do ambiente rural. (Comunidades Européias, Comissão, "O futuro do mundo rural", Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, Suplemento 4/88 ao *Boletim da CE*, Luxemburgo, 1988).

O mal consolidado campesinato amazônico estaria na frente ou em situação de atraso face a este mundo capitalista doido em busca de uma racionalidade perdida? Por um lado, no espaço do finado Programa Grande Carajás, o camponês,unido aos povos indígenas, resiste, já faz alguns anos, às investidas do latifúndio desmatador, da megamineração, das hidrelétricas geradoras de megawatts, das multinacionais do alumínio, das guseiras. Em contraposição, o Estado brasileiro olha este homem do campo com falsa compaixão; o cidadão

Lurdinha Rodrigues

urbano o contempla com ar de ironia; o ecologista improvisado o aponta, em tom acusador, como responsável pela destruição da floresta.

Na verdade, o lavrador do Tocantins-Araguaia destrói pouco demais para merecer do Estado mais do que essa compaixão e ser visto como um interlocutor racional; destrói demais, porém, para receber as palmas da sociedade ecológica. A meia distância no caminho que separa o fazendeiro do índio quanto à posse e ao uso da terra, meio extrativista e meio transformador da natureza, o camponês trava uma luta contínua para manter e legitimar sua identidade camponesa.

Do sertão à selva: o novo sonho do migrante

Na sua maioria migrantes vindos de regiões reconhecidamente tão diferentes da região amazônica quanto o Nordeste e o Centro-Sul, os camponeses do Tocantins-Araguaia vão rapidamente se integrando aos trópicos úmidos, forjando assim uma identidade amazônica, desafiando os clichês pseudo-antropológicos que o pintam como inimigo da natureza virgem, incendiário da floresta. Os que, após anos de luta, de ameaças, prisões e torturas, e a despeito do massacre de familiares e companheiros militantes, persistem na roça, não são bárbaros saqueadores da natureza, perversos protagonistas de terra queimada. Sabem que devem construir na terra seu futuro e o de sua família; os mais esclarecidos deles sabem até que só o podem garantir coletivamente.

Algumas associações do Tocantins-Araguaia, notadamente sindicatos, já têm desenvolvido uma teoria e encetado uma práxis em direção a seu desenvolvimento camponês. Na base de seu modelo, o lote de terra: ele tem um tamanho definido, embora flexível (vinte anos atrás era de 100ha; sob a dupla pressão, demográfica da migração e institucional do Getat, tendeu a se fixar em torno de 50ha). É essencialmente terra para lavrar, não para dela colher simplesmente os frutos espontâneos da natureza; terra para pequenos pastos também, em parte porque o pasto é de manejo mais fácil do que a capoeira. Eis porém que o migrante vai incorporando a seu universo as virtudes econômicas da floresta como fonte de lenha e de madeira para construção, como reserva de caça, reguladora dos cursos d'água e, recentemente, como inesgotável pomar natural. As castanheiras derrubadas lhe fazem falta, os cupuaçueiros são valorizados, os açaizeiros despertam interesse. O migrante descobre a floresta e vai construindo sua identidade de homem

* Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e do Dept. de Economia Geral (UFPA).

amazônico, elaborando sua própria concepção do desenvolvimento no campo.

Ao contrário do que muitos imaginam, a cidade não seduz automaticamente o homem do campo; quando migra da roça é, muitas vezes, a contragosto. Gosta, sim, de ter casa num pequeno centro rural, num povoado, numa vila onde vai para as trocas comerciais, onde deixa os filhos para freqüentarem a escola, enquanto ele mesmo habita na roça. Desenvolvimento não significa para ele o usufruto da parafernália eletrônica, do eletrodoméstico ao banco automático. A cidade até lhe dá medo. Desenvolvimento é saúde, é moradia, é leitura, é comunicação, é trabalho e lazer alternados; é festa; é a contemplação de uma roça bonita, o cavalgar sua jumenta, usufruir dos produtos de seu trabalho, ouvir o canto dos pássaros, o choro dos macacos. Enfim, é tudo que o morador da cidade industrial perdeu e vai buscar anualmente nas suas férias ou tardiamente após sua aposentadoria; o que ele mesmo, camponês, na verdade, não consegue usufruir em plenitude, porque lhe negam o preço de seu produto, não lhe facilitam o transporte para a vila ou a cidade próxima e não lhe proporcionam escola e hospital. O desenvolvimento, para o homem do campo, não passa pela energia nuclear, pelas armas químicas, pelo supersônico, pela conquista de Netuno. Tampouco se reduz a viver em maloca, caçar com flecha, colher frutas e tecer paneiros de fibras. Desenvolvimento significa avanço tecnológico, mas dentro de uma certa visão do mundo, de certos valores; significa portanto interação entre tradição e novidade, valores e ciência, sabedoria e pesquisa.

A socialização do sonho: comunicação entre campo e academia

Sócios de quatro sindicatos da área do Grande Carajás - os dos municípios de São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga e Jacundá, no Pará - estão, há três ou quatro anos, buscando essa interação como caminho para o desenvolvimento rural, como passo na frente, etapa realista rumo às melhorias historicamente alcançáveis. Buscam a interação do saber camponês e da pesquisa científica, da luta pela terra e da luta por uma ciência democratizada, a colaboração do trabalho produtivo e do labor acadêmico.

Tudo começou pela curiosidade mútua, pelo encontro de produtores em busca de receitas agronômicas e de pesquisadores em busca de categorias analíticas. "O que você planta? Quanto você colhe? Qual é seu ganho? Por que migrou? Qual é seu sonho? Gosta de sua vida?", perguntava o professor. "E o senhor, o que me diz do que eu planto, do que eu colho, do que eu ganho, de como posso melhorar de vida? Realizar meus sonhos?", retrucava o produtor.

Migrantes finalmente fixados na terra ao cabo de duras lutas, de resistência armada em trincheiras, de sucessivos despejos e de múltiplos recursos à Justiça, os lavradores dos citados municípios experimentavam os limites de seus sucessos políticos, a fragilidade de suas vitórias fundiárias, inclusive na falta de uma base econômica mais adequada; perceberam a mutilação de uma roça desprovida de estradas, de transportes coletivos, isolada do mercado ou submetida à inelutável intermediação do atravessador; sofriam no seu corpo a defasagem entre o trabalho intenso da broca, da derrubada, do plantio, da colheita e o vergonhoso retorno da venda do cereal. Sonhavam com lavouras poupadoras de tão desmedido esforço, financeiramente mais compensadoras, proporcionadoras de excedente monetário para enfrentar os desafios da educação, da doença.

Os extensionistas, nas suas fugazes aparições, falavam-lhes da pimenta-do-reino, do cacau, da seringueira, até do maracujá e do urucum que enriqueciam os colonos progressistas e corajosos; lideranças sindicais de outras áreas apregoavam-lhes, nas discussões da categoria, as lavouras pomposamente qualificadas de "permanentes". Apareciam sazonalmente os sociólogos - coitados! - mais preparados para perguntar - às vezes, até, questionar - do que para dar respostas; já tinham sacado, na verdade, através dos questionários e da própria verbalização da sua experiência pelos lavradores, algumas respostas, tais como: é na união, no coletivo, que se encontram as soluções; fora do trabalho conjunto, encontram-se apenas vantagens individuais, promoção pessoal; engendra-se diferenciação social e enfraquecedora. Aparecia claro também que a busca de soluções econômicas, no quadro adverso da política vigente, exigia

Arquivo CAT

uma reflexão tão rigorosa e tão demorada quanto a busca de respostas políticas, a exclusão da terra, a exploração econômica, a marginalização social. Tudo exigia luta e tempo.

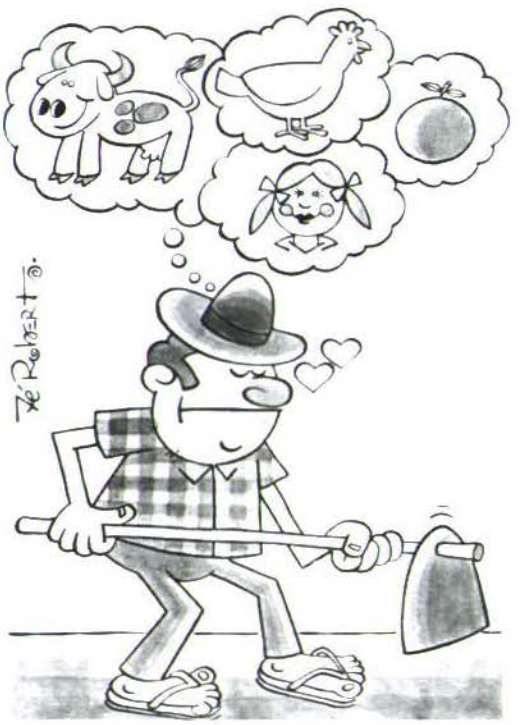
Desses colóquios entre trabalhadores e professores resultaram portanto algumas evidências: produtor e pesquisador não são necessariamente alheios, distantes e impermeáveis; a resposta às questões econômicas é tão complexa quanto a resposta aos problemas de estratégia de ocupação e às questões políticas; plantar culturas permanentes à toa, sem estudo, é tão arriscado quanto entrar na terra dos latifundiários sem reconhecimento do lugar e sem esquema de defesa; enfim, sem solidariedade não se constrói comunidade. A consolidação desse ideário se deu através de múltiplos contatos, individuais e coletivos, ao longo de dois ou três anos. Alguns líderes sindicais mais lúcidos tiveram um papel determinante neste processo de interação, como era de se esperar: afinal, a caça do latifúndio às lideranças sindicais tem sua lógica ...

Da luta emerge o CAT

Uma dupla série de acontecimentos contribuíram para o avanço das idéias e dos planos naquela área dos Carajás: a ocupação, por lavradores sem terra, de áreas de castanhais irregularmente apropriadas ao longo do tempo pela oligarquia local e o incentivo governamental à implantação da indústria guseira no município de Marabá.

As ocupações dos castanhais exigiam dos seus protagonistas reflexões e lutas que tiveram vários desdobramentos. Abriram os olhos dos camponeses: estes passaram a estudar a condição legal dos castanhais, descobriram o que eram as "sobras" de terras públicas anexadas pelos foreiros. Aprenderam a organização, elaboraram estratégias de ocupação, planejaram defesa. Tiveram que reagir às defecções de companheiros da luta, enfrentar madeireiros extratores de madeira nobre a preço vil, organizar a comunidade. Tanto esforço, tanto sacrifício porém não era recompensado pela venda de seus produtos. À luta pela terra, precisavam juntar a luta pela produção e a comercialização. Era outra luta que exigia a mesma reflexão, a mesma organização, estratégias semelhantes às lutas pela terra.

A implantação das guseiras representou um novo alarme. Apoiadas em fortes incentivos oficiais, as siderúrgicas estimulavam a produção de carvão vegetal, apresentado como preciosa fonte de renda complementar para o pequeno lavrador; pipocavam na região baterias de fornos rudimentares para a produção de carros. De novo, as lideranças sindicais perceberam a ameaça; desmatamento irracional, sedução enganadora do pequeno produtor, abandono das roças, entrega fácil das terras nas mãos dos especuladores. Com assessoria de entidades de apoio populares e de pesquisadores comprometidos, foram promovidos seminários de denúncia e conscientização. Os sindicatos declararam guerra à gusa, aos fornos, à carbonização das matas. Transformaram a ameaça e o alarme em processo educativo; por contraste, a siderurgia os fez entender melhor o valor da floresta.



Ao contrário do que muitos imaginam, a cidade não seduz automaticamente o homem do campo

O CAT (Programa de Centro Agroambiental do Tocantins) nasceu dentro desse processo todo de lutas, de discussões, de mobilizações, de interação entre lavradores e pesquisadores, associações, sindicatos e entidades de apoio. Seria exagero dizer que brotou da luta camponesa, simplesmente, pois o aporte de fora foi significativo; como também seria incorreto, e injusto, dizer que veio de fora. Todo seu valor e importância real procedem de sua pré-história, desses anos todos de experiência, desse substrato social consolidado pela resistência camponesa. E aí precisa destacar novamete o papel das lideranças camponesas, dessas pessoas - homens e mulheres - de maior lucidez, de maior engajamento, de maior força de convicção e capacidade de convencimento, de maior desprendimento também.

Em 1985 chegou-se, no Brasil, em sonhar na possibilidade de coisas radicalmente novas. Não se pensava em milagre, mas, simplesmente, em verdadeira democracia. Era um direito adquirido pela longa resistência a vinte anos de ditadura. O Estado abria algum espaço para contestadores dos modelos consagrados pelo regime autoritário, para representantes das esquerdas. Sonhou-se, em algumas instâncias oficiais, com a mudança do modelo econômico, da política agrícola, das linhas de pesquisa agronômica. Decretou-se até a reforma agrária, logo deturpada nas suas intenções e propósitos pela direita.

Essa abertura ofereceu precisamente a brecha pela qual pôde ganhar espaço uma iniciativa local de cooperação entre pequena produção agrícola e pesquisa científica, organização de trabalhadores do campo e instituição acadêmica, proposta sindical e programa oficial. As circunstâncias fizeram com que esta iniciativa se estruturasse também num quadro de cooperação franco-brasileira que era, ao mesmo tempo, cooperação entre organização não-governamental (o Groupe de Recherches et d'Échanges Tecnologiques - GRET, lado francês) e instituição governamental (Financiadora de Projetos - Finep, do lado brasileiro).

Os desafios da proposta

A proposta era estimulante, original, promissora mas, ao mesmo tempo, delicada, arriscada, potencialmente ardilosa e suscetível de ambigüidade. Precisava, portanto, ser cuidadosamente estudada e corretamente estruturada. O futuro mostrará se o desafio foi vencido.

O primeiro e mais fundamental desafio - o casamento trabalho e academia - apresenta-se ao nível das instituições implicadas, tão diferentes no seu estatuto, seus objetivos, sua metodologia: o projeto articulava sindicatos dos trabalhadores rurais e órgãos oficiais de pesquisa (Universidade, Embrapa, Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, Emater); representantes também do saber prático e da ciência. Risco tanto maior que a organização dos trabalhadores é, de certa maneira, frágil e mal informada frente a uma academia relativamente poderosa e pretensiosa. Impunha-se estabelecer relações institucionais que, ao mesmo tempo, fortalecessem internamente a organização dos trabalhadores, lhe dessem condições de receber e até cobrar das instituições governamentais os serviços a que a sociedade tem direito; e que isso se fizesse sem subordinar-se a organização dos trabalhadores nem lhe inibir sua função sindical de constestação e reivindicação.

Essas condições foram buscadas mediante o reconhecimento, no programa, de uma dupla organicidade: uma entidade de trabalhadores e uma entidade de pesquisadores/extensionistas, com autonomia uma em relação a outra mas com articulação explicitamente definida. A autonomia e o poder da entidade camponesa foram reforçados pela constituição de uma fundação com personalidade jurídica, reconhecimento oficial, estatutos próprios: a Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia (Fata). Paralelamente, os pesquisadores/extensionistas se agregariam num grupo de trabalho qualificado de Laboratório Sócio-Agronômico do Tocantins (Lasat). A inserção de uns e outros num mesmo programa permitiria à academia valorizar seus trabalhos científicos, estabelecendo um acesso direto e fácil à realidade campo-

Os sindicatos declararam guerra à gusa, aos fornos, à carbonização das matas

nesa, um terreno acolhedor e um público cooperante; aos trabalhadores, um acesso direto à pesquisa e um poder de orientação na escolha dos objetos de pesquisa. A distinção clara entre fundação e laboratório permitiria a ambos definirem e desenvolverem autonomamente, embora de maneira articulada, seus próprios programas.

O segundo desafio - o casamento trabalho e Estado -, de certa maneira muito relacionado ao primeiro, residia precisamente no conteúdo específico desses programas, e, mais amplamente, no papel particular das duas entidades componentes. O sindicato (Sindicato de Trabalhadores Rurais - STR), é um "órgão de classe", um órgão de defesa de interesses coletivos, e portanto institucionalmente combativo e reivindicatório; neste sentido, tem também uma dimensão política, mesmo que não necessariamente partidária. O laboratório, por sua vez, desenvolve atividades ligadas à administração pública e definidas em planos de trabalho específicos; dentro das orientações gerais das diversas administrações, são de ordem técnica: pesquisa, formação, orientação, assessoria.

Como evitar que essas funções técnicas, de certa qualidade apesar das inegáveis falhas da academia, e dotadas de meios relativamente ricos, não pervertam e desvirtuem a função "política" dos sindicatos? Principalmente quando a tradição sindical brasileira carrega todo um peso de assistencialismo ou de "sindicalismo de resultados". E ainda mais se as funções técnicas são voltadas com certa ênfase para aspectos econômicos, como é o caso da produção agrícola e da comercialização dos produtos. A proteção contra esse risco se espera exatamente da constituição da fundação: esta não se substitui aos sindicatos, não lhes absorve as funções, nem lhes tira as energias; ela tem sua estrutura organizativa, seus técnicos, seus recursos financeiros. Sua direção, suas linhas de ação garantidas por um organograma simples mas eficiente, de manejo leve: a assembléia geral, constituída essencialmente de sindicalistas, que se reúne ordinariamente uma vez por ano, e um conselho diretor, composto de oito diretores sindicais e dois pesquisadores, que se reúne de dois em dois meses; os trabalhadores do campo têm, desta maneira, em suas mãos, um poder significativo.

Esse poder - e os instrumentos que a fundação lhe empresta - talvez represente o risco maior desta iniciativa: abundância na pobreza. A constituição do programa, com sua dupla identidade, concentra nela os recursos humanos, técnicos, financeiros - canalizados pela fundação e o laboratório; não são poucos e podem alcançar uma eficiência alta; sua gestão porém é exposta a todos os riscos de manipulação, de desperdício, de malversação a que sucumbiram muitas iniciativas similares, sem contar com as tendências ao empreguismo, clientelismo e nepotismo tradicionais. Normas institucionais são pouco eficazes neste aspecto; a garantia é de ordem educativa, e o rigor máximo tem prevalecido neste campo desde o início do programa. Um dos instrumentos deste rigor é a transparência da ação, levada a seu extremo. Ela

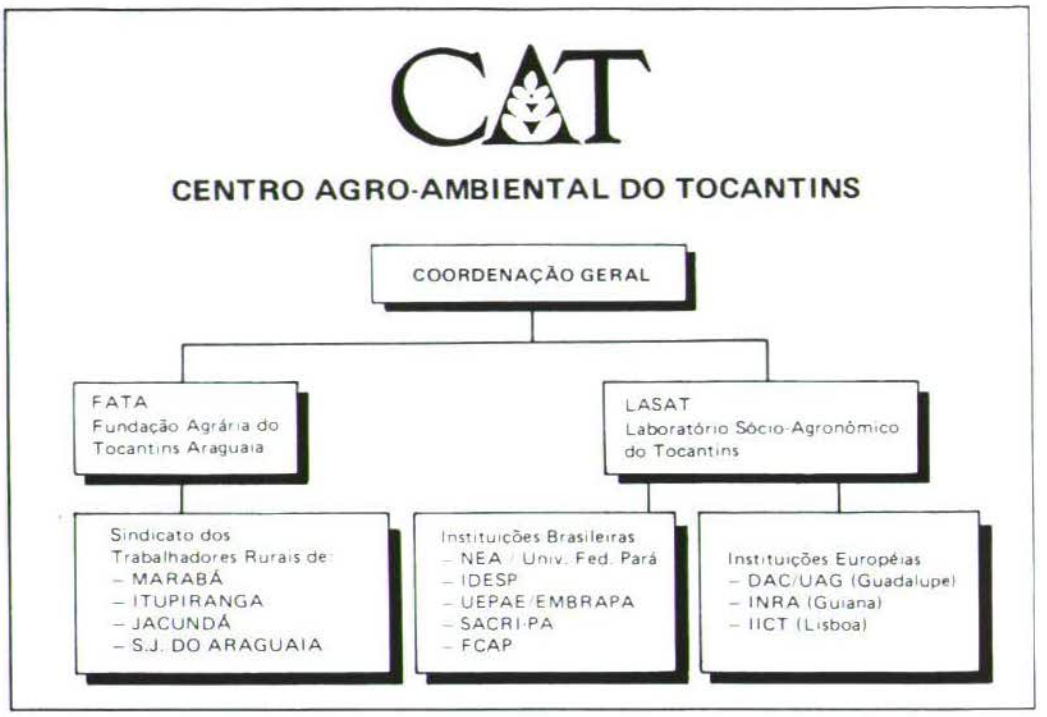
se manifesta na regularidade absoluta e na pontualidade do funcionamento dos órgãos de direção (assembléia geral e conselho diretor), na redação detalhada das atas dessas sessões e no registro de todas as manifestações de seus membros, na fiscalização efetiva das contas com a verificação minuciosa dos documentos por uma comissão representativa.

A fundação exerce, neste sentido, uma função educativa junto a sindicatos membros e às associações das quais participam seus sócios, rompendo assim francamente com tradições enraizadas de poder personalizado. Esta transparência não deixa, por sua vez, de suscitar novos desafios: como convencer que recursos - humanos, técnicos, financeiros -, relativamente abundantes quando comparados à pobreza do camponês e à indigência de seus sindicatos, devam ser dedicados a objetivos de médio ou mesmo de longo prazo, se as necessidades são tão imediatas, tão prementes, e freqüentemente tão personalizadas? Por que dedicar recursos à pesquisa agronômica ou sociológica se o problema imediato é estrada e transporte, é doença? Por que, até, pagar um pesquisador, se o diretor do sindicato está na miséria? Esses desafios, evidentemente, só podem ser vencidos com sindicatos bastante maduros, politicamente seguros.

Mas a questão dos recursos envolve ainda outro desafio que diz respeito a suas fontes. O Programa do Centro Agroambiental do Tocantins fez uma opção: viver sem mendigar; viver sem se alienar. Seus recursos devem ser, prioritariamente, nacionais, cobrados junto ao Estado e à sociedade, como direito do trabalhador. Fica claro para os responsáveis do programa e das entidades componentes que o recurso ao Estado não se constitui em pedido de favor; é cobrança de um direito; do direito que cabe aos cidadãos que, por seu trabalho, financiam os serviços prestados pelo Estado; essa cobrança é um exercício tipicamente político.

Trabalhadores e pesquisadores têm claro que ao demandar ou prestar os serviços públicos contribuem para o funcionamento democrático da administração e até ao redirecionamento de suas práticas. Há inclusive, no engajamento dos pesquisadores, extensionistas e técnicos, uma dimensão de coerência com princípios éticos e sociais, que nem sempre pode ser exercida sem luta e sacrifício. Os recursos externos são considerados, no programa, tendencionalmente, pelo menos, como complementares, mesmo quando bastante elevados; há de reconhecer porém que esta exigência não foi plenamente realizada. O CAT recebe hoje financiamento de duas ONGs e da Comunidade Econômica Européia.

Há, nesta questão da origem dos recursos - e mais uma vez, não só dos recursos financeiros - de se destacar o papel particular das entidades representativas da pesquisa e, singularmente, da universidade pública. O espaço da pesquisa científica tem sido, até hoje pelo menos, relativamente protegido contra o espírito interesseiro, subordinado e mercantil de muitas instituições públicas; a universidade manteve, até nos tempos de autoritarismo exacerbado, margem de liberdade, espaço de democracia que, evidentemente, não devem ser superestimados, mas que são conhecidos por quem os soube aproveitar. Das entidades nacionais de promoção, financiamento e execução da pesquisa, o Programa do Centro Agroambiental beneficiou-se bastante. Cabe portanto explicar aqui o que representa o Laboratório Sócio-Agronômico do Tocantins (Lasat) junto aos sindicatos.



A colaboração Lasat-Fata

O Lasat tem por objetivo colocar à disposição do campesinato o aporte da pesquisa científica, da formação universitária e do apoio tecnológico (extensão/desenvolvimento). Como expressa o nome, a pesquisa se dá no campo sócio-econômico e agronômico-florestal. Ênfase foi dada nos primeiros meses, por motivos circunstanciais, a pesquisa agronômica. A metodologia utilizada é conhecida como de "sistemas de produção", e tem por característica abranger, numa perspectiva de conjunto, as mais diversas dimensões da unidade de produção, no caso, da unidade familiar (dimensões fisioclimáticas, tecnológicas, econômicas, sociais, organizacionais...).

Dentro da filosofia do programa, o Lasat busca a participação de pesquisadores e técnicos das mais diversas instituições oficiais ligadas ao campo, oferecendo a estas um espaço privilegiado de atuação na área da pequena produção e insistindo junto a elas, quando necessário, sobre seu compromisso institucional. A pesquisa foi colocada no programa como prioridade temporal; isto é: considera-se que a qualidade e o êxito de um plano de desenvolvimento requerem, inicialmente, um

estudo criterioso, se se quiser fugir da improvisacão e do pragmatismo. São excessivamente numerosos os casos de iniciativas frustradas e de projetos fracassados por falta de estudo, em detrimento do produtor. Dispensa repeti-los.

Para se tornar proveitoso e, inclusive se justificar, esse esforço de pesquisa deve ser dirigido a um universo populacional amplo. No caso do programa, este universo é estimado em torno de quinze mil unidades familiares correspondendo aos quatro municípios abrangidos (cerca de 50.000km²). A pesquisa individualizada em "sistema de produção" até hoje desenvolvida deve ser ampliada, para atingir este objetivo, a nível do que se convencionou chamar de "sistema agrário", quer dizer, um contexto abrangendo os vários tipos de sistema de produção representados na região. Obviamente, essa amplitude da pequisa deve contar com a colaboração dos sindicatos. Se, como foi dito acima, o Programa CAT se constitui em espaço privilegiado para a pesquisa sobre pequena produção, é exatamente em função da articulação Lasat-Fata.

Em primeiro lugar, os associados dos quatro sindicatos membros representam uma "demanda efetiva" para a pesquisa; uma demanda estimulada, sustentada e transmitida através da mobilização sindical; a pesquisa nasce com uma clientela já garantida. Em segundo lugar, a pesquisa é executada com a participação dos associados: registram os níveis pluviométricos, coletam e estudam amostras de solos, repertoriam espécies vegetais, anotam o movimento financeiro da unidade familiar, discutem e trocam informações entre si e com os pesquisadores em reuniões e seminários. Em terceiro lugar, eles vão, na hora certa, se tornar os usuários motivados dos resultados da pesquisa. A própria organização sindical deve-se beneficiar dessa colaboração; ela encontra pois, na pesquisa e no interesse por ela suscitado, um fator concreto de mobilização, de agregação, de participação. Articulada com a organização sindical e engrenada com uma extensa clientela, a extensão/desenvolvimento nasce democrática - isto é, não se restringe a uma seleção artificial, a grupinhos; ela evita de se tornar fermento de diferenciação social como freqüentemente acontece quando privilegia indivíduos mais esclarecidos ou supostas lideranças.

A pesquisa, no Lasat, tem outro objetivo corolário; o processo de aquisição de conhecimentos novos visa também, e simultaneamente, a formação de novos pesquisadores e extensionistas. No próprio processo de pesquisa, em contato contínuo com a realidade do campo, e em proximidade com o produtor, bolsistas, pesquisadores iniciantes, exercem, sob supervisão, as suas responsabilidades profissionais, aprendem a se relacionar corretamente com o lavrador, descobrem as insuspeitadas capacidades do camponês, percebem o papel da organização sindical ...

Pesquisa, experimentação e testes são desenvolvidos preferencialmente em contexto "real", dentro das unidades mesmas de produção, nas condições em que o trabalhador opera, com todas as suas limitações. O programa conta, entretanto, na proximidade de Marabá, com um sítio onde se realizam reuniões e se processam também experimentos e análises. Futuramente disporá, neste sítio, de instalações que possam acolher para reuniões, sessões de trabalho, seminários, tanto trabalhadores quanto pesquisadores, estagiários e alunos. Será um local de convivência e intercâmbio. Já que o programa se destina integralmente ao lavrador, as instalações todas - atuais e futuras - pertencem à fundação e constituem seu patrimônio. A ela caberá cuidar de sua preservação e de maximizar sua utilização. Não lhe faltam oportunidades de uso. A fundação tem, pois, objetivos bem mais amplos do que o laboratório; ela deve ser aberta às questões da produção agrícola e da comercialização, à formação sindical e política, à discussão dos problemas sociais e às atividades de natureza cultural, sem querer concorrer com outros programas, procurando, ao contrário, colaborar com todos a serviço do homem do campo.

Um ano e meio de atividades

Em um ano e meio de existência, o Programa CAT tem caminhado bastante. Durante um ano todo, cinco agrônomos bolsistas acompanharam, morando nos lotes dos lavradores, o funcinamento de algumas unidades familiares de produção, visando identificar e analisar o sistema de produção. Conjuntamente com os agricultores, pesquisadores estudaram solos, vegetação, clima em cerca de vinte lugares. Experimentos de arroz foram realizados no sítio do CAT e em diversos lotes agrícolas. Um teste de comercialização contornando o circuito de intermediação reuniu sessenta produtores, realizando um ganho líquido de perto de 50%; foi acompanhado por uma pesquisa sobre os circuitos de comercialização e por diversas reuniões de informação e avaliação entre lavradores e pesquisadores. Um teste semelhante foi iniciado com a castanha-do-pará.

Os técnicos da Fata participaram de múltiplas atividades dos quatro sindicatos membros, dando, quando necessário, apoio técnico e assessoria, em quase cem reuniões, assembléias e cursos em mais de vinte locais diferentes. Foram abordados nestas oportunidades temas de conjuntura econômica e política, de organização sindical, de participação da mulher na vida familiar, sindical e política; questões administrativas; enfim tudo que significa avanço das lutas para a melhoria da vida rural. Este, pois, é o objetivo fundamental do CAT. ■

AMAZÔNIA URGENTE

Cinco séculos de história e ecologia

Berta G. Ribeiro
Editora Itatiaia Ltda.
R. Benjamin Constant, 118
20214 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 252-8327

Preço: Cr$ 3.800,

Campesinato e alternativas de desenvolvimento: a organização da resistência camponesa em Gurupá (PA)

Paulo H. B. de Oliveira Jr.*

Desde a chegada dos primeiros europeus no final do século XVI até os processos recentes de abertura da economia brasileira ao capital internacional, a Amazônia foi palco do saque permanente de seus recursos naturais, em grande parte destinados ao abastecimento do mercado internacional. Ao longo destes séculos, foi o extrativismo dos produtos da água e da floresta a principal atividade econômica desenvolvida pelas populações moradoras na região, a partir do estabelecimento de relações sociais de produção marcadas pela exploração e violência contra os trabalhadores rurais amazônicos.

Este processo de saque, violência e exploração se intensificou a partir dos anos 60, sobretudo durante os governos militares (1964-1984), quando da centralização das ações públicas no poder federal e da integração da Amazônia às estratégias de desenvolvimento nacional, baseadas na internacionalização da economia brasileira. Os rumos traçados pelas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Amazônia incentivaram a ocupação de seu território pelo grande capital internacional, ou nacional a ele associado, mediante a concessão pelo governo federal de incentivos fiscais e benefícios creditícios para a sua instalação e operação.

Na "região das ilhas", e em especial no município de Gurupá, a atuação deste capital se baseou no beneficiamento de produtos de origem extrativa. Empresas como a Jari Florestal e Agropecuária Ltda. (do Sr. Daniel Ludwig, de capital norte-americano), a Brumasa - Bruynzeel Madeiras S/A (da Bruynzeel NV, de capital holandês), a Cia. Amazonas de Madeiras e Laminados (da Georgia Pacific Co., de capital norte-americano), a Eidai do Brasil Madeiras S/A (de propriedade da Eidai Co., de capital japonês), a Superfine Madeiras S/A (de propriedade da Toyo Menka, de capital japonês), a Madeira Tropical e a Macasa (ambas de capital norte-americano) se instalaram, ou somente operaram, com a compra de madeira na "região das ilhas" a partir dos anos 60 e também no município de Gurupá, a partir de 1964.

João R. Ripper/Imagens da Terra

Ao mesmo tempo, estas empresas adquiriram grandes extensões de terra, que, além de servirem como reserva madeireira no abastecimento de suas indústrias, vinham ao encontro da estratégia militar de ocupação do território amazônico pelo grande capital. Entre as empresas proprietárias de terras na "região das ilhas" cabe destacar a Georgia Pacific Co. (Cia. Amazonas da Madeiras e Laminados e Magesa), com aproximadamente 700.000ha, nos municípios de Breves, Almeirim e Portel, e a Bruynzeel NV (Brumasa) com 95.708ha em Gurupá, 22.700ha em Breves, 21.000ha, em Afuá, além de Anajás, Melgaço e Mazagão.

Este processo continuou se acentuando durante os anos 70 e 80. Para a "região das ilhas", novas atividades se desenvolveram a partir da instalação e operação de empresas atuantes no beneficiamento de outros produtos de origem extrativa, como o palmito do açaizeiro em conserva e o processamento de peixes e camarões. Como na indústria madeireira, a produção destas empresas é destinada em grande parte ao mercado internacional, causando nas áreas onde atuam a devastação dos recursos naturais, como também a fome e a miséria daquelas famílias que ali vivem e trabalham, uma vez que tanto os produtos da pesca, como os frutos do açaizeiro (caroço do açaí) são coletados para o autoconsumo familiar.

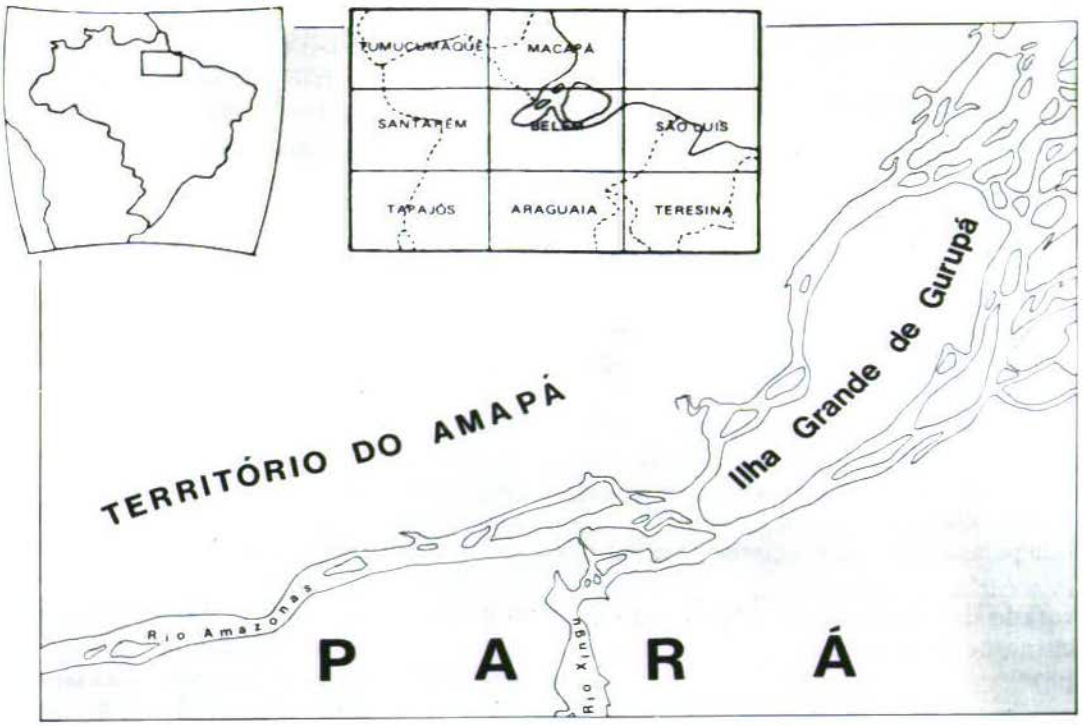
No município de Gurupá este capital se apoiou na estrutura comercial remanescente do ciclo da borracha (1850-1912) como mediadora da subordinação do produto do trabalho camponês à sua lógica de acumulação, e no aparato jurídico e policial que, em vários casos com violência, manteve e sujeitou o campesinato local. Os comerciantes que tradicionalmente dominaram os processos de circulação e de distribuição de mercadorias voltaram-se principalmente para o mercado de produtos extrativos vegetais

*Engenheiro agrônomo, assessor do Setor de Pesquisas e Debates (Sepede) da FASE.

(madeira, palmito e borracha), atrelando-se às empresas atuantes no município.

A expansão do mercado de produtos de origem extrativa, a partir dos anos 60, alterou as atividades econômicas do município de Gurupá, sobretudo na sua estrutura produtiva. A estrutura econômica e social que sustenta os processos de circulação e distribuição de mercadorias praticamente não foi afetada. Ao contrário, ela se reafirma, havendo inclusive uma concentração dos circuitos comerciais. Na estrutura de produção, o direcionamento da atividade extrativa para determinados produtos gerou uma acentuada migração da área rural para a urbana, a concentração fundiária, e o deslocamento do trabalho familiar para o extrativismo de produtos vegetais e da pesca, alterando o ritmo e a intensidade deste trabalho segundo os parâmetros do tempo da acumulação capitalista.

As relações sociais de produção resultantes deste processo, e que estão baseadas no "sistema de aviamento", continuam em operação no município de Gurupá. Entretanto, o crescimento da organização dos trabalhadores rurais nos anos 80, no município, engendrou novas formas de organização do processo de trabalho e das relações sociais, surgidas da resistência do campesinato gurupaense à subordinação do produto de seu trabalho e à devastação de seus meios de vida.



Movimento sindical e alternativas de desenvolvimento

A diversidade de formas encontradas no processo de resistência camponesa em Gurupá assim como a sua distribuição pelo município foram geradas pelo próprio desenvolvimento das relações de produção capitalistas ocorrido na "região das ilhas". Ao lado disso, estas várias iniciativas revelam formas adaptativas, apontando novas alternativas de desenvolvimento construídas a partir do processo de luta contra a dominação e exclusão econômica e política a que estão submetidos.

É neste processo de luta econômica em busca de alternativas concretas para a melhoria de suas condições de vida e de trabalho, que uma série de iniciativas individuais (luta contra a expulsão da terra e floresta de trabalho; diversificação das atividades produtivas realizadas no interior da exploração camponesa; desenvolvimento de sistemas de produção baseados na associação entre a lavoura e espécies vegetais de valor comercial - seringueira, açaizeiro, andiroba, ucuuba, ...), ou organizadas a nível de comunidade (roças comunitárias; extração e comercialização conjunta de produtos florestais diretamente com as empresas compradoras; cantinas comunitárias), surgem entre o campesinato gurupaense.

Inicialmente isoladas e dispersas, as iniciativas de luta e de resistência econômica desenvolvidas pelos trabalhadores rurais de Gurupá se acentuaram no início dos anos 80, e encontraram refúgio e apoio no serviço pastoral da Igreja local. Com um trabalho de catequese e de organização de comunidades de base, a Igreja se constituiu no único canal de expressão das lutas camponesas contra a violência e sujeição a que os camponeses estavam submetidos, uma vez que tanto o aparato policial e jurídico, como a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais estavam cooptados pelas oligarquias comerciais de Gurupá, associadas ao grande capital atuante no município.

Em 1981 realizou-se o I Encontro de Lavradores do Município de Gurupá, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Este encontro contou com a participação de 192 trabalhadores rurais de diversas localidades do município, e teve como temas principais a luta pela terra, alternativas de organização da produção e da comercialização, e a organização sindical. A partir de então, o encontro de lavradores realizou-se anualmente, com um número crescente de participantes e, juntamente com as Semanas Catequéticas e Encontro de Jovens, se constituíram em momentos de reflexão sobre os problemas enfrentados cotidianamente pelos trabalhadores rurais gurupaenses, assim como na troca de experiências e de organização de suas lutas.

O trabalho pastoral da Igreja em Gurupá apresentou como características principais de atuação o resgate do trabalho e a valorização da resistência econômica desenvolvida pelo campesinato, propiciando e incentivando momentos de reflexão e de articulação entre as diversas lutas em curso no município. Ao lado disso, pequenos projetos de infra-estrutura econômica (barco, serraria, etc.) para algumas comunidades

organizadas contaram com o apoio e foram encaminhados pela Igreja de Gurupá, sendo posteriormente aprovados.

O processo de organização dos trabalhadores rurais desencadeado pelo trabalho pastoral resultou na composição de uma oposição sindical que, após derrotada nas eleições de 1983, conquistou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1986, numa eleição tumultuada (acampamento dos trabalhadores durante 53 dias diante de sua sede, o afundamento do barco da paróquia ...), e que contou com uma série de irregularidades praticadas pela diretoria de então, apoiada e mantida pelas classes dominantes do município. Após esta eleição, o presidente derrotado do sindicato foi conduzido ao cargo de delegado de polícia de Gurupá).

Para a eleição de 1986, a oposição sindical contou com lideranças oriundas das comunidades do rio Moju, onde as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores rurais nasceram no processo de resistência contra a dominação econômica exercida pelos "patrões" ali estabelecidos, e que resultaram na constituição de "cantinas comunitárias" para a compra de mercadorias consumidas pelas famílias moradoras e a venda coletiva da produção extrativa das comunidades. Assim, os trabalhadores rurais que assumiram a diretoria do sindicato trouxeram para o interior da ação sindical não o discurso retórico pela melhoria das condições de vida para os trabalhadores ou a atuação trabalhista que marca o sindicalismo rural brasileiro, mas a experiência efetiva da participação e da luta política, desenvolvida nos processos de resistência econômica à subordinação a que estão submetidos. Com os lemas saúde, terra e produção, a sua prática sindical consistiu no incentivo à organização de delegacias sindicais, de forma a que tanto o trabalho de formação alcançasse o maior número possível de trabalhadores no município, como também o sindicato se constituísse num canal de expressão, articulação e organização entre as diversas experiências de resistência econômica, individuais ou coletivas, respeitando as suas especificidades, na busca de alternativas reais de desenvolvimento nascidas no processo de luta camponesa.

Pesquisa como movimento de sistematizar experiências

É neste processo que no início de 1988 a diretoria do STR de Gurupá encaminhou ao MLAL (Movimento Laico para América Latina - Itália) um projeto demandando a realização de um diagnóstico, com o objetivo de analisar as características econômcias e sociais do município, e que os subsidiasse na busca de eventuais formas de apoio. Esse trabalho se iniciou em fins de 1988, ampliando-se para uma pesquisa sobre as principais características do campesinato gurupaense, a sua inserção nas relações sociais de produção estabelecidas pelo capital atuante no município e na região, e as principais lutas e formas de resistência (organizadas ou não) desenvolvidas pelos trabalhadores rurais e suas famílias.

É importante destacar que a demanda por este trabalho foi o resultado da história de organização e de avanço das lutas dos trabalhadores rurais gurupaenses, e que apontaram para a necessidade de uma reflexão sobre os novos desafios com que se defrontavam. Neste sentido, a pesquisa "Ribeirinhos e roceiros: subordinação e resistência camponesa em Gurupá (PA)", foi organizada e realizada de forma a que os trabalhadores rurais participassem de todas as etapas de sua realização, dentro da perspectiva da sua formação em aspectos metodológicos de apreensão da realidade econômica e social vivenciada, como também no processo de reflexão surgido do conhecimento e discussão com outras experiências em curso no município. Assim, o desenvolvimento da pesquisa se incorporou à trajetória de luta do movimento sindical, num projeto de construção coletiva de alternativas de desenvolvimento surgidas no processo de debate e reflexão sobre as experiências de resistência econômica do campesinato gurupaense.

A pesquisa foi concluída em agosto de 1989. Em setembro realizou-se o seminário "O Trabalhador rural de Gurupá em busca de alternativas", com a elaboração metodológica e participação do Sepede (Setor de Pesquisas e Debates) da FASE. O seu objetivo foi o de confrontar os resultados obtidos na pesquisa com a prática vivenciada cotidianamente pelos trabalhadores rurais do município e região, e visou à socialização das discussões até então realizadas. Dele participaram delegados sindicais, lideranças comunitárias, a Igreja local e o seu serviço pastoral, pessoas ligadas à universidade, entidades de educação popular e de apoio aos movimentos sociais e lideranças sindicais de municípios vizinhos, como, por exemplo, as de Afuá.

O seminário foi organizado em etapas, de forma a que o processo de discussão se encaminhasse para a elaboração de iniciativas concretas a serem realizadas, e que fossem articuladas no seio da luta sindical. Assim, após um primeiro momento dedicado aos debates sobre os resultados obtidos na pesquisa e das contribuições dos assessores convidados, grupos de trabalho temáticos foram formados com o objetivo de discutirem e apontarem iniciativas a serem desenvolvidas nas principais questões enfrentadas pelos trabalhadores rurais de Gurupá: o extrativismo vegetal, a lavoura, a pesca, a comercialização de sua produção e a garantia da terra de trabalho.

As iniciativas apresentadas pelos grupos de trabalho revelaram os principais elementos que caracterizam a luta e a resistência do campesinato gurupaense: a subordinação do produto de seu trabalho via comercialização de sua produção, e a devastação de seus meios de vida. Aqui cabe destacar como exemplo as propostas elaboradas para o extrativismo do palmito, que associam o manejo do açaizal com o processamento de palmito em conserva, e a sua comercialização juntamente com o caroço do açaí, realizado por grupos de famílias organizadas. Outro exemplo é o da pesca, onde os pescadores gurupaenses apontaram para a necessidade de sua profissionalização via aquisição de materiais (redes, "geleira", etc.) para, organizados, receberem melhores preços pela sua produção, como também para controlarem o estoque pesqueiro devastado pela atuação de embarcações que realizam a pesca em grande escala no município.

A Amazônia sempre foi saqueada em seus recursos naturais, em grande parte destinados ao mercado internacional

João R. Ripper/Imagens da Terra

Organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, esse seminário traçou as linhas básicas de sua ação sindical no plano econômico, indicando alternativas concretas a serem encaminhadas com os recursos disponíveis localmente, como também das necessidades de ajuda externa. Após o seminário, uma série de iniciativas foram encaminhadas pelos trabalhadores rurais no município, sobretudo aquelas relativas à organização dos pescadores e da produção na pesca, e do processamento do palmito em conserva, associando-as ao manejo auto-sustentado dos recursos da água e da floresta.

Baseado neste processo de construção coletiva do conhecimento da realidade gurupaense, e da experiência acumulada de lutas dos trabalhadores rurais no município, é que foram formuladas as proposições contidas no projeto "Fortalecer a luta econômica dos trabalhadores rurais e o movimento sindical em Gurupá". Assim, este projeto apresenta-se como resultado de uma trajetória de articulação e de organização entre as várias iniciativas de resistência dos trabalhadores rurais de Gurupá no seio do seu movimento sindical, contra a violência, sujeição e exclusão econômica e política a que estão submetidos pelo grande capital atuante no município. Ou seja, um projeto que visa apoiar e incentivar novas alternativas de desenvolvimento nascidas no processo de luta deste campesinato, como o controle da extração, o manejo florestal e aquático daqueles produtos demandados pelo mercado, e iniciativas de organização da produção, processamento e comercialização destes produtos pelos trabalhadores rurais.

Para o movimento sindical de Gurupá, o momento atual é de concretização das alternativas discutidas e aprovadas no seminário, e que estão contempladas no seu projeto de fortalecimento econômico dos trabalhadores rurais do município. Mesmo com os limites de infra-estrutura e de recursos para percorrerem as distâncias entre as comunidades e adquirirem materiais para o desenvolvimento de suas atividades, as ações de organização dos trabalhadores rurais avançam, como é o caso dos pescadores e daqueles que se dedicam à extração do palmito.

A luta concreta e cotidiana desses trabalhadores enfrenta agora um novo desafio: a obtenção de recursos humanos, materiais e financeiros nas negociações com as agências de cooperação nacionais e estrangeiras. As interrogações e dúvidas são várias, sobretudo neste período de crise por que passam as entidades de apoio. Onde bater? Qual a política que rege este tipo de cooperação? Quem poderá nos auxiliar nesta negociação? Ao lado disso, os recursos humanos necessários ao avanço das propostas dos trabalhadores (agrônomos, técnicos agrícolas, pessoas com experiência na área comercial,"advogados) devem ter a sua atuação inserida no processo de luta e na perspectiva de ação do movimento sindical. Onde encontrar pessoas com essas características? No município de Gurupá há trabalhadores que dominam e têm experiência na questão técnica do manejo florestal e pesqueiro. Como liberá-los?

A estas interrogações somam-se as forças de pressão exercidas pela classe dominante local que, além da histórica violência contra os trabalhadores, tenta inviabilizar este projeto sindical. Neste sentido, o apoio às iniciativas econômicas dos trabalhadores vem na perspectiva do fortalecimento de sua organização no seio do movimento sindical, como única forma de contrapor às ações das oligarquias comerciais estabelecidas no município.

Surgidas no processo de resistência do campesinato gurupaense à subordinação do produto de seu trabalho e à devastação de seus meios de vida, as alternativas de desenvolvimento contempladas neste projeto apresentam como elemento central o resgate da cidadania desses trabalhadores, associando-a à preservação dos recursos naturais. Ou seja, uma proposta de desenvolvimento construída na luta pela defesa da lógica da vida, contrapondo-se à lógica da acumulação. Neste sentido, esta proposta não é isolada, e visa criar uma dinâmica na "região das ilhas", articulando-se com experiências em curso em outros municípios, entidades de apoio aos movimentos populares e setores de pesquisa, institucionais ou não, comprometidos com o avanço da luta dos trabalhadores. ■

Trabalhadores das ilhas da foz do rio Amazonas: em busca de alternativas de desenvolvimento

Este artigo foi elaborado a partir do relato escrito de Sandro Gallazzi, membro da CPT (Comissão Pastoral da Terra) Norte II, sobre a atuação da entidade no apoio à organização dos trabalhadores rurais da região das ilhas do Marajó, desde 1983, e da entrevista feita com Tufi (Benedito das Graças de Moraes Barra), atual vice-prsidente e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afuá (PA).

Ambos falam do processo de tomada de consciência, da mobilização e da organização destes trabalhadores, que culminaram na formação do sindicato e do Partido dos Trabalhadores, e no surgimento da consciência ecológica, articulada com a questão da posse da terra. Todo esse processo se originou nas comunidades de base organizadas pela Igreja na região.

Tufi, um paraense de 41 anos, casado e pai de seis filhos, era calafate quando foi contratado por um "patrão" para trabalhar na terra dele, extraindo madeira, látex e palmito. Tufi, então um "freguês", fala da exploração a que os trabalhadores são submetidos nesta relação "patrão-freguês", tradicional na região.

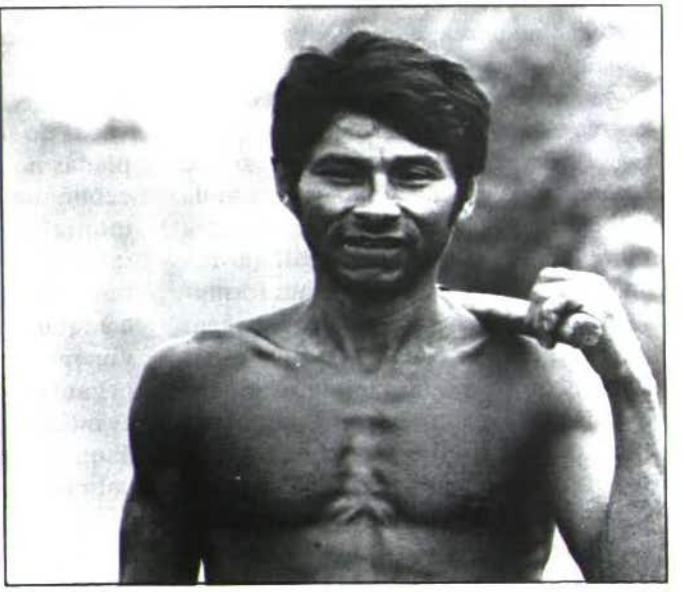
Tufi – "A relação terra-patrão-freguês é muito forte nas ilhas e veio do tempo dos coronéis. O patrão cede a terra, e o freguês, sob o domínio dele, tem que vender a produção toda para o patrão (que paga com vales), comprar no comércio do patrão através dos vales, e ainda paga uma porcentagem da madeira, do látex e até do roçado, quando o patrão consente que faça o roçado. Agora, como já não está mais existindo madeira de primeira na área, porque o desmatamento está sendo demasiado, o meu patrão disse que vai investir no palmito."

Sandro dá mais detalhes sobre a relação patrão-freguês:

Sandro – " É uma relação de trabalho típica de nossa região, uma mistura de arrendamento, de parceria e de meia, com um 'tempero' regional de exploração. A história de ocupação dessas terras impediu qualquer tipo de aglutinação; não existem vilas, aldeias ou povoados, e cada freguês mora na 'colocação' cedida pelo patrão. É uma relação quase semi-escrava, pois o trabalhador fica praticamente sem ver dinheiro e sempre endividado com o patrão. É uma relação de exploração, 'temperada' por ligações sociais entre o patrão e o freguês, que ajuda a cimentar a dependência. O patrão torna-se compadre, padrinho dos filhos do freguês; no terreiro do patrão tem (quando tem) uma escola, um posto médico, e quase sempre uma capela; o patrão 'socorre' o freguês em caso de extrema necessidade, leva para o hospital, presenteia com um corte de tecido. A casa do patrão é o 'centro' político-econômico-social-cultural da região, e os grandes momentos de encontro, até pouco tempo atrás, eram as festas e a visita do padre, para batizados e casamentos, sempre na casa do patrão."

Esta relação vem mudando aos poucos, apesar do medo e das dificuldades de comunicação pelas distâncias e a falta de transporte, que complicam a articulação entre os sindicatos da região. Tudo começou a mudar lá pelo idos de 1974, quando surgiram as primeiras CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e foram organizados encontros, conversas, cursinhos, que reuniram a população. Daí foram elaborados materiais didáticos, tanto para o culto como para apoio e formação de lideranças (coordenadores de setor), encarregadas de acompanhar e articular várias comunidades próximas, que formavam um setor. A formação se iniciou com um curso de 40 dias e desdobrou em encontros de uma semana por semestre, reunindo mais de 20 pessoas no processo. Entre os anos de 1975 e 1980 surgiu um "centro" alternativo à "casa-comércio" do patrão, várias capelas foram erguidas pelo povo, e lá se realizaram muitas conversas - "a língua ficou mais solta, o pensamento mais expressado, as forças mais unidas", diz Sandro. Em 82, já articulados com o STR de Macapá, começam a formar os primeiros grupos pré-sindicais, e, em 1984, é fundado o STR de Afuá, com recursos exclusivamente próprios.

O próprio Tufi começou na luta puxado pela mulher, que já participava da CEB, e conta que assumiu a direção de um dos quatro grupos pré-sindicais



João R. Ripper/Imagens da Terra

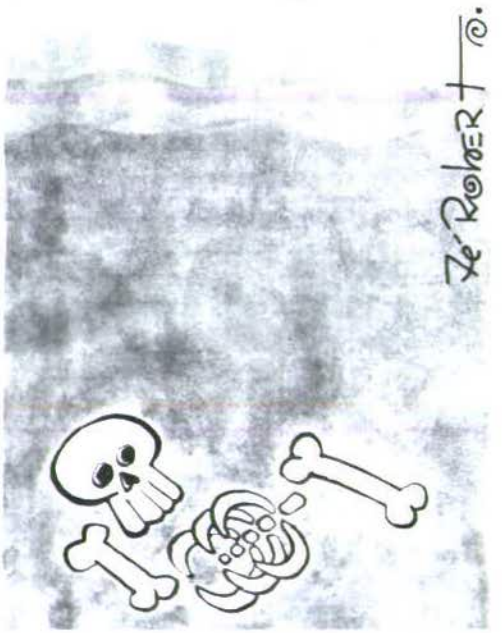
"com uma desconfiança muito grande, porque não tinha uma certa clareza", embora tenha "estudado um pouquinho a história", e entendesse a importância da formação do sindicato.

Tufi – "A tarefa desses grupos era organizar, criar uma consciência, uma clareza e conhecimento aos companheiros de que eles eram explorados e precisavam deixar a exploração, dominar a situação, e através do sindicato a gente garantiria essas coisas. No dia 19 de dezembro de 1984 criamos o sindicato. Essa era uma data importante para nós porque era o aniversário do assassinato de um companheiro, o Bira; um grileiro matou o companheiro por causa da terra. No mesmo lugar, na Ilha dos Bodes, quando completava um ano foi feita a fundação do sindicato, com a participação de mais de 400 pessoas. E essa luta está valendo a pena, porque o primeiro objetivo nosso era segurar a terra que os companheiros trabalham, e o segundo, essa questão da exploração do patrão; e a gente está alcançando estes dois objetivos. Dos companheiros que foram à Justiça com problema de terra, nós ganhamos a questão, e na relação patrão-freguês o patrão não está cobrando mais aquela porcentagem (em muitos lugares, na minha colocação mesmo, eu já não pago mais), já não devo pra ele o produto e vendo pra quem eu quero.

"Essa consciência frente ao patrão veio através da luta, né? A gente começou dando aborrecimentos para os companheiros, de que eles tinham direito, não era direito do patrão exigir tudo, e aí a gente se juntou à CPT, advogado, e criamos uma cartilha patrão-freguês que veio esclarecer melhor. Foi uma resistência muito grande, até os companheiros terem consciência de que o direito deles começa quando termina o do patrão e vice-versa."

Escolas agrícolas

A cartilha editada pela CPT esclarece sobre o Estatuto da Terra, que regulamenta a relação proprietário/parceiro ou arrendatário, interpretando a lei de modo a facilitar a compreensão sobre os direitos do patrão e do freguês.



Muitas vezes a gente estraga a terra porque não tem um conhecimento dela, não é?

Este esforço de conscientização e organização rendeu muitos frutos. Hoje funcionam 20 delegacias sindicais, grupos de mulheres e de jovens, e uma "escola de militantes", onde diretores, delegados sindicais e outras lideranças se encontram a cada dois meses para discutir, avaliar e planejar (dois dirigentes sindicais participaram de um curso de um mês em São Paulo, um deles foi Tufi). Os militantes formados na "escola" se encontram com outras lideranças do Pará e se articulam com Gurupá; há um constante diálogo das lideranças com as bases e atividades de "animação", que estimulam a participação.

Além disso, conseguiram comprar um barco, que ajuda muito na comunicação; chegaram a criar 13 cantinas comunitárias como alternativa ao comércio do patrão, que foram "varridas pelo vendaval inflacionário do fim do governo Sarney", como diz Sandro, mas é uma experiência a ser retomada, de forma mais planejada: estruturaram um trabalho de saúde comunitária, e estão lutando pelo tratamento da água e pela vacinação das crianças.

Sandro – "As conquistas foram muitas, a partir do conhecimento da legislação que regulamenta a relação patrão/freguês e que ajudou a libertá-los da exploração. Se afirmaram a presença e a força política do trabalhador, e sua dignidade é reconhecida e respeitada pela polícia, pela juíza, pelo prefeito, obrigados agora a tratar com alguém forte e consciente de seus direitos. Da participação ativa das mulheres, emergiu a visão do trabalhador rural não só como 'trabalhador', mas também como 'morador', com suas exigências e direitos, principalmente nas questões da saúde, educação e comércio. As mulheres sindicalizadas (são quatro na diretoria), organizaram nove escolinhas comunitárias, e estão exigindo da Prefeitura o pagamento dos salários dos monitores (professores) e o fornecimento de material escolar.

"Há também a idéia de implantar 'escolas agrícolas', a exemplo de outros lugares do Brasil, onde deram certo, baseadas no 'plantio e criação'. Para a região elas têm que ser adaptadas à realidade 'extrativista', visando uma produção melhorada, uma comercialização mais racional e o fortalecimento da

organização econômica. Um companheiro já foi para uma escola agrícola no Espírito Santo e, ao se formar lá, volta para ensinar na escola agrícola que será criada no município."

Tufi – "A gente está pensando em termos de preparar os agricultores. Será muito importante porque vai ensinar o companheiro a usar a terra, muitas vezes a gente estraga a terra porque não tem um certo conhecimento dela, não é? A gente não tem financiamento nenhum da Prefeitura, do Estado, então a gente não sabe nem como usar o adubo, não tem adubo, não tem nada. Através das escolas agrícolas a gente vai conhecer, aprender a fazer adubo, essas coisas para ter uma produção melhor no nosso plantio. Essa 'escola da família agrícola' funciona como internato, lá no interior, na floresta: 15 dias o companheiro estuda na escola, 15 dias ele vem pra comunidade repassar aquilo que ele aprendeu na escola, depois leva a discussão da comunidade para a escola. É uma coisa muito séria esse intercâmbio."

A implantação das escolas agrícolas atende também a uma preocupação dos sindicatos na região com um problema que estava se tornando sério: o êxodo rural, principalmente da população jovem. O grupo de jovens do sindicato já começou a reverter isto.

Tufi – "Os nossos jovens, principalmente do interior, que não têm trabalho, o divertimento deles é festa, é beber uma pingazinha de vez em quando, e isso aí leva a uma consciência de ver que o jovem no mundo e no Brasil é usado como objeto até de propaganda. Nos encontros (e teve encontro ano passado que a gente alcançou até 100 jovens) a gente leva uma consciência pros jovens de que ele não é objeto, ele é uma pessoa humana que pensa, analisa, e tem força de trabalho pra fazer alguma coisa, de que, por ser jovem, o direito dele não é só se divertir, mas também lutar, se organizar para ter força para fazer valer os seus direitos, e não ser usado na sociedade como um objeto. E essa é a grande questão da escola-família. Porque quando o jovem chega numa certa idade, ele quer estudar um pouquinho, aí não tem escola lá, ele vem pra cidade e quando ele aprende na cidade não volta mais pro interior. É por isso que nós queremos fazer a escola-família lá no município, para que o nosso jovem fique lá."

A questão ecológica está ligada à posse da terra: se não tomarmos conta da terra as matas vão acabar

As escolas agrícolas viriam ajudar, também, na reflexão e elaboração de propostas de manejo ambiental, fortalecendo uma consciência ecológica que começa a emergir, vinculada à luta contra a exploração do patrão, à questão do esgotamento dos recursos e ao problema da posse da terra.

Sandro – "A terra do patrão vem sendo sistematicamente devastada. Em muitas áreas já não existe madeira de lei, e a devastação se volta para os açaizais. O patrão simplesmente 'vende' o açaizal à fábrica de palmito. A fábrica manda entrar os 'palmiteiros', que derrubam indiscriminadamente o açaizal, sem escolher, sem 'manejar', para fazer mais depressa e produzir um lucro imediato com a fabricação do palmito. Além disso eles depredam as matas e os rios, para se alimentar e 'se divertir'... O prejuízo é grande."

A luta do palmito

"A questão do palmito foi a que mais ajudou a criar uma consciência ecológica. É verdade que o trabalhador rural sempre obedeceu às ordens do patrão para derrubar a madeira, mas também é verdade que, no caso do palmito, começou a reagir. Talvez porque isso afete diretamente a mesa do trabalhador: o açaí, bebida feita com os coquinhos da palmeira do palmito, faz parte da alimentação cotidiana e básica do trabalhador rural. A devastação irracional dos açaizais já fez com que, em muitas áreas, o açaí tenha se tornado difícil, e, se sua falta está criando problemas, gera também discussão. A luta com os patrões e os 'palmiteiros' chegou a ser violenta, quando os patrões perceberam que não podiam mais contar com os abusos da polícia local (bem mais vigiada pelo sindicato) e que na floresta, onde não há fazendas para abrigá-los, a presença de pistoleiros é bem mais complicada.

Por outro lado, está ficando claro para os trabalhadores, que a questão ecológica, na nossa região, é direta-

mente ligada à questão da posse da terra. Se não tomarmos conta das terras a mata vai acabar e tudo vai virar um capoeirão inútil, porque nas ilhas dificilmente o povo poderá plantar de maneira economicamente rentável, ou criar animais. A luta ecológica é luta pela terra, pela não exploração dos patrões, pela tigela cheia de açaí.

"Hoje os trabalhadores não deixam entrar 'palmiteiros' em suas áreas, e quando extraem o palmito, o fazem com critério, para não prejudicar o açaizal. Já têm a visão de que os interesses do patrão são pela madeira, o látex e o palmito, mas que seus próprios interesses incluem o roçado. Há a preocupação de combinar a atividade extrativista com o plantio, e uma compreensão sobre como aproveitar as estações."

Tufi – "Lá nas ilhas as atividades se revezam, de acordo com as épocas. Tem a época de trabalhar no roçado e tem a época da extração. No verão se cuida do roçado e do látex e na época invernosa se tira a madeira e o palmito. Nós temos que trabalhar num extrativismo que não destrua, inclusive reflorestando a madeira (que leva uns vinte anos pra se refazer) e o açaí (que se refaz em três anos). No roçado, até o que a gente não planta dá, então a gente planta arroz, feijão, milho, melancia, macaxeira - essas plantas de seis meses - e também as plantas de raízes, como cacau, abacaxi, cupuaçu, limão, laranja e muita banana. Quando a gente faz um roçado, não derruba todas as árvores, porque a própria árvore que fica ajuda a puxar o oxigênio para as plantas menores. A gente limpa as árvores espinhosas, e tem que queimar, porque não temos um trator para retirar esse lixo. Aí a gente toca fogo, mas o fogo só queima aquela área do roçado, porque a gente tem cuidado para o fogo não invadir a mata. Nas escolas agrícolas a gente também quer aprender a limpar sem queimar, porque o nosso povo não sabe, tem que fazer queimada, e quando queima, ele tira um bocado de substância da terra, aí a planta passa a não dar coias boas".

Na questão do roçado são colocados alguns problemas e possíveis soluções relacionadas à comercialização dos produtos. Os agricultores não dispõem de transporte para eles próprios levarem os produtos para venda nas cidades. São obrigados a vender para os atravessadores, que controlam a "beira" do rio, e desvalorizam os preços dos produtos para garantir sua margem de lucro de 100%. Uma alternativa que está sendo pensada é a da aquisição de um barco, pelo sindicato, que recolheria a produção de vários agricultores de diversas regiões e levaria até o porto de Santana, onde um transporte da Prefeitura pegaria estes produtos e levaria para a feira do agricultor. Eles pretendem entrar em contato com o prefeito para acertar sua participação na feira do agricultor e viabilizar esta idéia.

Estão sentido também a necessidade de beneficiar os produtos antes de vender.

Sandro – "Vender o produto, sem industrializá-lo de alguma forma, é um eterno prejuízo. Essa é uma certeza experimentada nos últimos anos. Pois quem faz o preço é sempre o comprador, e nas ilhas trabalhamos com produtos altamente perecíveis; banana, açaí, melancia, abacaxi e outras frutas. Isso obriga não a vender, mas a se desfazer do produto a qualquer preço. Em longas discussões entre lideranças sindicais, CPT e as bases, surgem propostas de fabriquetas de palmito, miniusinas de borracha para vendermos a folha da borracha e não mais o látex, pequenas serrarias para vendermos as tábuas já serradas e não as toras, docerias para vendermos as compotas e doces ao invés das frutas, fabriquetas de remédios naturais para vender xaropes, pílulas, extratos das dezenas de plantas medicinais da floresta..."

Projetos econômicos

Essas propostas trazem também uma discussão sobre como administrar as fabriquetas comunitárias. Ainda não há resposta para a questão ("O que é uma administração socializada?"), ou idéias

João R. Ripper/Imagens da Terra

sobre o que fazer com o lucro. Enquanto isso, algumas hipóteses são levantadas a partir da experiência com as fábricas de palmito.

Tufi – "A nossa luta do palmito é eliminar as fábricas, porque só quem ganha dinheiro é o dono da fábrica, que vai exportar, e nós ficamos sem o palmito... Nós que reflorestamos e o outro é que usufrui, porque a fábrica recebe um dinheiro do governo para fazer reflorestamento, e quando não, é insenta de impostos! Então, o que nós queremos, nós que plantamos o palmito, é enlatar e exportar o produto, porque nós temos o direito de ganhar esse dinheiro. O sistema que existe é o seguinte: por exemplo, eu tenho uma fabriqueta, mas eu dependo de uma fábrica grande que me dá vasilhame, conservante, uma porção de coisas. Nós queremos revolucionar esse sistema, a fábrica sendo nossa, a gente trabalha nela na época invernosa (época de tirar madeira e palmito), e o lucro, o excedente que vai ser como qualquer outra fábrica, seria investido na organização, no trabalho, no movimento. A questão não é pagar melhor o fornecedor, porque se você paga melhor, você passa a ser um proprietário, um dono de fábrica, e nós queremos que a fábrica seja da organização."

Ao relacionarem a questão ecológica com a econômica, a partir da "luta do palmito", começaram um estudo para combater a pesca predatória das geleiras e para fazer criação do camarão rosa e peixe. No verão há muito camarão e os preços são baixos, mas no inverno há pouquíssimo camarão e os preços sobem muito. A idéia é fazer viveiros para armazenar o camarão do verão e ter uma produção o ano todo, com preços mais estáveis, e estender a experiência ao peixe.

Para ampliar essa discussão já há alguma articulação com outros sindicatos, já que enfrentam problemas comuns. Já participaram de um encontro em Gurupá, cujo sindicato é muito atuante, pretendem ajudar a formar a oposição sindical em Chaves, onde o sindicato está na mão de pelegos, e em Anajás, onde só há sindicato patronal. Mais uma vez as distâncias e a falta de transporte dificultam o trabalho de articulação. Para se chegar a Gurupá ou Anajás, partindo de Afuá, gasta-se uma média de 14 horas em viagem de barco!

Tufi fala também da resistência dos trabalhadores na terra, relacionada com a discussão sobre reflorestamento e reserva extrativista.

Tufi – "A nossa questão da reserva extrativista nas ilhas é meio complicada, porque não existe mais terra, as terras estão concentradas na mão dos patrões. Só se a gente fizer uma reforma agrária na mata e adquirir uma reserva extrativista. É complicadíssimo! Tem que pelejar com o patrão. Com o meu patrão eu já negociei diversas vezes pra ele me vender a minha colocação, mas ele não vende. Mas em março eu vou ganhar isso, daqui a uns tempos ele já não vai mais comprar madeira porque não vamos retirar madeira, ele não vai mais comprar o palmito, porque não vamos retirar palmito, então vamos ficar nisso, ganhando pouco, só para nossa sobrevivência, riscando a seringa e tirando o látex, e ele não vai poder se manter lá. Também não vai poder vender pra outro porque a organização não vai deixar. Com o pessoal organizado, a gente vai ter resistência na terra, como já aconteceu no município de Gurupá."

Segundo Sandro, "a solução da reserva extrativista poderia ser bastante válida para a região, mas antes de tudo deve ficar claro de quem é a posse". E esta é uma discussão que tem ajudado a animar e articular a resistência do trabalhador rural às dezenas de "projetos de reflorestamento" autorizados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), nunca fiscalizados, que escondem a devastação da floresta. "Estamos exigindo que esses projetos sejam aprovados só depois de consulta às lideranças sindicais, que conhecem o que, de fato, está acontecendo."

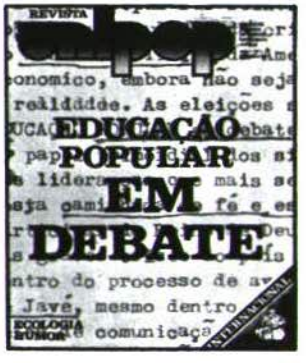
O trabalho de organização é percebido como fundamental, e ao mesmo tempo relacionado com as questões econômica e ecológica.

Tufi – "Ecologia, pra mim, é uma questão em torno de um ecossistema da região. Tudo aqui é lindo, tudo é um conjunto, as árvores, os rios com todos os seus peixes, quando a gente tem todo esse conjunto de coisas, um conjunto de vida, é vida, ecologia é vida. Você tem que ter casa, tem que ter lazer, transporte, uma porção de coisas, isso está dentro da ecologia. Mas tem duas questões: a gente fazer um trabalho sério de organização e segurar os companheiros na região, fazer eles sentirem que a terra é a mãe deles, e, na relação com o patrão, fazer uma revolução mesmo na terra, porque o desmatamento está sendo demasiado, ficar na terra e frear a exploração da madeira e do palmito. Sem isso não há futuro para o trabalhador na região." ■

Plano Diretor: instrumento de Reforma Urbana

Pedidos:
FASE
Rua Bento Lisboa, 58
22221 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 285-2998

Cr$ 700,



Onde adquirir:

REVISTA UNIPOP
Rua Senador Lemos, 557
66000 – Belém – PA
Tel.: (091) 224-9074

Assinatura (4 números)
Cr$ 1.400,00

Nº avulso
Cr$ 350,00

O Ibama e os pequenos agricultores: contradições da política governamental

Os pequenos produtores do Norte, ao mesmo tempo em que estão discutindo e procurando saídas no sentido de encontrar formas sustentáveis de agricultura na Amazônia, começam a confrontar-se no seu dia-a-dia com a nova política ambiental do governo federal. A seguir, publicamos dois casos de relação dos pequenos agricultores com agentes do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), numa primeira demonstração de que o Estado que pratica a política ambiental no Norte mantém as suas principais características e contradições. Vamos aos casos.

Arbitrariedades da indústria Trevo

O STR de Gurupá (PA), depois de ter recorrido à Superintendência do Ibama em Macapá, no dia 1º. de agosto deste ano, resolveu denunciar mais amplamente, pela voz de Bertilla dos Santos Almeida, presidente do STR de Gurupá, a atuação da empresa Trevo junto com fiscais do Ibama. A Trevo da Amazônia Ltda. é uma companhia madeireira dona de terras em Gurupá, onde vivem posseiros há 75, 32, 28 anos (os que moram lá há menos tempo já têm 3 anos na área) ou até durante a vida toda. A lavoura, nesta região de várzea é, basicamente, arroz e milho, o que não dá para o sustento das famílias, obrigando os lavradores a extraírem madeira e palmito para completar a renda familiar. É uma extração em pequena escala, que eles vendem a Trevo ou a comerciantes locais. Acontece que a Trevo, se aproveitando do fato da maioria dos moradores não serem proprietários e viverem em suas terras, oferece preços muito baixos (pelo palmito a Trevo pagava em 1990 5 ou 5,50 cruzeiros enquanto outros comerciantes pagavam 12 ou 14 cruzeiros por cabeça), o que faz os moradores preferirem não vender a Trevo. Em represália a Trevo tem denunciado ao Ibama que os posseiros promovem desmatamento das terras dela – exatamente naquelas terras onde os posseiros se negam a vender para ela – e os fiscais do Ibama têm aparecido, acompanhados do pessoal da Trevo, para multar, ameaçar e expulsar os lavradores.

O fato é que os fiscais do Ibama só atuaram nas terras da Trevo: se na terra ao lado existe um proprietário que está desmatando, tirando palmito, os fiscais não vão lá. Eles atuam aliados com a Trevo, defendendo as terras dela, ajudando a concentrar o produto nas mãos da Trevo, ao mesmo tempo em que esta tenta legitimar suas arbitrariedades contra os posseiros através de uma imagem de defensora da natureza. Apesar disto a Trevo não tem uma política de reflorestamento em suas próprias terras, com exceção de uma pequena área. Na maioria não se encontram mais virola, samaúma ou palmito, só pinus.

Num dos casos de expulsão, em março deste ano, dois fiscais do Ibama junto com dois fiscais da Trevo apareceram com um documento de reintegração de posse escrito à mão (documento ilegal, já que só a Justiça, depois de um processo, pode emitir) e expulsaram o posseiro. Nesse caso o sindicato não pôde fazer muita coisa, porque os fiscais esperaram o rapaz deixar a casa, com sua família e todas as suas coisas numa canoa, e colocaram outra pessoa morando lá. O rapaz teve que levar a família em Macapá, para depois voltar ao sindicato e denunicar, mas já decidido a se mudar da área.

João R. Ripper/Imagens da Terra

Em outro caso, em fevereiro de 1990, eles aplicaram uma multa de 2.500 cruzeiros a um posseiro, que veio ao sindicato denunciar. As instruções do sindicato foram convidar os fiscais para conversar no próprio sindicato. Quando eles reapareceram o posseiro convidou-os e foram todos ao sindicato. As lideranças, então, explicaram a situação dos trabalhadores, o seu ponto de vista sobre o meio ambiente, a flora e a fauna, e pediram que os fiscais não agissem mais ameaçando de espancamento e expulsando com violência, mas que procurassem conversar e orientar os posseiros de como preservar a floresta. Inclusive ajudando o sindicato, que já tinha tomado a iniciativa nesse tipo de orientação aos posseiros.

Embora os fiscais tivessem concordado com o trabalho do sindicato e se comprometido a passar a agir de outra forma, no dia seguinte reiniciaram a retomada das posses, dizendo aos posseiros que o sindicato sabia das expulsões e estava de acordo, a juíza de direito e o delegado também, e que eles não tinham saída. Um dos posseiros, recém-associado ao sindicato, efetivamente deixou a posse, acreditando na conversa dos fiscais, e foi com a família para Santana. Lá, outros companheiros do sindicato o alertaram e convenceram a voltar a Gurupá, para denunciar e ver o que o sindicato poderia fazer. Foi então que o sindicato soube.

A partir daí, e de outro caso de ameaça de expulsão de 10 trabalhadores, com multa de 300 BTNs, apreensão de palmito, proibição de fazer roças de arroz e café, o sindicato resolveu tomar providências junto à promotoria e ao Ibama. Antes foi feito um levantamento das questões colocadas pelos associados, de quanto era a produção deles, há quantos anos moravam na terra, quantos filhos tinham, etc. Foi tirada uma comissão com cinco lavradores, o delegado agrário do sindicato e outros representantes para irem à Superintendência do Ibama em Macapá; foi elaborado um documento com as propostas que já haviam sido discutidas na secretaria agrária e de meio ambiente do sindicato.

Foram feitas as denúncias de que os fiscais atuavam junto com os comandatários da Trevo (comandatários são os que fiscalizam as áreas da Trevo),

Em Gurupá (PA) os agricultores acusam o Ibama de só fiscalizar os pequenos, em conluio com a madeireira Trevo

ameaçando de prisão, espancamento, expulsão, aplicando multas muito altas e agindo com violência. O superintendente chamou o pessoal da fiscalização, que tratou os lavradores de "agressores da natureza". Mas os sindicalistas continuaram conversando, colocando sua visão sindical, seu trabalho de conscientização dos lavradores sobre o manejo do palmito e das madeiras, o reflorestamento em áreas de açaizais, deixando claro que os ribeirinhos tiram o palmito e a madeira, mas nunca tiram tudo, preservando uma parte e replantando. A Trevo, ao contrário, derruba tudo, o açaizeiro, a seringueira, a virola, a árvore de palha (buçu, que serve para cobrir as casas dos moradores da região), sem se preocupar em selecionar, em preservar os pés novos, etc.

Com o desenrolar da conversa, os fiscais acabaram dizendo que o Ibama, na verdade, exigia muita coisa que nem ele mesmo cumpria. Por exemplo, a taxa cobrada pela licença de extração de 20m³ de madeira (no caso de pequenas serrarias ou pessoas que não têm documento de posse da terra), que teoricamente deveria ser revertida para reflorestamento, mas na prática não é, e que, embora digam que esta taxa vai para a manutenção de parques nacionais e reservas biológicas, também não é verdade.

Por fim os sindicalistas convidaram o pessoal do Ibama a um encontro sindical, para discutir a questão do meio ambiente e conhecer as dificuldades dos lavradores. Eles disseram que iam.

A diferença entre a atuação dos sindicalistas e a do Ibama e da Trevo é flagrante. Os primeiros, dispostos ao diálogo, interessados na busca de soluções para sua sobrevivência e da floresta, embora "acostumados a tirar da terra os produtos naturais", se dão conta da necessidade de aprofundar seus conhecimentos através de encontros, estudos, e de uma prática de "tirar, mas plantar também", demonstrando um processo de conscientização em curso. Por outro lado, os fiscais do Ibama, numa atitude policialesca, tratam os lavradores como bandidos e compactuam com a Trevo que, por sua vez, chega ao cúmulo da ilegalidade, escrevendo – ela própria – a "Cessão do cerco de terras da Indústria Trevo da Amazônia, através de seu representante legal Fabiano Feliciano da Silva", etc., para embargar a extração de palmito e madeira dos pequenos produtores posseiros, alegando serem eles infratores de leis de preservação da flora e da fauna.

Hoje, com o esgotamento dos recursos, a vida da população de Gurupá está ameaçada. O sindicato, então, realizou um seminário, em 21, 22 e 23 de setembro de 1989, no qual se discutiram e elaboraram algumas "medidas alternativas de preservação do meio ambiente: fazer o manejo do açaí, conservando limpas as touceiras existentes, bem como plantar outras árvores para substituir as que já foram cortadas; fazer isso também com as demais espécies de madeira; nas capoeiras plantar todos os tipos de árvores frutíferas e alimentícias que dêem naquelas terras; proibir qualquer tipo de marisco em determinadas áreas de igarapé que servem de criação de peixes; proibir o uso de timbó e redes de malhas pequenas".

Estas propostas demonstram que os lavradores sabem, por experiência, o tipo de manejo dos recursos que deve ser evitado, e esse "saber" é fundamental e deve ser incorporado às novas medidas de preservação que sejam tomadas na região. Se a ação do Ibama for para valer, espera-se que a sua visita ao STR de Gurupá se concretize em apoio efetivo a essas propostas.

Concentração de terras

José Moacir Feiteiro, há 17 anos no Pará, veio no tempo da colonização incentivada pelo Incra. É colono no município de Medicilândia, na Transamazônica, e participa no movimento sindical e popular na região. Ele fala sobre

as dificuldades que os pequenos proprietários vêm enfrentando para permanecer em suas terras, sejam do ponto de vista dos financiamentos e apoio à produção, da concentração de terras nas mãos das elites, da "onda de ecologia" que o governo manipula contra os pequenos produtores, ou mesmo do papel dos meios de comunicação.

"Hoje o Estado do Pará conta com uma média de 600.000 pequenos produtores. O que não podemos aceitar é o governo não reconhecer esse povo que hoje mora nas beiradas dos rios, nas estradas, que são donos de terras de dimensão pequena, no máximo 100ha, e que vieram para cá por causa da concentração de terras nas regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste.

Foram pequenos agricultores, por exemplo, do sul da Bahia, que trabalhavam com a lavoura de cacau em 10, 20, 30, no máximo 50ha, e sem poder competir dentro de uma agricultura mais moderna, que venderam suas pequenas propriedades de terra lá e compraram na Transamazônica. Vieram também do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais. Segundo um levantamento do sindicato, feito em 1983, só uma média de 54% dos colonos pioneiros que chegaram nos anos 70, 71, 72 e 73 ainda moravam nos seus lotes. Em 1990, a gente constatou que essa média baixou, e que somente entre 35% e 38% de colonos pioneiros permanecem."

João R. Ripper/Imagens da Terra

O que se verifica é a concentração de terras no Norte. A mesma ausência de uma política governamental que atendesse aos pequenos produtores e que os levou a migrar para a Transamazônica em busca de terras maiores há 20 anos atrás, agora se repete na própria região amazônica, conjugada com a presença de grandes fazendeiros e outros segmentos das elites do Norte e do Sul do país, que investem em terras. "Nos municípios de Altamira e Uará, eles concentram muito mais fazendas, existem grandes desmatamentos, grandes roças de capim... Os donos de supermercados, de miniclínicas e hospitais particulares, enfim, esse pessoal, os compradores de cacau, pimenta e café que conseguiram monopolizar o comércio na Transamazônica, têm investido muito na compra de lotes e também em terras de maior dimensão. Investem muito, também, nas áreas de colonização, que são mais próximas das estradas principais."

Por outro lado, as dificuldades de financiamento para o pequeno produtor são enormes, as licenças para desmatamento são difíceis de tirar, e a tradicional falta de uma política governamental de apoio ao pequeno vai impossibilitando a vida da região transamazônica do Pará.

"A única fonte de financiamento que existe na região, através do Banco da Amazônia, é o FNO, um fundo do governo federal de desenvolvimento para o Norte. É um financiamento para capoeirão e capoeira baixa (que se permitem desmatar), mas não permitem que se derrube mata virgem. Para se desmatar 5ha de terra, a pessoa tem que ter uma licença reconhecida pela Justiça, registrada em cartório, mas não tem comarcas em todos os municípios. Como no Estado do Pará os municípios são muito distantes um do outro, e, às vezes, cinco municípios dependem de uma comarca, as pessoas têm que fazer viagens enormes. Por exemplo, do município de Medicilândia, a comarca é Monte Alegre: a pessoa teria que viajar em média 12 horas de ônibus e 12 horas de barco até chegar lá! Com os honorários do cartório, um desmatamento de 5ha, hoje, em Medicilândia, na Transamazônica, ficaria em uma fortuna para o pequeno proprietário. Por aí já começa o absurdo.

Depois, ainda que a pessoa consiga financiamento através de recursos do banco, até porque através do FNO é impossível, as exigências do banco são praticamente incompatíveis com as possibilidades que o colono tem. As terras

têm que ser medidas na corrente, tem que se arrastar o cipoal, os ciscos, as folhas próximas daquela área, todas as árvores de lei proibidas pelo Ibama têm que levar o carimbo do Ibama, no dia de botar fogo na roça é o fiscal do Ibama que coloca e não o colono, sem contar uma outra série de burocracias. Só as viagens que o colono tem que fazer do lote até a agência bancária implicam, no mínimo, 25% de tempo de trabalho do colono, e o próprio financiamento através dos recursos do banco só sai depois da roça queimada".

A burocracia, os critérios adotados pelo Ibama, e "a fórmula que o governo brasileiro encontrou para sair das pressões internacionais, que é jogar o pequeno produtor contra o mundo internacional nessa questão de ecologia e meio ambiente", são fatores percebidos como uma demonstração de que o governo não age para mudar nada, mas para "fazer com que o pequeno proprietário se desespere, até porque ele não tem como cumprir esses requisitos todos, e, desiludido e desenganado, venda seus direitos, suas terras, e vá para a cidade. E nós não temos dúvidas que no fim haverá uma concentração cada vez maior das terras."

A clara percepção de que o pequeno proprietário acabou prejudicado pelos desmatamentos promovidos "por grandes fazendas, com incentivos fiscais do governo", leva a uma crítica certeira à forma como a questão do meio ambiente vem sendo tratada pelo governo e pelos meios de comunicação. "Se a gente for analisar o colono, a maneira que ele vive, a cultura que ele tem, o despreparo, basta a propaganda da TV Globo, dos meios de comunicação de massa, para fazer com que ele se intimide. Até porque as coisas não são bem explicadas, os meios de comunicação de massa no Brasil são muito tendenciosos, e o colono mal informado, ainda muito desarticulado, é atingido em cheio pela pressão psicológica. Ao ponto de muitos falarem em vender suas terrinhas, porque não podem desmatar mais, porque o governo não quer. Até quando se fala em desenvolvimento, por exemplo no asfalto da Transamazônica, ele está tão mal esclarecido que passa até a achar que é melhor o não desenvolvimento, porque se vier o asfalto vem o desmatamento, e o governo não quer. E a gente sabe que as intervenções do Ibama vão ser ainda mais fortes amanhã. Na Transamazônica elas não têm sido tantas, mas a gente tem a informação de que no sul do Pará têm atingido o pequeno em cheio.

"Diante disso, a minha opinião, que não é só minha, mas do movimento sindical e popular da Transamazônica, é que a gente tem que se organizar cada vez mais, fazer questionamentos, fazer com que o movimento ganhe corpo no Estado do Pará, para enfrentarmos todas essas pressões." ■

João R. Ripper/Imagens da Terra

O balanço da atuação da CPT

O papel da CPT nesse processo veio mudando ao longo dos anos, com o crescimento da organização dos trabalhadores rurais. Assim, se no começo estávamos presentes em todos os encontros, com tarefas de destaque, assessorando, acompanhando, discutindo, encaminhando quase tudo, agora estamos mais na "retaguarda", ajudando a discutir pautas e fazer avaliações, enquanto a maioria dos encontros é assumida pelas lideranças sindicais, desde a organização até a assessoria.

A escola de militantes ajudou muito a fazer com que eles mesmos começassem a falar nos encontros, o que foi um grande avanço, se levarmos em conta a dificuldade quase natural do povo do interior para falar em público e a pouca escolaridade, que faz com que se sintam mais acanhados ainda. No caso das mulheres isso é ainda mais sério, pois foi preciso vencer a mentalidade que quer a mulher só dentro de casa. Os primeiros comícios na sede do município de Afuá foram organizados pelo PT nas eleições municipais de 88, e os candidatos e candidatas falaram em praça pública! Hoje eles enfrentam com segurança e competência advogados, delegados de polícia e juíza, e mesmo quem está contra eles respeita sua seriedade e seu preparo.

Chegar a isso e consolidar cada vez mais esta autonomia é o objetivo e a motivação do nosso trabalho, no qual sempre procuramos que os trabalhadores discutam, colaborem, assumam tudo que podem, desde as questões mais sérias, como o acompanhamento de conflitos e a discussão do papel do sindicato, até as coisas mais corriqueiras, como o jornalzinho *Povo da Terra*, cujos assuntos são combinados e avaliados com as lideranças sindicais, que até contribuem enviando matérias. O papel da CPT é animar, estimular, assessorar e, sobretudo, capacitar os trabalhadores e trabalhadoras rurais para que se tornem protagonistas e agentes de sua história, ao ponto de poder dispensar nossos serviços.

Outra característica do nosso trabalho é a preocupação com a participação das bases em todo o processo organizativo. Trabalho ou projeto nenhum pode ser decidido somente entre as lideranças e a CPT. As questões mais sérias, como a participação nas eleições e apoio a candidatos populares, ou a decisão de começar o programa de saúde pelo tratamento da água, tudo é discutido nos encontros de diretores e delegados, e levado para discussão nas delegacias sindicais. Isso faz com que as atividades do sindicato sejam assumidas por todos, e nas avaliações não dá para "culpar" só os diretores por eventuais falhas.

Uma terceira característica do nosso trabalho é a valorização do homem e da mulher do campo, e a reapropriação de seus valores, seu saber, sua cultura. Isto se deu e se dá de várias formas. Começou de maneira bem informal, aos longos bate-papos no fim do dia, depois de terminados os encontros, ao redor das lamparinas, ou nas longas viagens pelos rios, onde eles mestres e nós aprendizes, ouvíamos as estórias, as lendas, as crenças. Aprendemos como surgiram comunidades e vilas, conhecemos as histórias dos patrões e dos padres, os segredos da hora do plantio, da caça, da pesca, a melhor hora para viajar e quando é necessário parar pois não dá pra enfrentar a "brabeza" do rio. Começamos a falar em medicina caseira, em plantas que curam, e descobrimos a grande riqueza de conhecimentos que, sobretudo, as mulheres possuem. Apesar disso, quase não a usam, dependentes que se tornaram de médicos e farmácias. Um programa de saúde está recuperando isso.

Por último, mas não menos importante, a CPT tem presente, em seu trabalho, a profunda religiosidade e fé do nosso povo. Ao longo de muitos anos isso foi usado para acomodar e conformar, para que aceitassem as coisas como estão. A recompensa e a felicidade viriam só numa vida futura. A CPT valoriza a fé que permeia a vida do povo, como uma grande riqueza que pode se tornar força na caminhada, procurando, junto com eles, dar uma dimensão libertadora a esta fé. A Bíblia, lida a partir da vida e da luta do povo, é uma grande ferramenta, assim como as celebrações sempre muito ligadas à vida, são momentos privilegiados onde se experimenta a certeza da presença de Deus ao lado de seu povo, e de um projeto de libertação e justiça. São grandes incentivos para que estes homens e mulheres do interior, que descobrem sua dignidade, seu valor, sua força, assumam, cada vez mais, a luta pelos seus direitos.

Assim, junto com o avanço da organização sindical e política, há também o aprofundamento da fé e do compromisso como cristãos, que é o que sustenta toda a luta.

Podemos dizer, afinal, que a convivência, a troca de experiências e de conhecimentos, a caminhada do dia-a-dia, nos acertos e nas dificuldades, são bem mais ricas do que as palavras conseguem descrever. Isso, todos os que trabalham junto ao povo sabem. Para nós está sendo uma riqueza grande, esperamos que possa servir a outros. (*Sandro Gallazzi*, da CPT Norte II)

Conceição do Araguaia, PA – João R. Rippel/Imagens da Terra

Com amor e luta, os trabalhadores rurais escrevem hoje uma nova saga amazônica

NOTÍCIAS DO BRASIL

Ligue-se no jornalismo popular do **CRIA** - Centro Radiofônico de Informação Alternativa do **IBASE**.

Conheça o outro lado dos fatos, ouvindo o programa **NOTÍCIAS DO BRASIL**. A análise dos acontecimentos mais importantes da semana e ainda, reportagens, entrevistas, comentários e a participação dos trabalhadores, lideranças sindicais e comunitárias.

Faça hoje a sua assinatura!!!

Escreva para o **CRIA/IBASE**

Rua Vicente de Souza, 29 - Botafogo - Cep: 22251- Rio de Janeiro - RJ - Tel: (021)286-0348

AS-PTA ASSESSORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

É uma organização não-governamental sem fins lucrativos que tem como objetivo central a promoção de um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura brasileira.

Princípios norteadores da ação da AS-PTA

- Fortalecimento das organizações dos pequenos produtores
- Desenvolvimento dos conhecimentos técnicos e científicos da agroecologia
- Participação popular

AGROSSILVICULTURA SUSTENTADA POR SISTEMAS AGRÍCOLAS ECOLOGICAMENTE EFICIENTES
A.N. Copijn, 46p.

NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA AGRICULTURA ATRAVÉS DO TEMPO
Paulo A.B. de Oliveira Jr., 72p.

AGROECOLOGIA – As bases científicas da agricultura alternativa
Miguel A. Altieri, 237p.

Faça seu pedido para:

AS-PTA
Rua Bento Lisboa, 58 • 3º andar • Tel.: (021) 285-2998 • Catete
CEP 22221 • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • Telex (021) 34201 FOAS BR
Fax 55(21) 205-3099 • Nodo Alternex: AX:PTA

LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação mensal voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

❒ Assinatura anual: Cr$ 1.400,00
❒ Assinatura de apoio: Cr$ 1.700,00
❒ Exterior: US$ 50

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI.
Av. Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544 • (021) 252-4883

Próximo número

Violência e Direitos Humanos

A temática dos direitos humanos e da violência está intensamente presente no contexto sócio-político brasileiro. A partir de diferentes aspectos tem afetado os movimentos sociais: desde o contexto de relação entre o aparato de Estado com a sociedade civil, passando pelas diferentes formas de relacionamento no processo produtivo, até o quadro de violência policial e social contra os segmentos considerados "perigosos" pelas classes dominantes (as classes populares como um todo).

Partindo dessa preocupação, passa a ser fundamental o enfrentamento da questão dos direitos humanos e da violência (em suas diferentes formas) para as lutas populares (no campo, nos bairros, nos sindicatos etc.). É um assunto que está na ordem do dia e define as estratégias de intervenção das diversas forças políticas, o que nos obriga a enfrentar uma reflexão sobre as estratégias de controle social e dominação política implementadas no Brasil, e a capacidade do movimento social organizado (movimento operário e popular; entidades da sociedade civil, ONGs, entidades de direitos humanos, etc.) dar respostas que garantam o respeito aos direitos fundamentais (individuais e sociais) reconhecidos formalmente nos textos legais.

Para enfrentarmos essa questão, daremos uma abrangência temática, a partir do eixo central (violência e direitos humanos), que busque incorporar experiências de atuação de diferentes entidades e movimentos sociais, como também da percepção de sujeitos coletivos sobre como se reproduzem no espaço social práticas violentas e de desrespeito aos direitos humanos (na produção fabril, no campo, nas cidades, nos bairros carentes, nos meios de comunicação de massa, nas relações étnicas e de gênero). Experiências que serão discutidas nesta edição.

AGORA ISTO PODE ACABAR

Das dez mil empresas do País que usam madeira como insumo ou matéria-prima, apenas 280 estão cumprindo a lei que protege as florestas. Mas o Ibama promete maior rigor na fiscalização e já mandou fechar 20 siderúrgicas. **Reportagem de Valdir Sanches.**

Fotos: Mônica Zarattini/AE.

A fumaça que sai dos fornos de barro indica que mais madeira virgem está sendo queimada para virar carvão. Na área rural, a derrubada da mata para esse fim é corriqueira. Até mesmo pequenos lavradores deixam de plantar para produzir carvão. Para as empresas, é mais barato o carvão obtido da floresta do que o produzido por reflorestamento. Na região de Carajás há 17 projetos para novas siderúrgicas.

"Sem uma postura firme, não se pratica uma política ambiental no país". Tânia Munhoz, a presidente interina do Ibama — Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, disse isso ontem, em Belo Horizonte, e deu prova: mandou fechar 20 siderúrgicas de ferro-gusa, de Minas Gerais, que usam carvão vegetal e não cumprem as exigências do Planto Integrado Floresta-Indústria, o Pifi. E ontem mesmo anunciou que começará "imediatamente" o levantamento de irregularidades na área cortada pelos trilhos de Carajás, no Pará e Maranhão, onde siderúrgicas fabricantes de ferro-gusa estão usando carvão feito da floresta amazônica. "As que não estiverem cumprindo a lei serão fechadas", disse Tânia ao **JT**.

Das cerca de 10 mil empresas do País que usam madeira como insumo ou matéria-prima, apenas em torno de 1.400 apresentaram seus Pifis ao Ibama, desde abril do 1996, precisarão apresentar 100% de autosuficiência.

Na área ao longo dos trilhos que levam o minério de ferro de Carajás a São Luís, por 890 quilômetros, há apenas quatro siderúrgicas instaladas. Mas já outras estão se instalando — e no total estão aprovadas 17. O problema, aqui, é muito sério: ao contrário de Minas Gerais, que já está ocupada e devastada (o carvão vegetal chega a vir de até 1.200 quilômetros de distância), os trilhos de Carajás cortam área de floresta. Apesar disso, até hoje nenhuma das quatro siderúrgicas já em operação — duas em Marabá, no Pará, e duas em Açailândia, no Maranhão — tiveram seus Pifis aprovados.

"Não se pode usar a madeira como matéria-prima a custo zero", diz Tânia Munhóz. O carvão obtido da floresta, com efeito, é de três a cinco vezes mais barato do que o produzido por reflorestamento — e facílimo de se obter. Em Marabá, por exemplo, a produção de carvão teve que ser proi-

vetados). As empresas que usam carvão vegetal, como as de Minas e da área de Carajás, têm que ter 50% de seu consumo vindo de reflorestamento próprio. E, até

floresta para queimar madeiras como o ipê, nos fornos de barro, é corriqueira. Até mesmo pequenos lavradores deixam de plantar para produzir carvão.

tado dados assustadores sobre as perspectivas de destruição da floresta, se as 19 siderúrgicas se instalarem. Um deles avalia que a madeira disponível para carvão

Carajás da para produzir 1,18 bilhão de metros cúbicos do produto. O que seria consumido em menos de 50 anos.

A presidente do Ibama diz

vem estudando alternativas energéticas para as siderúrgicas de ferro-gusa da área da ferrovia. E que o Banco Mundial está patrocinando um estudo semelhante, em-

de carvão mineral (não vegetal), nos altos-fornos das siderúrgicas. Mas as empresas alegam que o preço deste combustível é muito alto.

A AMAZÔNIA DESVENDADA POR UM SATÉLITE

Reunidas em livro, chegam ao mercado as imagens obtidas pelo Landsat 5 mostrando o que está acontecendo na última grande região selvagem do planeta.

A exploração sistemática de madeira, sem replantio, muda o padrão de cores da mata. É o que se vê às margens dos lagos Manaquiri e Janauacá, ao sul de Manaus. A alteração das matas resulta num verde mais claro, e as pequenas clareiras de desbaste em pontos rosa. As trilhas abertas na mata para retirada dos troncos abrem caminho para incêndios.

No centro da foto corre o rio Xingu cercado de praias (em branco). Aqui fica parte do Parque Indígena do Xingu, com as diferentes aldeias que mal se percebem na área preservada. Os rios mais largos, de um azul quase preto, são rios de várzea. Mais abaixo, em rosa escuro, ficam os campos de várzeas, de vegetação rala o escassa.

De seu posto de observação privilegiado — a órbita terrestre, a 710 quilômetros de altitude — o satélite Landstat 5 registra e transmite tudo o que está acontecendo no solo brasileiro. Aqui, o Inpe — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — recebe e grava os sinais do satélite e oferece as gravações para 25 laboratórios de sensoriamento remoto de órgãos do governo e universidades do País. Com essa conquista tecnológica — as fotos do satélite, interpretadas — não há nenhuma razão para que o Brasil não faça, agora, o que nunca fez antes: promover a ocupação racional de seu solo, com o mínimo possível de impacto ambiental. É e isto que a jornalista Liana John, repórter especial de ambiente da **Agência Estado**, busca demonstrar com seu livro **Olhos de Satélite**, publicado pelo Inpe com apoio do Banco Real, e que será lançado pelo Itamaraty, no dia 31.

A proposta formal do livro é simplesmente mostrar como o satélite age. "O Inpe resolveu publicar o livro em vista da dificuldade de mostrar para o público leigo o que o satélite é", diz Liana. "O que ele pode ver, como ajuda na fiscalização, no planejamento da parte ambiental, etc.." Uma parte da culpa pela desinformação dos leigos, a autora atribui à imprensa, "que nos últimos anos fez crescer a fama do satélite, e nem sempre ofereceu informações corretas sobre o seu funcionamento". Mas foi um método de clareza jornalística que Liana John escolheu na edição das fotos — de grande beleza plástica, mas interesse estritamente científico — do Landsat 5. Ao lado de cada foto do satélite, encontra-se a foto de um detalhe do que o satélite registrou, "como se fosse um **zoom**.

Na verdade — como explica o livro — as fotos mandadas pelo satélite são em preto e branco. "Como qualquer satélite de sensoriamento remoto, o Landsat 5 grava a luz (energia) refletida pela superfície terrestre. As nuances de tonalidade desta luz refletida são registradas como diferentes níveis de cinza. Através de programas especiais de computador, os diferentes tons de cinza podem ser coloridos, de forma que evidenciem os objetos de estudo: são as imagens de falsa cor."

Mas há também detalhes de forma: os cerrados têm forma naturalmente irregular, enquanto as áreas abertas pelos homens, como fazendas, têm sempre forma poligonal. "É ponderando todas essas diferenças, e com ajuda de cálculos e programas especiais de computadores, que tais imagens são interpretadas por especialistas. E, devidamente interpretadas, contribuem para o monitoramento das transformações ambientais, atividades agrícolas, mineração e planejamento governamental."

E até para evitar conflitos sociais: "No Acre, as fotos do satélite podem orientar a abertura de uma estrada que servirá a fazendas, passando seu traçado longe das áreas de seringais", diz Liana.

jornal da tarde

CINEMA

Ela sempre foi a filhinha do papai,
só que agora...
Ela deixou de ser o patinho feio
e ficou linda.
Os garotos estão loucos por ela,
e ela doida por eles.

TONY DANZA

14 anos

NÃO MEXA COM A MINHA FILHA

WEINTRAUB ENTERTAINMENT GROUP Apresenta
Uma Produção STEPHEN DEUTSCH Um Filme de STAN DRAGOTI TONY DANZA "KEEP YOUR HANDS OFF MY DAUGHTER"
CATHERINE HICKS AMI DOLENZ Música de ALAN SILVESTRI Desenhos de Produção DAVID L. SNYDER
Diretor de Fotografia DONALD PETERMAN, A.S.C. Montagem DOV HOENIG, A.C.E. Co-Produtor JOHN G. WILSON
Produtor Executivo ROBERT KAUFMAN Escrito por SETH WINSTON & MICHAEL J. NATHANSON
DOLBY STEREO
Produzido por STEPHEN DEUTSCH Dirigido por STAN DRAGOTI

AMANHÃ
GAZETA Paulista 900
OLIDO 1 Av. São João, 473
eldorado 1 shopping center
IGUATEMI Shopping Center
CENTER NORTE 3
CINEMAR R. Vol. Delmiro Sampaio, 163
INTERLAGOS 2 Tel: 563-7680

AUTOS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS

FIAT 81 1300
Alc., bom est., rodas, t. fitas, cinza met., 74.000 km, bancos autos. Cr$ 150 mil. F: 570-5266.

PRÊMIO CSL 87
Álc. azul, lindo. F: 240-9387

UNO 1.6/90
Preto, gasolina, na garantia. F: (011) 208-3434

UNO CS 90
Álc., branco, rádio t. fitas, ainda não fez a 1ª revisão. O mais lindo do Brasil. CR$ 615.000. Fone: 271-6489 Clayton

UNO S GAS. 0K
Part. Tr. c/ Brito F: 533-4015

COTAS CONTEMPLADAS
Compra e venda, todas as marcas, novos e usados. Fone: (011) 950-2209

ESCORT XR3 88
Amarelo, 26 mil km, compl. (-) ar. Excel. estado. Cr$ 850 mil. Fone: 549-2714 após 19:00hs

F 1000 CAB. DUPLA
Mod. deserter. Souza Ramos, branca 9.000km, carro na mão, entr. $ 1.500 + 40x $ 48.000. Tr. Fone: 215-8133 c/ Rogério

CARAVAN 85
Comodoro, automát., ar cond., 6 cc., compl., hidráulica. F: 222-9600 h.c. c/ Jorge - part.

CARAVAN 87 DIPLOMATA
Preta, gasolina, completa, Cr$ 450.000,00 + transf. Fone: 523-2866 ramal 2335

CHEVETTE 84 SL
Vermelho, gas., ant. elétr., 2ª dona, c/ manual. Vendo ou troco. Tel: 876-3259 com Paula.

CLASSIC 0 KM M90
Gas, 4 p., compl., cinza met. Facilito/troca F: 884-4378

CLASSIC 90
Gasolina, 4 pts., mecânico, preto nobre, compl., ac. auto menor valor. F: 885-9538

COMODORO 85
Novo, preto, 4 pts., dir., opc. Diplo. $ 510.000. Part. F: 844-2881.

KADETT GS 0KM
Entrada Cr$ 190.000 + dívida. F: 32-6796/36-2348 ramal 1036 com Carlos.

MONZA SL/E 86
Álcool, trio-elétrico, $ 520 mil. F: 814-8436 ou 212-4579

MONZA SL/E 86
F: 278-6824

MONZA SLE 89
Gasolina, azul metálico, c/ ar e direção, 4 pts. Cr$ 1.200.000,00. Fone: 266-6943.

MONZA SLE 89 GASOLINA
Branco, dir., trio elétr., 10 mil km, ú. dono. Tratar à Rua Piauí, 1.234 c/ zelador. Fone: 67-8018.

COTA CONTEMPLADA
Compro, vendo, carro na mão e a faturar. Melhores preços e planos. Consulte-nos. Fone: 563-4830 Edivaldo.

GOL 90 GAS
4 ª marcha, bege, vidros verdes, $ 695 mil. F: 440-8144

GOL BX 85
Álc., azul-mediterrâneo, u. dono, $ 300 mil. F: 296-9209

GOL CL 83
Álc., excelente, Cr$ 280Mil. Só hoje. F: 524-3432 Isleide.

GOL GL 1.8 0 KM
Gasolina, completo. Entr. Cr$ 370 mil + transferência. Facilito pagamento em 2 vezes. Tel: 531-5811 com Araujo.

GOL GL 89
Preto, ún. dono, t.fitas, rodas GTS, 15.000km. F: 914-4451.

PARATI GL 89
Compl. F: 562-9483 Ana Lúcia.

SANTANA CD 85
Prata, 4 p., compl. Cr$ 575 mil. F: 268-0398.

SANTANA CD 86
Álc., verm.fênix, + ar e dir, trava/ central, RTS, vidros preto ou verde. Lindo de morrer. $ 670.000. F: 271-6489 Clayton.

VOYAGE LS 84
Conserv., álc., Cr$ 320.000, 2º d. F: 246-3068 - R. Rivela, 71.

VW 1300 77
Branco, impecável, motor e pneus novos, som, 2º dono. Cr$ 220.000, particular. Tr. Fone: 247-6670 res

DODGE CHARGE RT 76
Prata, ar, dir, bancos couro, som, ant, rodas, todo orig, pouco rodado. F: (035) 271-1818 Roberto

CHEVETTE SL 83 GAS.
$ 330.000,00 prata, pneus novos, som, conservação. Tel.: 240-9514 Plinio.

MIURA X8
Fabricação 89, mod. 90. Preço $ 2.400.000. Ac. carro menor valor. c/parte de pagto. Tr. 257-0271.

VOYAGE LS 82
Gas. ót. est. Somente Hoje. F: 530-7185.

JEEP WILLYS
Ano 65, estado 0 Km, motor, câmbio, capota, pintura novos. Vendo Urgente! Melhor oferta. Tr. F: 872-1898 947-8138 h/c

MERCEDES 230S 1966
VENDO
Toda orig. F: (0192) 42-9595 Campinas.

MIURA 80
Vendo ótimo estado. Cr$ 370 mil. Particular F: 208-3522 h/c ou 964-0287 (res.) com Luca.

CBR 450 SR
Vdo/ troco p/ carro de consórcio. Verm. e branca. Sendo 9 pagas. Restam 11 prest. C/seguro total pago. F: 958-5770

CBX 750 88
Preta c/ 7.500KM, impecável. Est. troca. F: 957-0249 (h/c)

CG 86 x 500 FOUR
Troco CG 86 em ótimo estado por uma Honda 500 Four mau conservada. F: (0195) 71-1850 Danilo.

DT 180 0 KM 90
Troco por RT 180 87 ou 88. Tr. F: (0183) 22-2877 ram. 74 Carlos.

HONDA XLX 250 R 88
9.000 Km., 2º dono. Ótimo estado. Tel: 852-9924 h/c.

RD 350 87/88
Cr$ 270.000. F: 93-6722

CARRETA HANDAU 84
3 eixos, caneleira, Cr$ 700 mil. F: (016) 852-1005/ 852-1248

ESCORT L
Data exata - Entrega certa
Gasolina - Div. opcionais
Cr$ 228.870,+12 x 55.303
SAVANA
FONE (011) 231-5020

MONZA SLE 2.0 OKM
2p. Compl. Gas. LM 111.083,00 + dívida. Ac. troca F. (011)36-2348/32-6796 r. 1041 c/Cristina.

PARATI GLS 90/90
Completa 120.000 + transf. dívida, urgente. Ac. troca fone: 66-7206 Raquel.

RELAX

Aos Homens Exigentes
Brut Relax - O único R. Dr. Eduardo de Souza Aranha, 221 - Itaim-bibi (Trav. Av. Sto Amaro, 450) Prox. Mappin F. 820-0603 c/ Estac. Todos C. Crédito.

Algo Bem Superior
M.B. Relax Saunas, drinks. Certeza da melhor companhia. R. Catão, 663 Lapa F.: 263-6064 Após 14hs.

Alegria e Prazer
Relax em boa companhia e drinks. R. Clélia, 1355 Lapa. F. 864-6757 após 14hs. Todos C. Crédito.

Relax Collorido!
Com cartão de crédito e cerveja tabelada. Ele e Ela Club p/ homens, mulheres e casais liberais. R. Pires da Mota, 494 (Esq. Av. Aclimação) F. 279-2756.

Massagens X Sauna X Shiatsu
C/ Japonesa 2ª dom. Aceita cc. F. 283-1635/288-9856 Av. Brig. Luis Antonio, 1278 (c/ Estac.)

AC. Sm. c/ acessórios, quaisquer fantásias da comum à bizarra, disciplina no grau desejado c/ ótimas rainhas. Temos casadas, estudantes e gordinhas. F: 255-6689 c/ Fernanda 24 h.

ATLETAS Super musculosos 3.000Cr$ 2553834 à noite

ACOMPANHANTES Classe "A" Modelos e manequins de alto nível F. 514.3153 / 517.0297

ALEXANDRA 27a. loiraça profª. inic. sou compl. e curto varias fantasias apto. privê $ 3.050 F. 37-9843.

AC. Lindas Garotas jovens selecionadas c/ muito charme, beleza e discrição. F. 258.3357 / 259.2100 At. domic. e hotéis.

ALEMÃ dominadora. 251-5633

ALESSANDRA Boneca 285.1151.

AQUI Só Japonesas - Ligue 37.3255 At. 24 hs.

A "raspadinha" Zilda não é loteria você ganha sempre em prazer $ 3.600 privê/256-7146.

ALEMÃZINHA 18a. lindissima e completinha $ 4.000 privê ou h/motel. F: 35-8495.

ANGELA gatinha 35.3529

AC. garotas universit. p/ pessoas exigentes. 255-9025

A Loirissima 220-3391.

AC mulheres ninfeta estilo Americana 353393/259-5131

ANA loira univ. seios grdes. compl. $ 3.000 privê/36-5890.

ACOMPANHANTES a domicilio. F: 231-0374.

A Boneca Sexy F: 259-5479.

AC. Mulheres p/Homem de bom gosto. 259-2220.

ANGELICA Gostosa 263-8370

AC. Mulheres a seu gosto. Confira 231-3010.

AMERICAN Models(1). Loiras Morenas e orientais. Nível univ. Ac. Cartões. F: 259-6738/231-0675

AMERICAN Models(2). Lindas acomp. Nível univ. Ac.Cartões. F: 259-9923.

AC. Adriana Encantadora secretária p/ executivos. Tx. 15.000. F: 825-6541.

ANDREZZA e Mariza Bum-bum sexy R. Dr. Zuquim, 127 Próx. M. Santana F 298-5864

ÁLAMO Negro dot 512-8638.

A Boneca Loira linda sexy, privê c/vídeo Fone: 255-1398

ANA loirissima, olhos azuis, 1.75 alt. e Jady mulata, 1.75 alt, corpo escultural, ativas, passivas e masoquistas F: 820-9178

AOS Praticantes do sado-masoquismo, Hanna travesti, loira, olhos verdes, corpo escultural c/ roupas de couro F: 829-8751

BÁRBARA Bnc 257-5119.

BRUNA gata compl. $ 3.000 at Hotel/ Motel 270.3713.

BONECA Mestiça 257-8449

CLAUDIA carinhosa e discr. $3.000 só domic 278.7284.

CASTANHA 18a. peludinha 1,70 tipo esguia apertadinha aqui $3.500 mot. $6.000/ 36-1554.

CAMILA alemã 255.2576.

CORÔAS casadas 220.2481.

CASTANHA 21a. inic. exuberante at. local $3.000/ 284-1044.

CRISTIANI Secretária só após 15 hs. 8.000 F: 270-5135

CAROLINE Modelo Blue Jeans. Tx. 15.000. F: 66-2675.

CRISTAL e Vanessa travestis F: 220-9346.

DUPLA Completa 262-3016.

DISQUENAMORO 940-3551

DUNA, Valéria e Cristine, belíssimas gatas das 10:00 às 23:00 hs F. 62-0488.

DEISE, Gracinha, 20a. At. prive. 2.000/ 255-3133.

DOMINADORA, at. executivo, ligue já F: 285-0112.

DENISE/ Lia ativas 258-5641

EMPRESARIA Yone, 22 anos. $12mil. 826.6203-Part.

FILMES de Zoofilia-Defloration Girl Mulheres Gravidas-Teenegers-Shit Lovers-Little Boys-etc.011-228-0705

FAFÁ Gatissima 259.0079.

FRED Dot Liberal 258-7835

FANI Miss Bum bum ativa e passiva R Dr. Zuquim, 127 P M Santana 298-5864.

FILME VHS inédito, c/ bi, gay, travesti, etc. Entrega à domicilio ou sedex. F: (011) 221-9572

GARDEN'S prive massagem acompanhado Classe A, American Bar, estacionamento. F: 276-2426.

GISELLE Loira Mass. compl. Privê F: 34-9935.

GLAUCIA Alves modelo excl. 19a. 90 busto 60 cint. 90 quadris. compl. $ 4.050/256-3321.

GAUCHA inic. 19a. 227-7802

HELLEN, Gatinha realmente linda e perfeita. Corpo/Rosto Bélissimo. 3.500/231-4296

JAPONEZINHA 21a. univers. 1,66 lindinha iniciando hoje aqui US$ 90 bons moteis US$ 120. B.Paraiso. F: 287-0491.

JÓIAS Compro: F: 287-7586.

JUREMA Massagem F.223.9406

JACQUELINE-Especialmente p/ executivos. Tx.10.000.F.: 825.6541.

KÁTIA Massagem 572-9540

KATIA Loira 24an. 36-8721.

LOIRISSIMA 19a. inic. 1,65 sou completissima at. minha casa $ 7 mil motel $ 12 mil. Bairro Moema/240-3532 partic.

LOIRISSIMA 19a. inic. 1,65 sou completissima. at. minha casa $ 7 mil motel $12 mil. Bairro Moema/240-3532 partic.

LOIRINHA 18a. morena 19a. transam entre si, queres ser o 3º? $ 4.000 loc/mot/289-1319.

LOIRONA olhos claros compl. e paciente em casa $ 3.000. F: 34-3809.

LIGIA Alto Nível 259-0382

LOIRA insaciável 34-1861

LOIRINHA do Interior bonita compl. local $ 3.000/288-2714.

LUCIA Mass/Sexo 255-1084

LANA Boneca Show 34-6048

MARCELA Completa. F: 228-9384.

MULHER ativa/pass. 256.0445

MASS. c/ erotismo. F: 231-0032

MARY20a. novata mulherzinha dengosa compl. faço tudo c/jeito $ 3.200 B.Paulista. F: 287-5329

MAYUME japonesa ligitima 18a. 1.60 alt. iniciante universitaria. local $ 5.000 fora $ 8.000. Fs: 571-4460/572-2964 Prox. Est. Metro Santa Cruz.

MAZOQUISTA 20a. sou Beth boa boa tá? C/ acessórios local 5 mil h/m/8 mil/34-1186.

MÔNICA ativ/pass 2574094.

MARTA boneca dot. 279-3548.

MORENA fogosa F: 36-1301

MAIZA (Corôa) 34-2374.

MULATA Sex total 826-6254

PROFª 34a. a. nível at. minha res. $8.000 em bons hot/mot. $10.000/844-3583 Morumbi.

PAULA Afrodita ativa realmente bonita. Tx. 3.000 F. 257-2649

RARUMY 25a. sansei 1,69 pernas grossas transo tudo privê $5 mil mot/12 mil/32-5524.

ROGER gato liberal, atende local e domicilio. F: 270-4262.

RAPAZES Exclusivos. Alto Nível At. Casais F: 231-3157.

SARAH boneca b/dot c/video tx 2.000. F: 255-5102.

SUEMY 18a. ninfeta nissei sensual beleza rara, ds. 8/11 hs faculd. ds. 11:30/22 hs. serei toda sua minha suite B mil/mot. 12 mil B.Jardins/883-3429.

SWING Casais, liberais, local de alto nivel c/ toda privacidade. Aos sábados a partir das 21:00 hs. Av. Imarés, 391 - Moema F: 542-2748.

SOPHIE 19a. 1.70 univers. exótica discreta hot/mot. $6.000 F: 34-7626.

TX. Única 1.000 c/ sauna, 15 garotas (bom nivel) R. Duarte de Azevedo, 338 (Metrô Santana) F. 290.0801.

TALITA estudante univers. tipo gatinha do jeitinho que você gosta 100 BTNs/259-3644

TRANSE grátis c/ pessoas que só querem prazer. Cx. Postal 8271 SP/ cep 01051

20 Garotas tentadoras. Mass. completa. Av. 23 de Maio, 3028 F. 884.3809.

LIGUE
858-0222
E ASSINE.
jornal da tarde
• Local de entrega sujeito a confirmação.

jornal da tarde

●VENDAS
Assinaturas: tel. 858-0222
Atendestado (Serv. At. ao Assinante) tel. 858-0222
Exemplares Avulsos - Capital tel. 857-0013/0481/2371
Exemplares Avulsos - Interior tel. 857-4170/7198
●PREÇOS
Assinatura Anual - Cr$ 9.360,00 (Capital)
Venda Avulsa em Outros Estados (2ª Sab.)
RJ/MG/PR - Cr$ 30,00 ES/RS/SC/GO/MS/MT/DF - Cr$ 50,00
BA/SE/PE/AL - Cr$ 60,00 AM/AC/RR/CE/MA/PI/RN/PB/PA/RO - Cr$ 70,00

PARA ANUNCIAR
●CLASSIFICADOS POR TELEFONE - 856-9922
●PONTOS DE VENDA
⊙CAPITAL
SHOPPING CENTERS
Eldorado - 1º Subsolo-Loja 11 (alameda de serviços) - Av. Rebouças, 3970 Tel. 212-5692
Iguatemi - 2º andar - Av. Brig. Faria Lima, 1.191 Tel. 813-6078
Interlagos - Av. Interlagos, 2.255 Loja 48 Tel. 563-5205
Lapa - Nível do estacionamento - Rua Catão, 72 Tel. 262-9757
Morumbi - Piso superior - Av. Roque Petroni Jr. 1.089 Tel. 61-4966
Top Center - Av. Paulista, 854 Tel. 289-1135
★LOJAS
Aeroporto - Av. Washington Luiz, 5.859 (Jumbo) Tel. 61-5271
Consolação - Rua da Consolação, 247 Lojas 4 e 5 (Praça Des. Mario Pires) Tel. 257-4022
Libero Badaro - Rua Libero Badaró, 508 Tel. 36-9250
Limão - Av. Engº Caetano Alvares, 55 Tel. 857-4611
Peixoto Gomide - Rua Peixoto Gomide, 671 Tel. 284-1944 ramal 262/288-3490
Pinheiros - Rua Teodoro Sampaio, 2.150 Tel. 211-7008
Santana - Rua Alfredo Guedes, 40 Tel. 267-0347
Tatuapé - Rua Antonio de Barros, 998 Tel. 296-7882
Vila Mariana - Rua Domingos de Moraes, 2.035 Tel. 570-1240

⊙INTERIOR
Bauru - Av. Cruzeiro do Sul, 426 Tel. (0142) 23-9877
Campinas - Av. Francisco Glicério, 572 Tel. (0192) 31-4453
Jundiaí - Rua do Retiro, 18 Tel. 434-8083
Ribeirão Preto - Rua Marcondes Salgado, 28 Tel. (016) 634-3701
Santo André - Rua Gen. Glicério, 717 Tel. 449-0988
Santos - Av. Cons. Nébias, 607 Tel. (0132) 34-8141
São José do Rio Preto - Rua Benjamin Constant, 3.807 Tel. (0172) 32-4175
⊙SUCURSAIS
ABC - Rua General Glicério, 717 - Centro - Santo André (SP) CEP 09015 Tel. (011) 440-9978 - Telex 11 4069
BELO HORIZONTE - Av. Alvares Cabral, 1.162 CEP 30.170 Tel. (031) 275-2149/275-4292/2549 - Telex 31 1172
BRASILIA - Setor Comercial Sul/SCS - Quadra 1 - Bloco "D" - Edifício JK - 1º andar, salas 15/18 - CEP 70.306 Tel. (061) 226-0505 - Telex 61 1004/61 1014/61 1957 Telefonar (061) 226-3566/226-0545/321-5571
CAMPINAS - Rua General Osório, 971 - 2º andar - S/23 - CEP 13.013 Tel. (0192) 32-0472/32-0266 - Telex 19 1015
CURITIBA - Av. Silva Jardim, 1.139 - CEP 80.230 Tel. (041) 223-5844 - Telex 41 5268
PORTO ALEGRE - Rua General Andrade Neves, 100 - 12º andar - CEP 90010 Tel. (0512) 26-0978/24-4213/24-7603 - Telex 51 1103
RECIFE - Rua Bispo Cardoso Ayres, 131 - CEP 50.050 Tel. (081) 222-0101/222-1492 - Telex 81 1268
RIO DE JANEIRO - Rua da Quitanda, 3 - 8º e 9º andares - CEP 20.011 - Centro Tel. (021) 224-6191 - Telex 21 23125/21 23260 - Telefax (021) 224-3350
SALVADOR - Av. Antonio Carlos Magalhães, 846 - salas 203 e 205 Ed. Mav Center Itaigara - CEP 40.850 Tel. (071) 359-3530/359-3523/359-3513 Publicidade e Adm. Tel. (071) 359-5872
SANTOS - Av. Conselheiro Nébias, 607 - CEP 11.050 Tel. (0132) 31-4008/34-4655/34-8141/35-5012 - Telex 13 1143

AMÉRICA - Av. Rio Branco, 49 - Fone: 220-4584. No Verão de 72 - Lolita, Disposta a Tudo. 18a. Desde às 09h00.

ARCADES - Av. Ipiranga, 808. Cyborg o Dragão do Futuro. 10a. 10 - 12 - 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

AROUCHE A Largo do Arouche, 426 - Fone: 221-7678. Cinema Paradiso. L. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

AROUCHE B Largo do Arouche, 426 - Fone: 221-7678. Amor a Segunda Vista. L. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

ART-PALÁCIO - S.SÃO JOÃO - Av. São João, 419 - Fone: 223 2553. Cenas Eróticas - Meninas Diplomadas em Sexo. 18a. Desde às 09h30.

ART-PALÁCIO - S.SÃO PAULO Av. São João, 419 - Fone: 223 2553. Maratona do Sexo. 18a. Desde às 09h30.

ATLAS - Pça Julio Mesquita, 33 - Fone: 220-5370. O Vingador dos punhos de Ouro. 10a. 13 - 17 e 21h00. Reanimator, A Hora dos Mortos Vivos. 16a. 15 e 19h00.

AUREA (STRIP -SHOW) - R. Aurora, 522 - Fone: 222.8337. No Palco Show de Strip tease ao vivo - Mulheres que Dizem Sim - Me leva pra Cama. 18a. Desde às 09h00.

AVENIDA - Av. São João, 735 - Fone: 223-7991. Quando B... não falta - Sexo explicito sobre rodas. 18a. Desde às 10h00.

BARÃO - Rua Barão de Itapetininga, 255 - Fone: 255-3850. Filmes Pornográficos.

CAPITAL - Av. Rio Branco, 300 - Fone: 222-3479. Kung Fu os irmãos dinamite - A grande escapada. 14a. Desde às 10h00.

CENTRAL - Av. Ipiranga, 752 - Fone: 222-7336. Dentro de Matylin - O Homem das 13 polegadas e meia. 18a. desde as 12h00.

CINE TEATRO CAN-CAN - R. Cons. Nébias, 192 - Fone: 222-2494. Corpos Quentes - Boca Quente. 18a. Desde às 10h00.

CINE TEATRO DUQUE - Av. Duque de Caxias, 935. Fone: 222-2494. No Palco Show de Strip Tease ao Vivo - Revelações de uma Sexomaniaca. 18a. Desde as 10h00.

CINE TEATRO SANTANA - R. do Boticário, 209. Fone: 223-5991. No Palco show de Strip Tease ao Vivo - Sexo em festa - O quarto sexo. 18a. Desde às 10h00.

CINESPACIAL - Av. São João, 1465 - Fone: 220-5228. Deu A Louca Nos Monstros. L. 15 - 16h40 - 18h20 - 20 e 21h40.

COMODORO 70mm - Av. S. João, 1462 - Fone: 220-1636. A Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 14h40 - 17 - 19h20 e 21h40.

CORAL 1 - R. 7 de Abril, 381 - Fone: 255 4404. Se meu c... falasse - Elas dão o c... e a b... 18a. Desde às 11h00.

CORAL 2 - Rua 7 de Abril, 381 - Fone: 255-4404. Damas de Companhia Enrabadas - Cangaceiro Sexomaniaco. 18a. Desde às 11h00.

DOM JOSÉ - R. Dom José de Barros, 306 - Fone: 223-5247. Lolita, Mulher Fatal. 18a. Desde às 09h00.

GLOBO - Av. Ipiranga, 955 - Fone: 223-8718. Sacanagem alucinante com a prima - Vinte e dois centimetros de colocação perfeita. 18a. Desde 10h.

IPIRANGA 1 - Av. Ipiranga, 786 - Fone: 223-2542. A Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 12 - 14h30 - 17 - 19h30 e 22h00.

IPIRANGA 2 - Av. Ipiranga, 786 - Fone: 223-2542. Contato Mortal. 10a. 12 - 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

LAS VEGAS - Av. São João, 341 - Fone: 223-7991. Kung Fu e o jogo da morte - batalha pelo tesouro. 14a. Desde às 10h00.

LOS ANGELES - R. Aurora, 501 - Fone: 221-5022. No Palco Show de Strip Tease ao Vivo - Garotas sacanas - Dupla penetração do prazer. 18a. Desde às 09h30.

- 12 - 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

MARROCOS 1 Rua Cons. Crispiniano, 344 - Fone: 223-4534. Minha Mãe é Lobisomem. 10a. 10 - 12 - 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

MARROCOS 2 - R. Cons. Crispiniano, 352 - Fone: 223-4534. Contato Mortal. 10a. 10 - 12 - 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

METRO 1 70mm - Av. São João, 791 - Fone: 223-2492. Além da Eternidade. L. 14h40 - 17 - 19h20 e 21h40.

METRO 2 - Av. São João, 791 - Fone: 223-2492. A Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 14 - 16h30 - 19 e 21h30.

METRÓPOLE - Av. São Luiz, 187 - Fone: 259.9238. E deus Criou a Mulher. 14a. 15 - 17 - 19 e 21h00.

OASIS - Pça. Julio Mesquita, 123 - Fone: 220-4251. Inimigo mortal - Vamp, a noite dos vampiros. 13 - 15 - 17 - 19 e 21h00.

OLIDO I Av. São João, 473 - Fone: 223-3280. Tango & Cash. 14a. 12 - 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

OLIDO II Av. São João, 473 - Fone: 223 3280. Inimigo Mortal. 14a. 12 - 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

OLIDO III Av. São João, 473 - Fone: 223-3280. Sociedade dos Poetas Mortos. 10a. 12h40 - 15 - 17h20 - 19h40 e 22h00.

OURO - Lgo. Paissandu, 138 - Fone: 223-7817. Loura Escrupulosa. 18a. Desde às 10h00.

PALÁCIO DO CINEMA S.BRETAGNE Av. Rio Branco, 425 - Fone: 221 1319. Bruce Lee e Shaolin contra os homens de bronze - Visão do terror. 18a. Desde às 09h00.

PALÁCIO DO CINEMA S.NORMANDIE - Av. Rio Branco, 425 - Fone: 221-1319. Desejos proibidos - Máfia sexual. 18a. Desde às 09h00.

PREMIER Av. Rio Branco, 62 - Fone: 222-4982. Filmes Pornográficos.

RITZ - Av. São João, 593 - Fone: 223-2466. Boca de Ouro. 18a. 12 - 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

REGINA - Av. São João, 1.140. Fone: 220-2737 - O Desafio do Dragão. 10a. 12 - 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

SACY - Av. São João, 285 - Fone: 223-2363. Confições de uma xoxo... - Caiu de boca. 18a. Desde às 10h00.

TEXAS - R. Roberto Simonsen, 88 - Fone: 363-856. A gata da noite - Cicciolina. 18a. Desde às 12h00.

WINDSOR - Av. Ipiranga, 974 - Fone: 222-3093. Ardendo em Prazer. 18a. Desde às 10h00.

CINECLUBES

BIJOU - Pça. Franklin Roosevelt, 172 - Fone: 257-2264. Navigator uma Odisséia no tempo. L. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

CINECLUBE DO BIXIGA (Sala Paulo Emilio Salles Gomes) - R. Treze de Maio, 124 - 1º and. Fone: 255-4627. As troianas. 18 - 20 - 22 e 24h00.

SALA CINEMATECA R. Fradique Coutinho, 361 - Fone: 881-6542. 18h30 - Nostalgia. 21h00 - Solaris.

AUGUSTA, PAULISTA E JARDINS

ASTOR Av. Paulista,2073 - Fone: 289-1780. A Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 14h30 - 17 - 19h30 e 22h00.

BELAS ARTES - S. ALEIJADINHO - R. da Consolação, 2.423 - Fone: 258-4092. A Insustentável Leveza do Ser. 16a. 15 - 18 e 21h00.

BELAS ARTES - S.C. PORTINARI - R. da Consolação, 2.423 - Fone: 258-4092. Além da Eternidade. L. 15 - 17h15 - 19h30 e 21h45.

B. ARTE - SALA C.MIRANDA - R. da Consolação, 2.423 - Fone: 258-4092. Bagdad Café. L. 16 - 18 - 20 e 22h00.

R. da Consolação, 2.423 - Fone: 258-4092. Nascido em 4 de Julho. 10a. 16h30 - 19 e 21h30.

BELAS ARTES S.OSCAR NIEMEYER - R. da Consolação, 2.423 - Fone: 258-4092. E Deus Criou A Mulher. 14a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

BELAS ARTES - S.VILLA LOBOS - R. da Consolação, 2.423 - Fone: 258-4092. Conduzindo Miss Daisy. L. 16 - 18 - 20 e 22h00.

BRISTOL - Av. Paulista, 2064. Fone: 289-0686. Minha Mãe é Lobisomem. 10a. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

CAL 1 Av. Brig. Faria Lima, 1541 - Fone:h 212-1363. Feitos Um Para o Outro. 14a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

CAL 2 - 70 mm Av.Brig. Faria Lima, 1541 - Fone: 814-6728. Minha Mãe é Lobisomem. 10a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

CAL 3 - 70 mm - Av. Brig. Faria Lima, 1541. Fone: 813-1081. O Desafio do Dragão. 16 - 18 - 20 e 22h00.

CENTER IGUATEMI 1 - Shopping Center Iguatemi - Fone: 212-4013. Conduzindo Miss Daisy. L. 16 - 18 - 20 e 22h00.

CENTER IGUATEMI 2 - Shopping Center Iguatemi - Fone: 212-4013. Além da Eternidade. L. 15 - 17h15 - 19h30 e 21h45.

CENTER IGUATEMI 3 Shopping Center Iguatemi - Fone: 212-4013. Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 14h30 - 17 - 19h30 e 22h00.

CENTER 3 - Av. Paulista, 2064. Fone: 284-3881. O Campo dos Sonhos. L. 16 - 18 - 20 e 22h00.

CINEARTE 1 Av. Paulista, 2073 - Fone: 285-3696. Amor a Segunda Vista. L. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

CINESESC - R. Augusta, 2075 - Fone: 282-0213. Ori. L. 10h00. Trem Mistério. 14a. 15h10 - 17h20 - 19h30 e 21h40.

ELDORADO 1 - Av. Rebouças, 3970 - Fone: 814-9715. Meu Pé Esquerdo. 10a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

ELDORADO 2 - Av. Rebouças, 3970 - Fone: 814-9715. Sociedade dos Poetas Mortos. 10a. 14h40 - 17 - 19h20 e 21h40.

ELDORADO 3 - Av. Rebouças, 3970 - Fone: 814-9715. Blaze, O Escândalo. 15h30 - 17h40 - 19h50 e 22h00.

GAZETA- Av. Paulista, 900 - Fone: 285-6295. Meu Pé Esquerdo. 10a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

GAZETÃO - Av. Paulista, 900 - Fone: 285-6295. O Desafio do Dragão. 10a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

GAZETINHA - Av. Paulista, 900 - Fone: 285-6280. Cinema Paradiso. L. 16h30 - 19 e 21h30.

GEMINI 1 Av. Paulista, 807 - Fone: 289-3566. A Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 14 - 16h30 - 19 e 21h30.

GEMINI 2 Av. Paulista, 807 - Fone: 289-3566. Além da Eternidade. L. 14h40 - 17 - 19h20 e 21h40.

IBIRAPUERA 1 Shopping Center Ibirapuera - Fone: 543-6526. Além da Eternidade. L. 16 - 18 - 20 e 22h00. Sáb., Dom. e Feriados. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

IBIRAPUERA 2 Shopping Center Ibirapuera - Fone: 543.6526. Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 14h30 - 17 - 19h30 e 22h00.

IBIRAPUERA 3 Shopping Center Ibirapuera - Fone: 543-6526. Conduzindo Miss Daisy. L. 16 - 18 - 20 e 22h00. Sáb. e Dom. e Feriados. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

IGUATEMI - Av. Brig. Faria Lima, 1191 - Fone: 210-1409. Tango e Cash Os Vingadores. 14a. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

LIBERTY - Av. Paulista, 2064 - Fone: 289-0509. Sociedade dos Poetas Mortos. 10a. 15 - 17h20 - 19h40 e 22h00.

MAJESTIC - R. Augusta, 1.475 - Fone: 285-5691. Vitimas de Uma Paixão. 14a. 17 - 19 e 21h00.

MORUMBI 1 Shopping Center Morumbi - Fone: 241-7916. Além da Eternidade. L. 16 - 18h30 e 21h00. Sáb., Dom. e Feriados. 13h30 - 16 - 18h30 e 21h00.

bi - Fone: 241-7916. Contato Mortal 10a. 16 - 18 - 20 e 22h00. Sáb., Dom. e Feriados 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

MORUMBI 3 Shopping Center Morumbi - Fone: 241-7916. A Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 14h30 - 17 - 19h30 e 22h00.

MORUMBI 4 Shopping Center Morumbi - Fone: 241-7916. A Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 15h30 - 18 e 20h30.

MORUMBI 5 Shopping Center Morumbi - Fone: 241-7916. Conduzindo Miss Daisy. L. 16 - 18 - 20 e 22h00. Sáb., Dom. e Feriados. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

MORUMBI 6 Shopping Center Morumbi. - Fone: 241-7916. Bagdad Café. L. 16 - 17h45 - 19h30 e 21h15. Sáb., Dom. e Feriados. 14h15 - 16 - 17h45 - 19h30 e 21h15.

NOVO CINE BIARRITZ Av. Brig. Luiz Antonio, 2.332. Dentro de Marylin - Aproveitando ao Máximo a Casa do Prazer. 18a. 12 - 13h45 - 15h30 - 17h15 - 19 - 20h45 e 21h30.

PARAMOUNT 1 - Av. Brig. Luiz Antonio, 411 - Fone: 35-0665. Querida Encolhi as Crianças. L. 16 - 18 - 20 e 22h00.

PARAMOUNT 2 - Av. Brig. Luiz Antonio, 411 - Fone: 35-0665. Amor a Segunda Vista. L. 16 - 18 - 20 e 22h00.

PARAMOUNT 3 - Av. Brig. Luiz Antonio, 411 - Fone: 35-0665. Tango & Cash. 14a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

PARAMOUNT 4 - Av. Brig. Luiz Antonio, 411 - Fone: 35-0665. A Guerra dos Roses. 10a. 15 - 17h10 - 19h20 e 21h30.

PARAMOUNT 5 - Av. Brig. Luiz Antonio, 411 - Fone: 35-0665. Filmes Pornográficos.

PAULISTA 1 - Rua 13 de Maio, 1947. Fone: 285-4461. Sociedade dos Poetas Mortos. 10a. 15 - 17h20 - 19h40 e 22h00.

PAULISTA 2 - Rua 13 de Maio, 1947. Fone: 285-4461. Lawrence da Arábia. 16a. 16 e 20h00.

PAULISTA 3 - Rua 13 de Maio, 1947. Fone: 285-4461. A Entrevista. L. 15h30 - 17h40 - 19h50 e 22h00.

PAULISTA 4 - Rua 13 de Maio, 1947. Fone: 285-4461. Blaze, O Escândalo. 14a. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

PAULISTANO - Av. Brig. Luiz Antônio, 2344 - Fone: 289-1327. Camille e Claudel. 13 - 16 - 19 e 22h00.

STUDIO ALVORADA 1 Av. Paulista, 2073 Conj. Nacional - Fone: 288-2762. Além da Eternidade. L. 15 - 17h15 - 19h30 e 21h45.

STUDIO ALVORADA 2 Av. Paulista 2073 Conj. Nacional - Fone: 288-2762. E Deus Criou a Mulher. 14a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

TOP CINE Av. Paulista, 854 - Fone: 287-3761. caçada ao Outubro vermelho. 10a. confirmar Horário no tel.: 287-3761.

VITRINE Rua Augusta, 2530. Fone: 843-3781. Crimes e Pecados. 14a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

BAIRROS

CENTER LAPA Rua Catão, 72 - Fone: 65-7625. O Desafio do Dragão. 10a. 17 - 19 e 21h00.

CENTER NORTE 1 Trav. Casal Buono, 120 - Fone: 267-7907. Sociedade dos Poetas Mortos. 10a. 14h40 - 17 - 19h20 e 21h40.

CENTER NORTE 2 Trav. Casal Buono, 120 - Fone: 267-7907. O Desafio do Dragão. 10a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

CENTER NORTE 3 - Trav. Casal Buono, 120 - Fone: 267-7907. Tango & Cash, Os Vingadores. 14a. 16,- 18 - 20 e 22h00.

CHAPLIN - Av. Sto. Amaro, 1.747 - Fone:h 241-0785. A Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 14h30 - 17 - 19h30 e 21h00.

CINEMAR - R. Vol. Delmiro Sampaio, 163 - Fone: 246-0486. Tango e Cash Os Vingadores. 14a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

ESTRELA - Rua Caramuru, 877 - SP - Fone: 275-7225. Boca de Ouro. 14a. 17 e 21h00. Condenação Brutal. 14a. 15 e 19h00.

FONTANA SALA OURO BRANCO - Av. Celso Garcia, 243 - Fone: 291-1217. 48 horas de sexo alucinante - Crack conexão da morte. 18a. Desde às 09h00.

FONTANA SALA OURO PRETO - Av. Celso Garcia, 243 - Fone: 291-1217. revelações de uma sexomaniaca - Uma fotografa muito especial. 18a. Desde às 09h00.

INTERLAGOS 1 - Av. Interlagos, 2255 - Fone: 563-7644. O Desafio do Dragão. 10a. 13 - 15 - 17 - 19 e 21h00.

INTERLAGOS 2 - Av. Interlagos, 2275 - Fone: 563-7680. Tango & Cash. 14a. 13 - 15 - 17 - 19 e 21h00.

INTERLAGOS 3 - Av. Interlagos, 2275 - Fone: 563-7688. O Desafio do Dragão. 10a. 15 - 17 - 19 e 21h00.

INTERLAGOS 4 - Av. Interlagos, 2255 - Fone: 563-7688. Minha Mãe é Lobisomem. 10a. 15 - 17 - 19 e 21h00.

INTERLAGOS 5 - Av. Interlagos, 2.225 - Fone: 563-7688. Contato Mortal. 10a. 15 - 17 - 19 e 21h00.

INTERLAGOS 6 - Av. Interlagos, 2.255 - Fone: 563-7688. Caçada ao Outubro vermelho. 10a. 15 - 17h30 e 20h00.

JAMOR - R. Domingos de Moraes, 2833 - Fone: 570-9991. O Desafio do Dragão. 10a. 13 - 15 - 17 - 19 e 21h00.

LAR CENTER 1 - Av. Otto Baugart, 500. Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 14h30 - 17 - 19h30 e 22h00.

GRANDE S.PAULO

DIADEMA

CINECOLLOR - Av. Marginal, 900 - Fone: 456-5134. Minha Égua Favorita Pequenas Depravadas - 18 anos. Desde 14h30.

GUARULHOS

POLI 1 - R. Dom Pedro II, 192. Nascido em 4 de Julho. 10a. 15 - 17 - 19 e 21h00.

POLI 2 - R. Dom Pedro II, 192. Além da Eternidade. L. 15h30 - 17h30 - 19h30 e 21h30.

STAR - R. João Gonçalves, 509 - Fone: 209-0051. A Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 15 - 17 - 19 e 21h00.

MAUÁ

SYMAFLOR - Av. Barão de Mauá, 100 - Fone: 450-1689. Contato Mortal. 14a. 20h00.

MOGI DAS CRUZES

AVENIDA - Av. Vol. Fernando P. Franco, 560 - Fone: 469-8788. Tango e Cash, Os Vingadores. 14a. 15 - 17 - 19 e 21h00.

OSASCO

ESTORIL - 1 - Av. Dos Autonomistas, 2393 - Fone: 701-8920. Deu A Louca nos Monstros. 14h50 - 16h25 - 18 - 19h35 e 21h05.

ESTORIL 2 Rua Salem Bechara, 55 - Fone: 702-3304. Lambada A Dança Proibida. 15 - 17 - 19 e 21h00.

NÃO PERCA, NUMA FOTOPTICA BEM PERTO DE VOCÊ:

Promoção de lentes de contato gelatinosas.
Incolores: de Cr$ 3.413,00 por Cr$ 2.390,00
Coloridas: de Cr$ 10.188,00 por Cr$ 7.130,00
Você pode pagar a vista, em 2x (1 + 1) ou em 4x (1 + 3), com a menor taxa do mercado.

FOTOPTICA

R. Conselheiro Crispiniano 57 - Shopping Center Iguatemi - Shopping Center Morumbi - Shopping Center Ibirapuera - R. São Bento, 385 - Center 3 - Shopping Center São Bernardo - Shopping Center Balneário/Santos - Sorocaba

LAR CENTER 2 - Av. Otto Baugart, 500. Contato Mortal. 10a. 16 - 18 - 20 e 22h00. Sáb., Dom. e Feriados. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

LAR CENTER 3 - Av. Otto Baugart, 500. Além da Eternidade. L. 16 - 18h30 e 21h00. Sáb., Dom. e Feriados. 13h30 - 16 - 18h30 e 21h00.

LUMIÈRE - R. Joaquim Floriano, 337 - Fone: 881-4418. Sociedade dos Poetas Mortos. 10a. 15 - 17h20 - 19h40 e 22h00.

PLAZA - Largo 13 de Maio, 490 - Fone: 548-1411. Macho, Fêmea e Cia - No Verão de 72. 18a. Desde às 09h00.

POMPÉIA NOBRE 1 - Rua Clélia, 3... Tango e Cash Os Vingadores. 14a. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

POMPÉIA NOBRE 2 - Rua Clélia, 31. Tango e Cash Os Vingadores. 14a. 13h30 - 15h30 - 17h30 - 19h30 e 21h30.

SANTANA - R. Vol. da Pátria, 2192 - Fone: 299-5645. O Desafio do Dragão. 10a. 13 - 15 - 17 - 19 e 21h00.

SANTO AMARO - Av. Adolfo Pinheiro, 384 - Fone: 521-4107. Inimigo Mortal. 14a. 13 - 15 - 17 - 19 e 21h00.

SÃO GERALDO - Trav. N. Sª da Penha, 24 - Fone: 295-6826. Tango e Cash, Os Vingadores. 14a. 15 - 17 - 19 e 21h00.

SATURNO - Rua Itinguçu, 731 - Fone: 957-7277. Contato Mortal. 10a. 17 e 21h00. Bradoch III, O Resgate. 10a. 15 e 19h00.

SANTO ANDRÉ

MAPPIM ABC 1 - 05 à 11 - Av. Pereira Barreto, 42 - Fone: 440-1824. Sociedade dos Poetas Mortos. 10a. 14 - 16h20 - 18h40 e 21h00.

MAPPIN ABC 2 - 05 à 11 - Av. Pereira Barreto, 42 - Fone: 440-1824. Tango e Cash Os Vingadores. 14a. 13 - 15 - 17 - 19 e 21h00.

MAPPIM ABC 3 - Av. Pereira Barreto, 42 - Fone: 440-1824. Boca de Ouro. 16a. 13 - 15 - 17 - 19 e 21h00.

STUDIO CENTER Rua Campos Sales, 58 - Fone: 449-6609. A Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 15 - 18h30 e 21h00.

TANGARÁ - R. Cel. Oliveira Lima, 54 - Fone: 449-6488. O Desafio do Dragão. 10a. 15h30 - 17h30 - 19h30 e 21h30.

SÃO BERNARDO DO CAMPO

CENTER ABC 1 - Rua Barão Mauá, 50. Fone: 458-9065. Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 15 - 19 e 21h30. Dom. e Feriados 15 - 17h30 - 19 e 21h30.

CENTER ABC 2 - Rua Barão de Mauá, 50. Fone: 458-9065. Além da Eternidade. 15 - 19 e 21h00. Dom. e Feriados 15 - 17h10 - 19h20 e 21h30.

RUDDY CENTER - Av. Caminho do Mar, 3438 - Fone: 457-7093. A Boutique do Prazer - Palácio de Vênus. 18a. Desde às 14h30. O Desafio do Tigre. 14a. 19h00.

SÃO BERNARDO - R. Marechal Deodoro, 1299 - Fone: 443-5146. Inimigos Mortais. 14a. 13 - 15 - 17 - 19 e 21h00.

S.CAETANO DO SUL

VITÓRIA 1 Rua Baraldi, 743 - Fone: 442-1698. A Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 18h30 e 21h00.

VITÓRIA 2 Rua Baraldi, 643 - Fone: 442-1698. De Médico e Louco Todo Mundo Tem um Pouco. L. 19 e 21h00.

SUZANO

SACI - Pça João Pessoa, 94 - Fone: 476-4011. Boca de Ouro. 14a. 15 - 17 - 19 e 21h00.

LITORAL

GUARUJÁ

CINE PRAIANO - Guarujá R. Mario Ribeiro, 740 - Fone: 87-2046. Nico Acima da Lei 20 e 22 hs. 5ª e 6ª Cocoon, o Regresso 20 e 22h00. A partir de sábado.

SANTOS

ALHAMBRA R. José Cabaleiro, 60. Meu Pé Esquerdo. 10a. 15 - 20 - 22h00.

INDAIÁ Av. Ana Costa, 429 - Fone: 35-7554 Ramal 306. Os Barbaros. 10a. 15 - 20 e 22h00.

INDAIÁ ARTE Av. Ana Costa, 429 Fone: 35-7554 Ramal 306. Além da Eternidade. L. 15 - 20 e 22h00.

IPORANGA 1 - Av. Ana Costa, 469. Tango e Cash. Os Vingadores. 14a. 15 - 20 e 22h00. Dom. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

IPORANGA 2 - Av. Ana Costa, 469. Sociedade dos Poetas Mortos. L. 15 - 20 - 22h00. Dom. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

IPORANGA 3 - Av. Ana Costa, 469. Crimes e Pecados. 14a. 15 - 20 e 22h00. Dom. 14 - 16 - 18 - 20 e 22h00.

JULIO DANTAS Rua Amador Bueno, 188 - Fone: 34-4564. Sexo Explicito Disputado na Roleta - Sexo por Todos os Lados. 18a. A Partir de 12h00.

JULIO FARIAS - Rua Andrade Bueno, 188 - Fone: 34-4564. Caiu de Boca. O Buraco é Mais em Baixo. 18a. A partir de 12h00.

PRAIA PALACE - Av. Ana Costa, 410. Arapuca do sexo. 18a. Desde às 14h00.

ROXI Av. Ana Costa, 443 - Fone: 35-7554 Ramal 303. A Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 15 - 19h30 e 22h00.

INTERIOR

CAMPINAS

BRISTOL - R. Regente Feijó, 1.465. Dentro de Marylin - Mulher em êxtase. 18a. 14 - 15h45 - 17h30 - 19h15 e 21h00.

CARLOS GOMES R. Dr. Campos Sales, 605 - Fone: 31-2112. Filmes Pornográficos.

JEQUITIBÁ - R. Anchieta, 1 - Fone: 31-4859. O Desafio do Dragão. 10a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

REGENTE - R. Regente Feijó, 1305 - Fone: 31-2841. Minha Mãe é Lobisomem. 10a. 16 - 18 - 20 e 22h00.

SERRADOR 1 - Shopping Center Iguatemi, 777 - Fone: 52-0458. Além da Eternidade. L. 15 - 17 - 19h15 e 21h30.

SERRADOR 2 - Shopping Center Iguatemi 777 - Fone: 52-0458. Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 16h30 - 19 e 21h30.

WINDSOR - R. General Osório, 931 - Fone: 31.7336. Sociedade dos Poetas Mortos. 10a. 14h40 - 17 - 19h20 e 21h40.

ESPIRITO SANTO DO PINHAL

ÉDEN R. Abelardo César, 46. Na Rota do Oriente, 10 anos. 20h15.

JUNDIAÍ

SHOPPING MAXI 1 - Rua Antônio Frederico Ozanan, 6.000. Fone: 732-1007. Sociedade dos Poetas Mortos. 10a. 15h30 - 19 e 21h20. Dom. e Feriados 14h20 - 16h40 - 19 e 21h20.

SHOPPING MAX 2 - Rua Antônio Frederico Ozanan, 6.000. Fone: 732-1007. Tango e Cash Os Vingadores. 14a. 15h30 - 19h30 e 21h30. Dom. e Feriados 15h30 - 17h30 - 19h30 e 21h30.

LIMEIRA

CENTER 1 - R. Agostinho Drago s/nº Box. 140/141. Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 14h30 - 17 - 19h30 e 22h00.

CENTER 2 - Av. Limeira, 722. Fone: 21-5634 - Além da Eternidade. L. 16 - 18h30 e 21h00. Sáb., Dom. e Feriados. 13h30 - 16 - 18h30 e 21h00.

LINS

CINE LINS - Rua Floriano Peixoto, 859 - Fone: (0145) 22-1555. Sexo, Mentiras e Videotape. 20h15. Sab. e Dom. 20 e 22h00.

PIRACICABA

CENTER 1 - Av. Limeira, 722 - Fone: 21-5634. Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 14h30 - 17 - 19h30 e 22h00.

CENTER 2 - Av. Limeira, 722 - Fone: 21-5634. Além da Eternidade. L. 16 - 18h30 e 21h00. Sab., Dom. e Feriados. 13h30 - 16 - 18h30 e 21h00.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

OURO BRANCO - Dona Gertrudes, 202 - Fone: 22-2577. Dio, Come Ti Amo. 20h15.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

CENTER - Shooping Center São José. Nascido em 4 de Julho. 10a. às 14h30 - 17 - 19h30 e 22h00.

CENTER VALE 1 - Av. Benedito Matarazzo, 9403. Caçada ao Outubro Vermelho. 10a. 14h30 - 17 - 19h30 e 22h00.

CENTER VALE 2 - Av. Benedito Matarazzo, 9403. Meu Pé Esquerdo. L.15 - 17 - 19 e 21h00.

CENTER VALE 3 - Av. Benedito Matarazzo, 9403. Além da Eternidade. L. 14h30 - 16h45 - 19 e 21h15.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

CENTRAL - R. Bernardino de Campos, 3.579. Contato Mortal. 10a. 14 - 16 - 20 e 22h00.

CENTER 1 - Av. Brig. Faria Lima, 6163. Sexo Mentiras e Videotape. 16a. 15 - 19 - 21h00. Dom. e Feriados 15 - 17 - 19 e 21h00.

CENTER 2 - Av. Brig. Faria Lima, 6363. Sexo Mentiras e Videotape. 16a. 15h30 - 19h30 e 21h30. Dom. e Feriados 15h30 - 17h30 - 19h30 e 21h30.

SOROCABA

PEDUTI - Pça Dr. Ferreira Braga, 43 - Fone: 32 2800. Sociedade dos Poetas Mortos. 10a. 14h20 - 16h40 - 19 e 21h20.

TAUBATÉ

TAUBATÉ 1 - Av. Charles Schineider, 1700. O Campo dos Sonhos. 10a. 15 - 19 e 21h00. Dom. e Feriados 15 - 17 - 19 e 21h00.

TAUBATÉ 2 - Av. Charles Schineider, 1700. A Guerra dos Roses. 14a. 15 - 19 e 21h00. Dom. e Feriados 15 - 17 - 19 e 21h00.

OUTRAS CIDADES

CAMPO GRANDE

HAWAY 1 - Shopping C. Grande. Adorável Sedutora. 15 - 19 e 21h00. Dom. e Feriados 15 - 17 - 19 e 21h00.

HAWAY 2 - Shopping Grande. Sociedade dos Poetas Mortos. L. 15h30 - 19 e 21h20. Dom. e Feriados 14h20 - 16h40 - 19 e 21h20.

CUIABÁ

GOIABEIRAS I - Av. 31 de Março, 1.231. Limite do Terror. 14a. 15 - 19 e 21h00. Dom e Feriados 15 - 17 - 19 e 21h00.

GOIABEIRAS II - Av. 31 de Março, 1.231. A Noite dos Tubarões. 14a. 15 - 19 e 21h00. Dom e Feriados 15 - 17 - 19 e 21h00.

ROTEIRO FORNECIDO PELA APETESP

Maiores Informações Fones: 259-8406/258-4591

TEATRO ADULTO

TEATRO ALFREDO MESQUITA - Av. Santos Dumont, 1.770 - Fone: 299-3657. Nanaqui. 5ª, 6ª e Sab. 21h00. Dom. 20h00.

TEATRO ALIANÇA FRANCESA - R. General Jardim, 182 - Fone: 259-0086. O senhor de porqueiral. 5ª a Sab. 21h00. Dom. 19h00.

TEATRO ANTÔNIO ABUJAMRA - R. 13 de Maio, 830 - Fone: 285-2072. A secreta obscenidade de cada dia. 4ª e 6ª 21h00. Sáb. 20 e 22h30. Dom. 19 e 21h00.

TEATRO ARTHUR RUBSTEIN - R. Hungria, 1000 - Fone: 814-4433. Ensina-me a viver. 5ª a Sáb. 21h00. Dom. 19h00.

TEATRO AUDITORIO ALS - R. Augusta, 1470 - Fone: 288-4591. Video picles 6ª 21h00. Sáb. 17h30 e 21h00. Dom. 17h30 e 19h00.

TEATRO BELA VISTA - R. Major Diogo, 547 - Fone: 37-0827. O Mulato. 2ª e 3ª 21h00. O urso. Sáb. 21h00. Dom. 20h00.

TEATRO BIBI FERREIRA - Av. Brig. Luis Antônio, 931 - Fone: 36-0572 - SALA 2 - Uma Ilha Para Três. 5ª e 6ª 21h00. Sáb. 20 e 22h00. Dom. 19h00. - SALA 1 - Como se Tornar uma Super Mãe em dez lições. 4ª a 6ª 21h00. Sáb. 20 e 22h00. Dom. 19h00.

TEATRO BIXIGA - R. Rui Barbosa, 670 - Fone: 284-0290. Angustia. 5ª a Sáb. 21h00. Dom. 20h00.

TEATRO BOLSO - Av. São João, 1.737 - Fone: 220-8012. Noticias de São Paulo. 4ª a Sáb. 21h00. Dom. às 20h00.

TEATRO CENARTE - R. 13 de Maio, 1.040 - Fone: 284-6837. Carmen. 2ª e 3ª 21h00.

TEATRO CENTRO CULTURAL SÃO PAULO - R. Vergueiro, 1.000 - Fone: 278-9787. O Concilio do Amor. 4ª à Dom. 21h00. Rumo à Damaskus. 4ª à Dom. 21h30.

TEATRO CROWNE PLAZA - R. Frei Caneca, 1.360 - Fone: 284-1144. Porter a Porter. 2ª a 5ª 21h30. Minhas Loucas Mulheres. 5ª a Dom. 21h30.

TEATRO CULTURA ARTISTICA (Sala Esther Mesquita) - R. Nestor Pestana, 196 - Fone: 258-3616. Mundo Vasto Mundo. 5ª a Sab. 21h00. Dom. 18h00. Big Loira. 5ª e 6ª 21h00. Sab. 20 e 22h30. Dom. 19h00.

TEATRO EDGARD SOARES - R. Major Diogo, 578 - Fone: 36-7891. Os Deuses de Casaca. 2ª à 4ª 21h00. Lenah de Tróia. 5ª à Dom. 21h00.

TEATRO ESPAÇO AONDE - Av. Sto Amaro, 2483. Continuar Juntos. 5ª a Dom. 21h00.

TEATRO ESPAÇO OFF - R. Romilda Margarida, 142 - Fone: 853-5998. Artoudoado. 5ª à Dom. 21h00. Lua Turca 5ª à Dom. 22h30. A Revolução Esta Chegando e Eu Não Sei o Que Vestir. 3ª e 4ª 21h00. Em pratos limpos. 5ª à sab. 24h00.

TEATRO HENFIL - R. 14 de Julho, 114 - Fone: 32-1975. Apareceu a Margarida. 3ª e 4ª 21h00. Tropicanalha. 5ª e 6ª 21h00. Sáb. 20 e 22h00. Dom. 21h00. Donana. 2ª 21h00.

TEATRO HILTON - Av. Ipiranga, 165 - Fone: 259-6508. A Presidenta. 4ª à 6ª 21h00. Sab. 20 e 22h00. Dom. 19 e 21h00.

TEATRO IMPRENSA - R. Jaceguai, 400 - Fone: 239-4203. Tem um Psicanalista na Nossa Cama. 5ª e 6ª 21h00. Sáb. 20 e 22h00. Dom. 19h00.

TEATRO JARDEL FILHO - Av. Brig. Luis Antônio, 884 - Fone: 35-8433. Elas por Ela. 4ª a Sáb. 21h00. Dom. 20h00.

TEATRO JOÃO CAETANO - R. Borges Lagoa, 650 - Fone: 544-3774. Nós, Os Avessos. 5ª à Sab. 21h00. Dom. 20h00.

TEATRO LUA NOVA - R. Treze de Maio, 161 - Fone: 256-2990. Figura Paterna. 6ª e Sab. 21h00. Dom. 20h00. O Auto da Compadecida. 2ª e 3ª 21h00.

TEATRO MARIA DELLA COSTA - R. Paim, 72 - Fone: 256-9115. Trair e Coçar... É só começar. 5ª e 6ª 21h00. Sáb. 20 e 22h30. Dom. 19h00. Nos tempos da jovem guarda 2ª parte. 3ª e 4ª 21h00. 6ª 24h00.

TEATRO MARS - R. João Passalaqua, 80 - Fone: 35-9570. Você vai ver o que você vai ver. 4ª à 6ª 21h00. Sab. 20 e 22h00. dom. 19 e 21h00.

TEATRO DAS NAÇÕES - Av. São João, 1.737 - Fone: 222-8698. Noticias de São Paulo. 4ª a Sab. 21h00. Dom. 20h00. Frestas de luz. 4ª à sab. 21h00. Dom. 19h00.

TEATRO OPERA ROOM - R. Pinheiros, 1275 - Fone: 212-8698. Lamartine para Inglês Ver. 4ª a Sab. 20h30.

TEATRO OPUSS 2004 - R. Pamplona, 1187 - Fone: 284-4740. Cabaré Brasil. 5ª à Sab. 20h30.

TEATRO PAIOL - Av. Amaral Gurgel, 164 - Fone: 221-2462. Meu Reino Por Um Cavalo. 5ª à Sab. 21h00. Dom. 19h00.

TEATRO POPULAR DO SESI - Av. Paulista, 1.313 - Fone: 284-9787. Confusão na cidade. 4ª a 6ª 20h30. Sáb. e Dom. 18 e 20h30.

TEATRO RUTH ESCOBAR - R. Dos Ingleses, 209 - Fone: 66-7061. Carmem com Filtro II. 3ª à Dom. 21h00.

TEATRO SALA SÃO LUIZ - Av. Juscelino Kubitscheck, 1.830 - Fone: 829-5626. Uma relação Tão Delicada. 5ª e 6ª 21h00. Sáb. 19h30 e 22h00. Dom. 17 e 19h30.

TEATRO SÉRGIO CARDOSO - R. Rui Barbosa, 153 - Fone: 288-0136. O Doente Imaginário. 4ª à Sab. 21h00. Dom. 19h00. Noites Brancas. 4ª à Sab. 21h00. Dom. 20h00.

TEATRO SESC ANCHIETA - Dr. Vila Nova, 245 - Fone: 256-2281 - Ela Odeia Mel. 5ª e 6ª 21h00. Sab. 20 e 22h30. Dom. 19h00.

TBC - R. Major Diogo, 315 - Fone: 34-5523. Além da Vida. 5ª e 6ª 21h00. Sáb. 20 e 22h00. Dom. 18h30 e 20h30.

TBC (ARENA) - R. Major Diogo, 315 - Fone: 36-4408. E Agora? Cacilda. 5ª e 6ª 21h00. Sáb. 20 e 22h00. Dom. 20h00.

TBC (ARTE) - R. Major Diogo, 315 - Fone: 36-4408. O Outro Lado da Vida. 5ª e 6ª 21h00. Sáb. 20 e 22h00. Dom. 18h30 e 20h30.

TBC (ASSOBRADADO) - R. Major Diogo, 315 - Fone: 36-4408. Trajetória de Nós. 5ª e 6ª 21h00. Sab. 20 e 22h00. Dom. 19h00.

TBC (CÂMARA) - R. Major Diogo, 315 - Fone: 34-5523. Os Gordos e A Ultima Cena. 5ª e 6ª 21h00. Sab. 22h00. Dom. 20h00.

TEATRO TUSP - R. Cojuba, 45 - Fone: 813-3736. amor de dom Pirlimpimpim com belissa em seu jardim. Sab. e Dom. 21h00.

TEATRO TUCA - R. Monte Alegre, 1024 - Fone: 65-0111. A Miúda Alegre. 5ª a Sab. 21h00. Dom. 20h00. Confidências de um Espermatozóide Careca. 5ª e 6ª 21h00. Sab. 20 e 22h00. Dom. 19 e 21h00.

TEATRO VENTO FORTE - R. Brig. Haroldo Veloso, 150 - Fone: 210-3095. A tempestade. 6ª e Sab. 21h00. Dom. 20h00.

TEATRO ZÁCCARO - R. Rui Barbosa, 266 - Fone: 289-1522. Ary Toledo Com a Corda Toda. 6ª e Sáb. 21h00. Dom. 20h00.

TEATRO ZERO HORA - R. Cons. Ramalho, 673 - Fone: 251-4435. A Dama do Elevador. 5ª à Dom. 21h00. Parceiros da Noite. 6ª e Sab. 23h00. Românticos 2ª à 4ª 21h00.

TEATRO INFANTIL

TEATRO AUDITÓRIO AUGUSTA - R. Augusta, 943 - Fone: 257-7575. O Gato de Botas. Sáb. 16h00. Dom. 11h00. Os Saltimbancos. Dom. 16h15.

TEATRO BELA VISTA - Rua Major Diogo, 547 - Fone: 37-0837. O Mundo das Cores. Sab. 16h00. Dom. 11 e 16. Cadê o Céu. Sab. e Dom. 17h30.

TEATRO BIXIGA - Rua Rui Barbosa, 670 - Fone: 284-0290. O Tratado das Tortazinhas. Sab e Dom. 16h00.

TEATRO CENARTE - R. 13 de Maio, 1040 - Fone: 284-6837. As aventuras de Robin Hood. Sab. e Dom. 16h00. O reino encantado do faz de conta. Sab. e Dom. 15h00. O lobo e o pirata. Sab. e Dom. 17h00.

TBC - R. Major Diogo, 315 - Fone: 34-5523. Auê no Galinheiro. Sab. e Dom. 11 e 16h00.

TEATRO EDGARD SOARES - R. Major Diogo, 578 - Fone: 36-7891. Joãozinho e Maria. Sáb. e Dom. 15h30. A Bela Que Não Era Adormecida, Era Sonâmbula. Sáb. e Dom. 17h00.

TEATRO MARTINS PENA - Lgo. do Rosário, 20 - Fone: 293-6630. O Ploc das Crianças. Sab. e Dom. 17h00.

TEATRO TAIB - R. Três Rios, 246 - Fone: 227-9719. Marcelino Pão e Vinho. Sáb. e Dom. 15h30. O Pequeno Príncipe. Dom. 17h00. Tistu, O Menino do Polegar Verde. Sáb. 17h00.

NE usa babaçu para fazer carvão não-poluente

Editoria de Arte

PERFIL

Nome: Cebrás de Produção e Exportação de Carvões Especiais

Produto: carvão ativado, alcatrão, óleos comestíveis, amido, tortas para rações e produtos naturais de beleza

Faturamento previsto para 1990: US$ 5 milhões

Produção: 2,5 mil toneladas de carvão ativado por ano

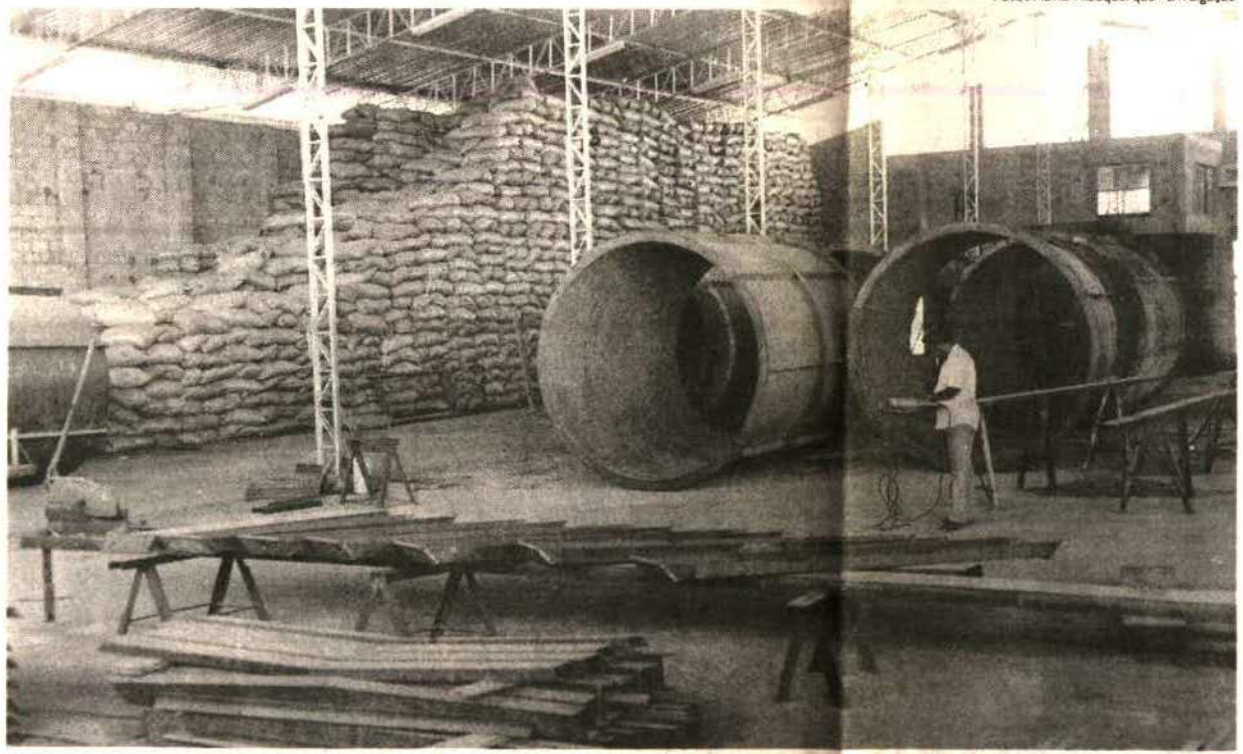
Mercados de atuação: Brasil, Europa e Estados Unidos

Número de funcionários: 220

Unidades industriais: seis de fabricação e beneficiamento do coco babaçu

Investimetos: US$ 2 milhões, na primeira fase.

Fotos Flávio Albuquerque / Divulgação



Investimento é de US$ dois milhões

Do Correspondente em Teresina

A Cebrás está investindo na

ÉFREN RIBEIRO
Correspondente em Teresina

A empresa nordestina Cebrás de Produção e Exportação de Carvões Especiais pretende viabilizar sua entrada nos mercados brasileiro e interacional, através da oferta de um produto alternativo ao poluente carvão mineral: um carvão feito a partir do coco babaçu. A idéia da empresa é se valer da abundância do babaçu nos Estados do Maranhão e do Piauí e aproveitar a recente aprovação de leis antipoluição pelo Congresso americano para oferecer o "carvão nordestino" às indústrias dos EUA e da Europa.

A nova lei americana proíbe as indústrias de jogar no ar derivados de enxofre, originários do carvão mineral e de produtos e subprodutos de petróleo. A atual preocupação com os altos percentuais de enxofre no ar se deve a uma série de reações químicas que o elemento sofre em contato com a umidade do ar, transformando-o em ácido sufúrico —substância que cai na terra sob a forma de chuva. Essa chuva ácida chega a destruir florestas com mais vigor que os desmatamentos, além de afetar o pulmão

ma suficiente para atender a demanda em alta. É nesta brecha que podemos oferecer o carvão ativado usando como matéria prima o coco babaçu, porque mesmo sendo de origem vegetal não temos que cortar árvores, não temos que desmatar. Estamos utilizando um fruto que a cada ano se renova", afirma.

A Cebrás, na segunda fase de seu projeto, prevista para os próximos três anos, pretende aproveitar a casca do coco para fabricar produtos como uma fibra usada na fabricação de compensados e um amido destinado à produção de complemento alimentar infantil, usado em sopa e mingau. Está prevista também a produção de alcatrão pesado e leve como subproduto da parte do coco usada para o carvão. O alcatrão leve serve de matéria-prima para vernizes e o pesado, como combustível nas indústrias cerâmicas, evitando o desmatamento indiscriminado para extração de lenha. A amêndoa do coco, por sua vez, deve ser usada para transformação em óleo comestível e tortas para ração de animais. O óleo poderá, na última fase de implantação da indústria, ser refinado para fabricação de

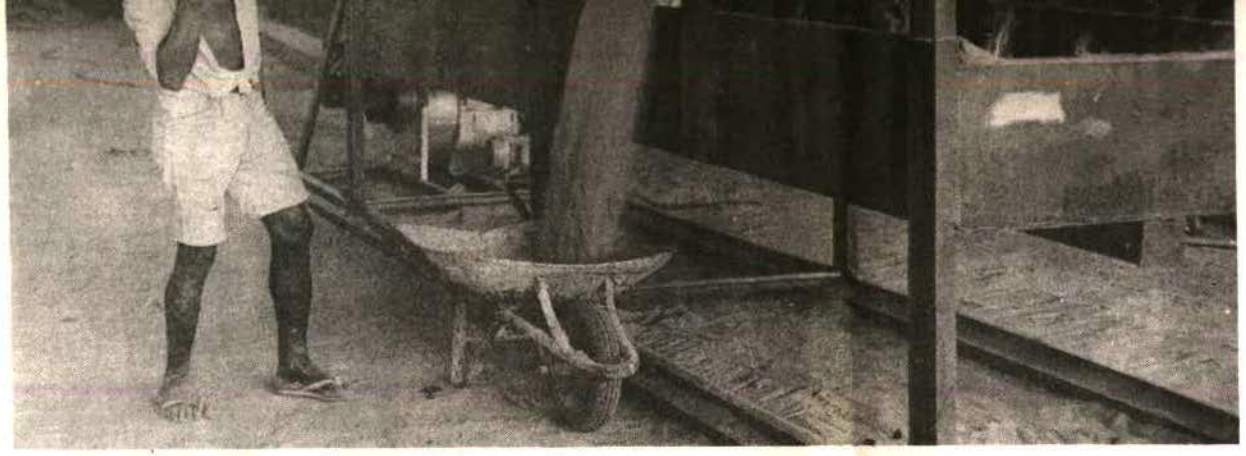
sua fábrica US$ 2 milhões (cerca de Cr$ 178 milhões, pelo paralelo). O engenheiro holandês Christian Schout, responsável pela tecnologia e detentor da patente do aproveitamento do coco babaçu para a produção de carvão ativado, é sócio da empresa com Raffaele e seu filho Pierluigi, proprietários da empresa Geral Agropecuária (Gal).

Os recursos para investimentos em montagem da fábrica e desenvolvimento da produção, segundo Pirluigi Sapio, foram emprestados por empresas privadas holandesas e italianas. Pirluigi Sapio é o representante, no Piauí, da Câmara de Comércio Italo-Brasileira.

"Temos uma fábrica de construir fábricas", afirma Sapio para explicar sua capacidade de duplicar a fabricação de fornos de 36 metros de altura, tubos e equipamentos sofisticados e de alta precisão nos pátios da indústria de carvão ativado nas margens do rio Parnaíba, em Timon (MA).

A empresa importa chapas de ferro e motores elétricos e transforma pelas mãos de 60 operários piauienses e maranhenses a matéria-prima nos equipamentos necessários para a ampliação da indústria.

"Tudo o que está sendo feito em termos de máquina e equipamentos é fruto da produção de operários locais", afirma o diretor de vendas da Cebras. **(ER)**



Funcionários da Cebrás trabalham nas diversas etapas de fabricação do carvão que usa o coco babaçu

Segundo o diretor de vendas da Cebrás, Pierluigi Sapio, 36, a empresa vai oferecer dois produtos para substituir o carvão mineral rico em enxofre e os derivados de petróleo. O primeiro dos produtos, que começou a ser comercializado neste mês para as indústrias siderúrgicas nacionais especializadas em aço, é o carvão de coco babaçu não-ativado. Em 90, a Cebrás vai fornecer 500 toneladas mês/do produto para cinco siderúrgicas nacionais.

O segundo produto é o carvão ativado. Ele será destinado ao mercado externo para utilização como filtro de absorção de gases e substâncias poluidoras do ar, em sistemas de chaminés industriais. O carvão de coco babaçu, conforme Sapio, possui grande poder de absorção, por deter, em cada grama, uma superfície interna de microporos com cerca de 150 metros quadrados. Com a ativação, uma grama de carvão passa a ter uma superfície interna de microporos com 1,5 mil metros quadrados, garantindo grande poder de absorção.

"Hoje no mercado falta o produto que queremos vender, porque a qualidade superior do carvão ativado só se obtém com madeiras duríssimas, como é o caso do carvalho e da casca do coco babaçu", diz Sapio. "Como a madeira de carvalho existe cada vez mais em menor quantidade na Europa e em regiões de clima temperado, os produtores de carvão ativado não têm matéria-pri-

A escolha de Teresina (PI) e Timon (MA) para sediar a empresa produtora de carvão ativado deve-se a dois fatores, de acordo com Pierluigi Sapio. "Em primeiro lugar, nós (Pierluigi e seu pai Raffaele Sapio, 71, presidente da empresa) moramos no Piauí. Em segundo, a matéria-prima —o coco babaçu— só existe no Maranhão, nas margens do rio Parnaíba no Piauí e em Goiás. Em menor quantidade, também é encontrado na Bolívia e no México. Então, estamos no lugar onde mais existe coco babaçu. São 30 milhões de toneladas de coco babaçu produzidos pelas palmeiras locais por ano. Para a produção de óleo e uso doméstico pelos camponeses, é utilizado 1,5 milhão de tonelada. Existem, portanto, 28,5 milhões de toneladas que apodrecem no mato todos os anos. O que representa uma riqueza sem fim, do ponto de vista estritamente econômico."

Até agora, a Cebrás não está concorrendo com as indústrias de transformação do coco babaçu em óleos tradicionais no Piauí e Maranhão. No prazo de um ano, diz o diretor, a concorrência será inevitável. A indústria atualmente compra carvão de agricultores e intermediários. Mas, vai passar a comprar o coco diretamente dos camponeses. Nessa fase do projeto estarão envolvidas 10 mil famílias, encarregadas de extrair o coco. "Vamos conciliar alta tecnologia com mão-de-obra primitiva", diz Sapio.

Maradona dá prejuízo de US$ 1 milhão

PEDRO DEL PICCHIA
Da Reportagem Local

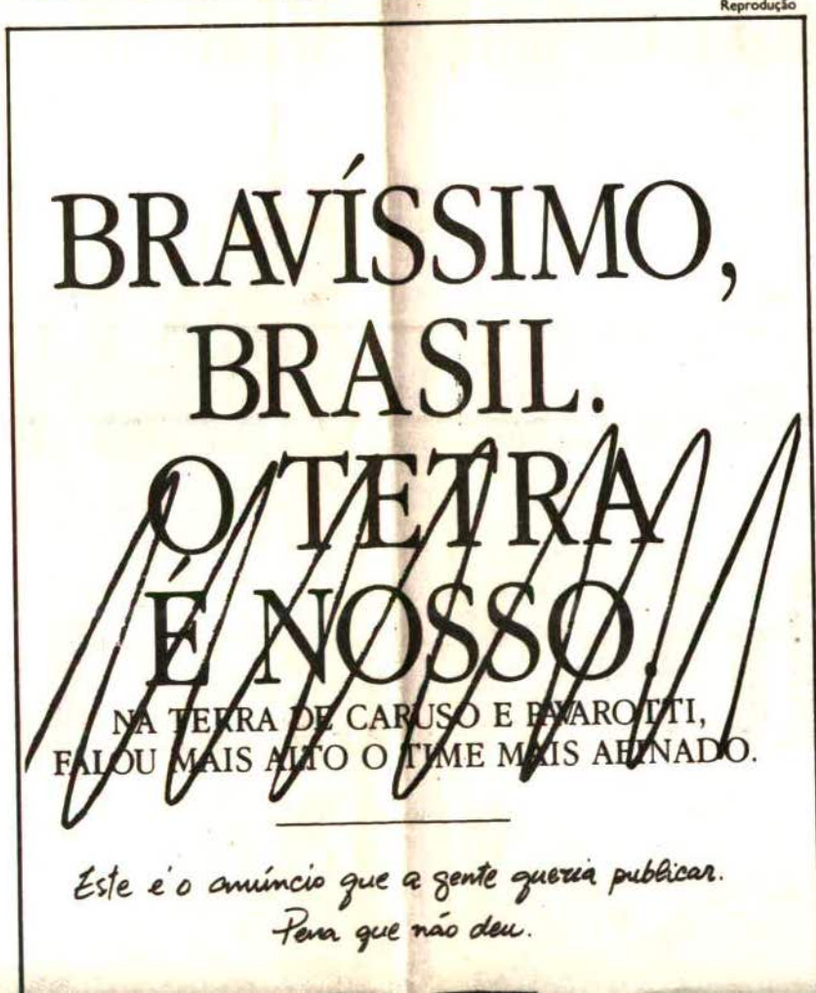
Pelo menos uma agência de propaganda confessa: o passe certeiro de Maradona que permitiu o gol da Argentina contra o Brasil significou a suspensão de uma campanha publicitária de US$ 1 milhão (Cr$ 90 milhões no paralelo), até o final da Copa, dia 8 de julho. A agência é a Colucci e Associados; o anunciante é o Bamerindus. Ambos apostaram no tetracampeonato e pagaram o preço da ousadia.

A campanha Tetra Brasil foi

Voltam os anúncios institucionais e de serviços do Bamerindus.

A Salles Inter Americana de Publicidade informa que não vai mexer nas campanhas que ainda estão sendo veiculadas e que aproveitaram a oportunidade da Copa do Mundo. Neil Ferreira, 47, vice-presidente executivo da agência, diz que há duas campanhas com o ex-jogador Zico —uma para o televisor Tonitrom, da Sony, e outra para o calçado Kichute, da Alpargata— e uma do extrato de tomate Elefante, da Cica, relacionadas a futebol. "Mas elas não dependiam do

Reprodução



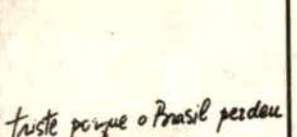
Fotos Reprodução

O técnico Sebastião Lazaroni no anúncio da Fiat gravado na Itália

car Colucci, 49, diretor-proprietário da agência. Eram cinco comerciais para TV, além de comerciais e um hino para rádio que estavam em 190 emissoras.

Dos cinco comerciais de TV, quatro foram levados ao ar. O último estava em fase final de produção e deveria ficar pronto ontem. Era para ser usado no caso de desclassificação do time brasileiro. Trazia uma mensagem no sentido de que o Brasil, afinal, é mais importante do que o futebol. "Nós acreditávamos que a seleção passaria pela Argentina", afirma Colucci. Sem o filme pronto, a campanha sai do ar.

Na DPZ, pelo menos uma campanha está sendo modificada com a derrota da seleção brasileira. É a da Companhia União de Refinadores. Um filme para a TV terminava com o locutor afirmando: "Copa do Mundo 1990. Temos que ter União". A partir de hoje, a locução é a seguinte: "Copa do Mundo 1990. Bola pra frente Brasil. Energia e União". Flávio Conti, 47, diretor-geral da DPZ-São Paulo, diz que a nova mensagem já estava produzida desde o início da campanha. "Tínhamos que trabalhar com a possibilidade de derrota".



GATORADE. COMO TODO MUNDO, triste porque o Brasil perdeu

PREPARADOS PARA A DERROTA

O anúncio da Gatorade —publicado ontem na **Folha** *e no "Globo", do Rio— "rasurado" estava planejado desde o início da Copa para o caso de desclassificação da seleção brasileira. A Quaker, que produz a bebida, programou um anúncio diferente para cada jogo do Brasil.*

A mãe do goleiro Taffarel fez um anúncio para o Caldo Knorr

O técnico Lazaroni sai do ar

Da Reportagem Local

Um dos filmes publicitários mais comentados relativos à Copa do Mundo é o que mostra o técnico brasileiro Sebastião Lazaroni com um Fiat brasileiro exportado para a Itália. O comercial teve tanto efeito que na partida contra a Argentina, alguns torcedores ergueram uma faixa com os dizeres : "Se Lazaroni é técnico, eu sou o papa".

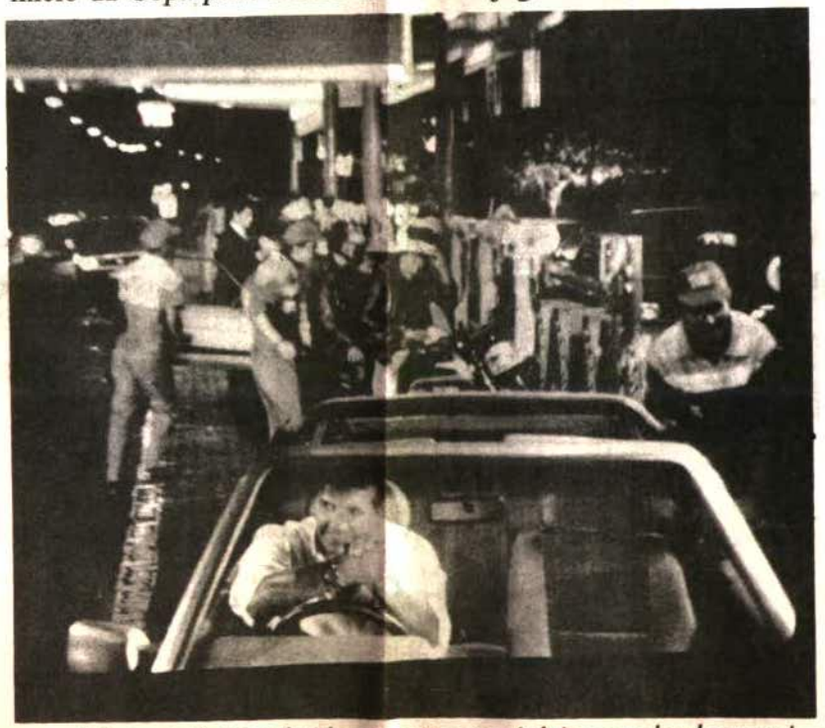
O comercial sai do ar nos próximos dias. Segundo Raul Pinto, 49, diretor-geral de atendimento da MPM Propaganda, o filme deixará de ser veiculado em função do planejamento da campanha da Fiat e não por causa da desclassificação da equipe brasileira.

"O filme conta uma historinha que tem um terço de vida, o já estava sendo substituído por outro que integra uma campanha de vendas", diz Raul Pinto.

A Fiat, além do filme com Lazaroni, está veiculando outros dois comerciais, para a venda de peças e de consórcio.

Outros comerciaís que saem do ar é o do refresco Tang e o da Philips, ambos criados pela Standard, Ogilvy e Mather, em que são feitas referências à seleção brasileira.

Newton Guerra, 48, diretor-geral, informa que ontem mesmo a campanha da Tang foi substituída por outra "regular", isto é, sem o apelo à Copa do Mundo. Para a campanha da Philips também já havia a previsão de substituição por outro filme.



A Pernambuco Distribuidora apostou na vitória e escalou Lazaroni

As mães dos jogadores Dunga e Bebeto também fi[illegible] comerciais